

EDITAL SEI Nº 28360640/2026 - SAP.LCT

Joinville, 09 de fevereiro de 2026.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 042/2026

PORTAL DE COMPRAS DO GOVERNO FEDERAL Nº 90042/2026

O Município de Joinville, com sede na Avenida Hermann August Lepper, nº 10, Centro, Joinville/SC - CEP: 89.221-005, por intermédio da Unidade de Licitações da Secretaria de Administração e Planejamento, inscrita no CNPJ sob nº 83.169.623/0001-10, torna público que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, com modo de disputa aberto, cujo critério de julgamento será o de **Menor Preço Global**, para o **Registro de Preços**, visando a futura e eventual Prestação de serviços de confecção e instalação de móveis sob medida/planejados, conforme especificações deste edital e seus anexos, a ser regida pela Lei Federal 14.133, de 1º de abril de 2021, Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, Instrução Normativa SEGES/MP nº 3, de 26 de abril de 2018, Decreto Municipal nº 28.024, de 09 de dezembro de 2016, Decreto Municipal nº 56.185, de 18 de agosto de 2023, Decreto Municipal nº 56.224, de 24 de agosto de 2023, Decreto Municipal nº 64.109, de 18 de dezembro de 2024 e alterações posteriores e demais normas legais federais, estaduais e municipais vigentes.

Os documentos relacionados a seguir fazem parte integrante deste Pregão:

Anexo I - Quadro de Quantitativo e Especificações Mínimas do(s) Item(ns), e Valores Estimados/Máximos;

Anexo II - Modelo de Proposta de Preços;

Anexo III - Minuta da Ata de Registros de Preços;

Anexo IV - Minuta do Contrato;

Anexo V - Termo de Referência; e

Anexo VI - Estudo Técnico Preliminar.

Anexo VII - Projetos.

1 - DA LICITAÇÃO

1.1 - Do Objeto do Pregão

1.1.1 - A presente licitação tem como objeto o **Registro de Preços**, visando a futura e eventual Prestação de serviços de confecção e instalação de móveis sob medida/planejados, de acordo com especificações, quantitativos e condições estabelecidas nos Anexos I e V e nas condições previstas neste Edital.

1.1.2 - O valor estimado total para execução dos serviços objeto deste pregão é de R\$ 391.905,16 (trezentos e noventa e um mil novecentos e cinco reais e dezesseis centavos), conforme disposto no Anexo I deste Edital.

1.2 - Local: Portal de Compras do Governo Federal - www.gov.br/compras/pt-br, UASG 453230

1.3 - Referência de Tempo: Todas as referências de tempo no Edital, no Aviso e durante a Sessão Pública observarão obrigatoriamente o horário de Brasília - DF e, dessa forma, serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

1.4 - Data e horário limites para cadastro de propostas e início da sessão pública: 12/03/2026 até às 08:30 horas.

1.5 - Modo de disputa: Aberto, nos termos do art. 56, inciso I da Lei Federal 14.133/21.

1.6 - Da Execução da Licitação: A Unidade de Licitações, na qualidade de interveniente Promotora, processará a presente licitação, destinando-se o seu objeto a Hospital Municipal São José.

1.7 - Em caso de discordância existente entre as quantidades e especificações do objeto descritas no endereço eletrônico www.gov.br/compras/pt-br, com as quantidades e especificações constantes deste Edital, prevalecerão as constantes do Edital.

2 - DOS RECURSOS FINANCEIROS

2.1 - A indicação da disponibilidade de créditos orçamentários somente será exigida para a formalização do contrato ou outro instrumento hábil.

3 - DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

3.1 - Poderão participar desta licitação os interessados que atenderem as exigências estabelecidas neste Edital.

3.2 - Para a participação de empresas em consórcio deverão ser observadas as seguintes normas:

3.2.1- comprovação de compromisso público ou particular de constituição de consórcio, subscrito pelos consorciados;

3.2.2- indicação da empresa líder do consórcio, que será responsável por sua representação perante a Administração;

3.2.3 - admissão, para efeito de habilitação técnica, do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, do somatório dos valores de cada consorciado;

3.2.4 - impedimento de a empresa consorciada participar, na mesma licitação, de mais de um consórcio ou de forma isolada;

3.2.5 - responsabilidade solidária dos integrantes pelos atos praticados em consórcio, tanto na fase de licitação quanto na de execução do contrato

3.3 - Não será admitida a participação de proponente:

3.3.1 - Em falência;

3.3.2 - Em processo de recuperação judicial ou extrajudicial, sob concurso de credores, em dissolução ou em liquidação;

3.3.2.1 - É permitida a participação de empresa em recuperação judicial, desde que amparada em certidão emitida pela instância judicial competente, que certifique que a interessada está apta econômica e financeiramente a participar de processo licitatório.

3.3.3 - Punido com suspensão do direito de licitar ou contratar com a Administração, durante o prazo estabelecido para a penalidade;

3.3.4 - Que tenha sido declarado inidôneo por qualquer órgão da Administração direta ou indireta, com qualquer órgão PÚBLICO FEDERAL, ESTADUAL, MUNICIPAL ou do DISTRITO FEDERAL;

3.3.5 - Que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.3.6 - Cujo objeto social não seja pertinente e compatível ao objeto licitado;

3.3.7 - Conforme disposto no artigo 14 da Lei nº 14.133/2021.

4 - DO CREDENCIAMENTO PARA PARTICIPAR DO CERTAME

4.1 - O credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica, em conformidade com a Instrução Normativa [SEGES/ME nº 03. de 2018](#).

4.2 - Para participação no Pregão, o proponente deverá assinalar em campo próprio do sistema eletrônico, todas as declarações disponíveis, sendo facultada apenas a opção relativa aos requisitos de enquadramento na Lei 123/2006 e a participação como Cooperativa.

4.2.1 - A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o proponente às sanções previstas em lei e neste Edital.

4.3 - Nenhuma pessoa, ainda que munida de procuração, poderá representar mais de uma empresa no(s) mesmo(s) item(ns)/lote(s) deste processo, sob pena de exclusão sumária de ambos os proponentes representados.

5 - DA PARTICIPAÇÃO NO CERTAME

5.1 - A participação no certame se dará por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do representante credenciado, e subsequente encaminhamento da proposta de preços e dos documentos de habilitação, exclusivamente, por meio do sistema eletrônico através do site www.gov.br/compras/pt-br, observando a data e o horário limite estabelecido no item 1 deste Edital para cadastro da proposta.

5.2 - Poderão participar deste Pregão proponente cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, conforme disposto no art. 9º da IN SEGES/MP nº 3, de 2018.

5.3 - Caberá ao proponente acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

5.4 - No caso de desconexão com o Pregoeiro no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos proponentes para a recepção dos lances, retornando o Pregoeiro, quando possível, sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.

5.5 - Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do Pregão será suspensa e terá reinício somente decorridas 24 (vinte e quatro) horas após a comunicação do fato aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6 - DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA NO SISTEMA ELETRÔNICO

6.1 - Os proponentes cadastrarão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

6.2 - Ao cadastrar sua proposta pelo sistema eletrônico o proponente deverá postar apenas o VALOR GLOBAL.

6.3 - O cadastro da proposta pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital e seus Anexos.

6.4 - O proponente será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

6.5 - Quanto ao valor da proposta cadastrada eletronicamente, todas entrarão na disputa de lance, porém somente será classificado o valor da proposta que estiver dentro do valor estimado/máximo.

6.6 - O proponente deverá cadastrar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.6.1 - valor unitário do item.

6.7 - É vedada a cotação parcial de itens ou de quantidade inferior à demandada nesta licitação.

6.7.1 - A quantidade mínima a ser cotada é a determinada no Anexo I do edital.

6.8 - Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução dos serviços.

6.9 - Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do proponente, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.10 - O prazo de validade da proposta não será inferior a 90 (noventa) dias, a contar da data de sua apresentação.

6.11 - Incumbirá ao proponente acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

6.12 - Até a abertura da sessão pública, os proponentes poderão excluir ou alterar a proposta anteriormente cadastrada no sistema.

7 - DA ABERTURA DA SESSÃO ELETRÔNICA E DA FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1 - O modo de disputa se dará na forma prevista no subitem 1.5 do edital.

7.2 - A partir do horário previsto no sistema, terá início a sessão pública do Pregão Eletrônico, com a divulgação das propostas de preços recebidas pelo *site* já indicado no item 1 deste Edital.

7.3 - Aberta a etapa competitiva, os representantes dos proponentes deverão estar conectados ao sistema para participar da sessão de lances, que ocorrerá exclusivamente por meio do sistema eletrônico. A cada lance ofertado o participante será imediatamente informado de seu recebimento e respectivo horário de registro e valor.

7.3.1 - O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances é de R\$ 0,01 (um centavo).

7.4 - Durante o transcurso da sessão pública, os participantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado. O sistema não divulgará o autor dos lances aos demais participantes.

7.5 - Após o encerramento da etapa de lances, o sistema identificará a existência da situação de empate prevista no art. 44 da Lei Complementar nº 123/06. Nesse caso, o pregoeiro convocará a Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte que se encontra em situação de empate informando que a mesma deverá, em 5 minutos, ofertar novo lance, inferior ao menor lance registrado. Durante o período, apenas a empresa convocada poderá registrar o novo lance como arrematante.

7.5.1 - Não passando para a condição de arrematante a Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte mais bem classificada, na forma do item anterior, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem nessas categorias e cujas propostas estejam dentro do limite estabelecido no art. 44 da Lei Complementar nº 123/06, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.

7.5.2 - Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada.

7.5.3 - O disposto no subitem 7.5 somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte.

8 - DA FORMA DE ENVIO DA PROPOSTA DE PREÇOS

8.1 - A proposta de preços deverá ser enviada exclusivamente via sistema, redigida em idioma nacional, sem cotações alternativas, emendas, rasuras ou entrelinhas, devendo ser datada e assinada pelo representante legal do proponente devidamente identificado, contendo identificação do proponente, endereço, telefone e e-mail.

8.2 - Após a fase de lances, a proposta atualizada deverá ser enviada no prazo máximo de até 02 (duas) horas após a convocação do pregoeiro.

8.2.1 - Para fins de cumprimento do prazo máximo estabelecido neste item será considerado o horário de expediente do setor de licitações das 08:00 às 17:00 horas, de segunda-feira a sexta-feira, exceto feriados e pontos facultativos.

8.3 - Não serão aceitas propostas sem a assinatura do representante legal do proponente devidamente identificado.

8.4 - A proposta deverá ser apresentada de acordo com o modelo constante do **Anexo II** deste Edital e deverá conter, sob pena de desclassificação:

8.4.1 - a identificação/descrição do objeto ofertado, de forma a permitir que o Pregoeiro possa facilmente constatar que as especificações no presente Pregão foram ou não atendidas, observadas as especificações constantes nos Anexos do presente Edital;

8.4.2 - o preço unitário e preço total cotados em reais, com no máximo 02 (dois) algarismos decimais após a vírgula;

8.4.3 - o prazo de validade da proposta, que não poderá ser inferior a 90 (noventa) dias, contados da data limite para apresentação da proposta, após convocação do Pregoeiro.

8.5 - O número do item ofertado deverá corresponder exatamente ao do item do **Anexo I** deste Edital, com suas respectivas quantidades.

8.6 - Havendo divergência entre o valor unitário e total, prevalecerá o valor unitário.

8.7 - Serão desconsideradas as propostas que apresentarem alternativas de preços ou qualquer outra condição não prevista neste Edital.

8.7.1 - É vedada a cotação de preços diferenciados em razão de local de entrega ou em razão da forma e do local de acondicionamento ou qualquer outro motivo.

8.8 - Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a proponente.

8.9 - Se a adjudicação não puder ocorrer dentro do período de validade da proposta, ou seja, 90 (noventa) dias, e caso persista o interesse do Município, este poderá solicitar a prorrogação da validade da proposta por igual prazo.

9 - DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E DO PRAZO DE ENVIO

9.1 - Os documentos de habilitação deverão ser enviados exclusivamente via sistema eletrônico, no prazo máximo de até 02 (duas) horas após a convocação do pregoeiro.

9.1.1 - Para fins de cumprimento do prazo máximo estabelecido neste item será considerado o horário de expediente do setor de licitações das 08:00 às 17:00 horas, de segunda-feira a sexta-feira, exceto feriados e pontos facultativos.

9.2 - Serão aceitos comprovantes obtidos na rede internet, desde que os mesmos tenham sua validade confirmada pelo Pregoeiro, na fase de habilitação.

9.3 - Deverão ser apresentadas Certidões Negativas ou Positivas com efeito de negativa;

9.4 - Para fins de aplicação dos procedimentos definidos na Lei Complementar nº 123/06, o proponente deverá comprovar a condição de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, através de declaração em

campo próprio do sistema, no momento do cadastro da proposta, nos termos do subitem 4.2 deste edital.

9.5 - Caso atendidas as condições de participação, a habilitação do proponente poderá ser verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômica financeira e habilitação técnica, conforme o disposto na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018.

9.6 - A documentação para fins de habilitação é constituída de:

a) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, com a comprovação da publicação na imprensa da ata arquivada, bem como das respectivas alterações, caso existam;

b) Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

c) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

d) Certidão Negativa de Débitos relativos aos Tributos Federais, à Dívida Ativa da União e às contribuições previdenciárias e de terceiros;

e) Certidão Negativa de Débitos Estaduais, da sede do proponente;

f) Certidão Negativa de Débitos Municipais, da sede do proponente;

g) Certificado de Regularidade do FGTS;

h) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, conforme Lei nº 12.440, de 07 de julho de 2011;

i) Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante.

j) Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais;

j.1) Comprovando índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), em ambos os exercícios;

j.2) As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

j.3) Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

j.4) As empresas que adotam o Livro Diário, na forma física ou eletrônica, deverão apresentar os Balanços Patrimoniais e demonstrações contábeis extraídos dos próprios Livros Diários, contendo a assinatura do contador e do titular ou representante legal da empresa e ainda, registrados ou os requerimentos de autenticação na Junta Comercial ou registrados no Cartório de Registro;

j.4.1) Os Balanços Patrimoniais referentes aos últimos exercícios sociais serão aceitos somente até 30 de abril do ano subsequente, conforme art 1.078 da Lei Federal 10.406, de 10 de Janeiro de 2002.

j.5) As empresas que adotam o SPED (Sistema Público Escrituração Digital) deverão apresentar Balanços Patrimoniais e demonstrações contábeis extraídos do próprio sistema digital (SPED) e termos de autenticação ou recibos de entrega de escrituração contábil digital (conforme Decreto Federal nº 8.683/16).

j.5.1) Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped. (conforme o §4º do art. 16 da Instrução Normativa SEGES/MP nº 3, de 2018).

k) Para avaliar a situação financeira do proponente serão considerados os índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), em ambos os exercícios, apurados pelas fórmulas abaixo, cujo cálculo poderá ser demonstrado em documento próprio, devidamente assinado pelo representante legal da empresa.

$$LG = \frac{(\text{ATIVO CIRCULANTE} + \text{REALIZÁVEL A LONGO PRAZO})}{(\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{PASSIVO NÃO CIRCULANTE})}$$

cujo resultado deverá ser superior a 1,00

$$SG = \frac{\text{ATIVO TOTAL}}{(\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{PASSIVO NÃO CIRCULANTE})}$$

cujo resultado deverá ser superior a 1,00

$$LC = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE}}$$

cujo resultado deverá ser superior a 1,00

OBS: Índices justificados de acordo com o § 5º do art. 69 da Lei 14.133/21.

k.1) As empresas que apresentarem resultado igual ou menor que 1 (um), em qualquer dos índices da alínea "k", deverão comprovar o capital mínimo ou o patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor estimado total do item/lote/global, conforme critério de julgamento do edital.

k.2) Em caso de participação como Consórcio, deverá ser acrescido 10% (dez por cento) sobre o valor exigido para a habilitação econômico-financeira neste edital, conforme disposto no artigo 15, parágrafo 1º da Lei 14.133/2021.

k.2.1) O acréscimo previsto no subitem k.2 não se aplica aos consórcios compostos, em sua totalidade, de microempresas e pequenas empresas, assim definidas em lei.

l) Apresentar no mínimo 1 (um) Atestado de Capacidade Técnica, que comprove a execução de serviço de características semelhantes com objeto licitado, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado. Para fins de comprovação o atestado deverá conter descritivo do serviço.

9.7 - Os comprovantes exigidos, quando for o caso, que não constem vigência, será considerado o prazo de 90 (noventa) dias da data da emissão.

9.8 - Sob pena de inabilitação, nos documentos a que se refere o subitem 9.6 deste edital deverão constar o nome/razão social do proponente, o número do CNPJ e o respectivo endereço, observado que se o proponente for:

a) matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz;

b) filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, com exceção dos documentos conjuntos ou consolidados, desde que devidamente comprovada a centralização;

c) a matriz, e a execução for realizado pela filial, os documentos exigidos neste Edital deverão ser apresentados em nome da matriz e da filial simultaneamente, com exceção dos documentos conjuntos ou consolidados, desde que devidamente comprovada a centralização.

9.9 - O proponente poderá apresentar os comprovantes de regularidade relativa à Seguridade Social - INSS e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS centralizados junto à matriz, desde que apresente comprovante da centralização do recolhimento das contribuições e a certidão em que consta o CNPJ da entidade centralizadora.

9.10 - A Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição e, uma vez sendo declarada vencedora do certame, terá prazo de **05 (cinco) dias úteis**, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

9.10.1 - A não regularização da documentação, no prazo fixado, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133/21, sendo facultado à Administração convocar os proponentes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

10 - DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E HABILITAÇÃO

10.1 - O Pregoeiro efetuará o julgamento das propostas pelo critério de MENOR PREÇO GLOBAL.

10.2 - A licitação será processada e julgada em consonância com a legislação constante no preâmbulo deste Edital e com os procedimentos previstos na Lei Complementar nº 123/06 e alterações posteriores.

10.2.1 - A obtenção de benefícios previstos dos [arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006](#), fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

10.2.1.1 - Para observância do limite citado no subitem 10.2.1, será exigido do licitante, na fase em que for utilizado o benefício, declaração de observância desse limite na licitação.

10.3 - Encerrada a etapa de lances, o Pregoeiro encaminhará, pelo sistema eletrônico, contraproposta diretamente ao proponente que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta.

10.3.1 - O proponente deverá se manifestar até o prazo para apresentação da proposta, nos termos do subitem 8.2 do edital.

10.4 - Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do proponente, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

10.5 - O Pregoeiro irá decidir sobre a aceitação da proposta, observados prazos para execução, especificações técnicas e demais condições definidas neste Edital, e verificará a habilitação do proponente.

10.6 - Após encerrada a etapa competitiva, e verificada a ausência da proposta de preços e dos documentos de habilitação, conforme o subitem 6.1, será considerado como desistência do lance ofertado, sujeitando-se o proponente desistente às penalidades constantes no item 25 do Edital.

10.7 - Se a proposta não atender às especificações técnicas, e às condições mínimas de habilitação, o Pregoeiro convocará a proposta e os documentos de habilitação das empresas subsequentes, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à sua habilitação, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda ao Edital, sendo o respectivo proponente declarado vencedor.

10.8 - O representante legal do proponente que subscrever os documentos apresentados deve estar devidamente identificado no processo, apresentando documento de identidade.

10.8.1 - Nenhuma pessoa, ainda que munida de procuração, poderá representar mais de uma empresa no(s) mesmo(s) item(ns)/lote(s) deste processo, sob pena de exclusão sumária de ambos os proponentes representados.

10.9 - Serão desclassificadas as propostas:

a) que não atenderem às especificações/descrição do objeto desta licitação;

b) que forem omissas ou se apresentarem incompletas ou não informarem as características do bem cotado, impedindo sua identificação com o item licitado;

c) que conflitem com a legislação em vigor;

d) que deixarem de atender aos requisitos estabelecidos nos itens 6 ou 8 deste Edital;

e) com valores unitários ou globais superiores ao limite estabelecido ou com preços manifestamente inexequíveis, assim considerados aqueles que não venham a ser demonstrado sua exequibilidade quando exigido pela Administração.

10.10 - Havendo divergência entre o valor unitário e total, prevalecerá o valor unitário.

10.11 - Serão desconsideradas as propostas que apresentarem alternativas de preços, marca/modelo ou qualquer outra condição não prevista neste Edital.

10.12 - Se o proponente vencedor, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não apresentar situação regular, estará sujeito às penalidades previstas no item 25 deste Edital. Neste caso, o Pregoeiro convocará as propostas e documentos de habilitação dos proponentes subsequentes, observada a ordem de classificação, até a apuração de uma que atenda ao Edital, sendo o respectivo proponente convocado para negociar redução do preço ofertado.

10.13 - Decorrido o prazo de validade das propostas, sem convocação para a contratação, ficam os proponentes liberados dos compromissos assumidos.

10.14 - No julgamento das propostas e na fase de habilitação o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas e dos documentos e a sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de classificação e habilitação.

10.15 - O Pregoeiro poderá durante a sessão verificar a regularidade dos documentos disponíveis para consulta on-line exigidos no subitem 9.6, que não forem previamente apresentada(s) pelo(s) proponente(s) ou que forem apresentados vencidos ou positivos.

10.15.1 - No momento da verificação se o sistema estiver indisponível ficará o(s) proponente(s) com o ônus de não terem apresentado o documento ou ter (em) apresentado com restrição.

11 - DAS IMPUGNAÇÕES E DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

11.1 - Qualquer pessoa poderá, até 03 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, impugnar os termos do Edital do Pregão.

11.1.1 - As impugnações deverão ser protocolizadas através do e-mail sap.lct@joinville.sc.gov.br, em documento digitalizado (PDF, JPG) devidamente assinado, até o vencimento do prazo, acompanhado da respectiva representatividade e, quando for o caso, de procuração.

11.2 - Não serão conhecidas as impugnações e os recursos apresentados fora do prazo legal e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pelo proponente.

11.3 - Caberá a autoridade superior, auxiliado pelo setor responsável pela elaboração do edital, decidir sobre as eventuais impugnações.

11.4 - Acolhida a impugnação contra o presente Edital, será designada nova data para a realização do certame, exceto quando a alteração não afetar a formulação das propostas.

11.5 - As respostas às impugnações serão disponibilizadas no prazo de até 03 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, contados da data de recebimento da impugnação e ficarão disponíveis para todos os interessados nos endereços eletrônicos: www.joinville.sc.gov.br e www.gov.br/compras/pt-br.

11.6 - Do Recurso

11.6.1 - A manifestação da intenção de recorrer, se dará no prazo de 10 minutos, de forma imediata após o

término do julgamento das propostas, e do ato de habilitação ou inabilitação, em campo próprio do sistema, sob pena de preclusão, ficando a autoridade superior autorizada a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor.

11.6.2 As razões do recurso deverão ser apresentadas em momento único, em campo próprio no sistema, no prazo de três dias úteis, contados a partir da data de intimação.

11.6.3 Os demais licitantes ficarão intimados para, se desejarem, apresentar suas contrarrazões, no prazo de três dias úteis, contado da data de divulgação da interposição do recurso.

12 - DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

12.1 - A adjudicação e a homologação será realizada pela autoridade competente.

13 - DO REGISTRO DE PREÇOS

13.1 -O Sistema de Registro de Preços (SRP) é conjunto de procedimentos para realização, mediante licitação, de registro formal de preços relativos a prestação de serviços, a obras e a aquisição e locação de bens para contratações futuras.

13.2 - A Ata de Registro de Preços (ARP) é um documento vinculativo e obrigacional, com característica de compromisso para futura contratação, no qual são registrados o objeto, os preços, os fornecedores, os órgãos participantes e as condições a serem praticadas, conforme as disposições contidas no edital da licitação e nas propostas apresentadas.

13.3 - Órgão Gerenciador ou Entidade Gerenciadora é o órgão ou entidade da Administração Pública responsável pela condução do conjunto de procedimentos para registro de preços e pelo gerenciamento da ata de registro de preços dele decorrente.

13.4 - Órgão Participante ou Entidade Participante é órgão ou entidade da Administração Pública que participa dos procedimentos iniciais da contratação para registro de preços e integra a ata de registro de preços.

13.5 - A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

13.6 - Homologado o resultado da licitação, respeitada a ordem de classificação e a quantidade de fornecedores a serem registrados, serão convocados os interessados para assinatura eletrônica da Ata de Registro de Preços, que deverá ocorrer **no prazo de até 05 (cinco) dias úteis contados da sua disponibilização no Sistema Eletrônico de Informação (SEI).**

13.6.1 - O(s) representante(s) legal(is) do(s) vencedor(es) receberá(ão) um e-mail no endereço cadastrado informando a disponibilização do documento para assinatura eletrônica, o qual indicará o *link* para acesso.

13.6.2 - É de responsabilidade exclusiva do usuário a consulta acerca da disponibilização do documento para assinatura no seu ambiente virtual.

13.7 - A contratação com os fornecedores registrados será formalizada pelo Órgão Gerenciador, por intermédio de instrumento contratual ou outro instrumento hábil.

14 - DA FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

14.1 - Homologada a licitação, será formalizada a Ata de Registro de Preços, documento vinculativo obrigacional, com características de compromisso para a futura contratação, com o fornecedor primeiro classificado e, se for o caso, com os demais classificados, obedecendo à ordem de classificação e aos preços propostos.

14.2 -No caso do fornecedor primeiro classificado, após convocado não comparecer ou se recusar a assinar a Ata de Registro de Preços, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na Lei nº 14.133 de 2021, serão convocados os licitantes ou fornecedores do cadastro de reserva.

15 - DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

15.1 - A Ata de Registro de Preços terá vigência de 1 (um) ano, contado do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, podendo ser prorrogado por igual período, desde que demonstrado o preço vantajoso.

15.1.1 - Em caso de prorrogação da vigência da Ata de Registro de Preços, as quantidades inicialmente registradas poderão ser renovadas, na sua totalidade, independentemente do quantitativo utilizado no período de vigência, não sendo possível cumular com as quantidades não utilizadas.

16 - DAS ALTERAÇÕES NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

16.1 - Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados,

nas seguintes situações:

- a) em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133 de 2021;
- b) em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados; ou
- c) na hipótese de previsão no edital de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos do disposto na Lei nº 14.133 de 2021.

16.2 - Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, por motivo superveniente, o órgão ou a entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

16.2.1 - Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

16.2.2 - Na hipótese prevista no subitem 16.2.1, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado.

16.2.3 - Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou a entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção de contratação mais vantajosa.

16.2.4 - Na hipótese de redução do preço registrado, o órgão ou a entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços, para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciar negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no [art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

16.3 - Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que o impossibilite de cumprir o compromisso.

16.3.1 - Para fins do disposto no subitem 16.3, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

16.3.2 - Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou pela entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e na legislação aplicável.

16.3.3 - Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do disposto no subitem 16.3.2, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados.

16.3.4 - Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou a entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do disposto no subitem 17.2, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

16.3.5 - Na hipótese de comprovação do disposto nos subitens 16.3 e 16.3.1 o órgão ou a entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

16.3.5.1 - Para fins do disposto no subitem 16.3.5, na hipótese de desequilíbrio, a Comissão de Acompanhamento e Fiscalização - CAF deverá consultar os fornecedores constantes no Cadastro de Reserva, se houver, como forma de comprovação da compatibilidade com os preços praticados no mercado.

16.3.6 - O órgão ou a entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no [art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

17 - DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

17.1 - O fornecedor terá seu registro cancelado quando:

- a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços sem motivo justificado;
- b) não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
- c) não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no subitem 16.3.2; ou;
- d) sofrer sanção prevista nos [incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

17.1.1 - Na hipótese prevista na letra "d", caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas novas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

17.1.2 - O cancelamento do registro nas hipóteses previstas no subitem 17.1 será formalizado por despacho

do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

17.1.3 - Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

17.2 - O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

- a) por razão de interesse público;
- b) a pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
- c) se não houver êxito nas negociações, nos termos do disposto no item 16.

18 - DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

18.1 - O Cadastro de Reserva, será composto por:

- a) licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a ordem de classificação na licitação; e
- b) licitantes ou fornecedores que mantiverem sua proposta original;

18.1.1 - O registro a que se refere o subitem 18.1 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva, para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

18.1.2 - Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores de que trata a alínea "a" do subitem 18.1 antecederão aqueles de que trata a alínea "b" do referido subitem.

18.2 - O Cadastro de Reserva não obriga a administração à contratação.

18.3 - Os fornecedores que compõem o Cadastro de Reserva estão vinculados as cláusulas da Ata de Registro de Preços.

19 - DA UTILIZAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

19.1 - Caso o licitante classificado em primeiro lugar não assine a Ata de Registro de Preços ou não apresente situação regular no ato da assinatura, bem como na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, será examinado o Cadastro de Reserva, observada a ordem de classificação do certame.

19.1.1 - Nos casos de Ata de Registro de Preços formalizada, o Cadastro de Reserva será examinado somente após o cancelamento da mesma.

19.2 - O Pregoeiro procederá a análise dos documentos e proposta de preços atualizados dos licitantes que manifestaram interesse no Cadastro de Reserva.

19.2.1 - A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes.

19.2.2 - No caso de apresentação de amostras, a mesma se dará nos termos já definidos no edital.

19.2.3 - A convocação para apresentação da proposta de preços e dos documentos de habilitação observará as regras do Portal de Compras do Governo Federal - Comprasnet.

20 - DA CONTRATAÇÃO

20.1 - A contratação do(s) proponente(s) vencedor(es) do presente Pregão será representada pela expedição do Termo de Contrato, da qual constará, no mínimo, identificação da licitação, especificações resumidas do serviço licitado, quantitativo, preço unitário e total, fornecedor, local e prazo para execução dos serviços conforme solicitação do Contratante.

20.2 - Convocação para assinatura eletrônica do contrato:

20.2.1 - Os fornecedores registrados serão convocados para assinatura eletrônica do contrato, que deverá ocorrer no prazo de até 05 (cinco) dias úteis contados da sua disponibilização no Sistema Eletrônico de Informação (SEI).

20.2.2 - O(s) representante(s) legal(is) do(s) vencedor(s) receberá(ão) um e-mail no endereço cadastrado informando a disponibilização do documento para assinatura eletrônica, o qual indicará o *link* para acesso.

20.2.3 - É de responsabilidade exclusiva do usuário a consulta acerca da disponibilização do documento para assinatura no seu ambiente virtual.

20.3 - Se o vencedor não apresentar situação de habilitação regular ou, dentro do prazo de validade de sua proposta, se recusar a assinar o contrato, poderá ser convocado outro proponente. Neste caso, será observada a ordem de classificação, averiguada a aceitabilidade de sua oferta, procedendo à sua habilitação e, sucessivamente, até a apuração de um que atenda ao Edital que será declarado o vencedor do certame, podendo o Pregoeiro negociar diretamente com o proponente para que seja obtido melhor preço.

20.3.1 - Se o vencedor se recusar a assinar o contrato no prazo estabelecido, apresentar justificativa por escrito não aceita pela Administração ou deixar de fazê-lo, além de decair do direito, sujeitar-se-á das sanções

previstas neste Edital.

20.4 - Para assinatura eletrônica do contrato o vencedor deverá apresentar:

20.4.1 - Certidões atualizadas de regularidade fiscal junto aos seguintes órgãos: **Fazenda Federal (conjunta com a contribuição previdenciária), Fazenda Estadual, Fazenda Municipal**, do domicílio ou sede do proponente e Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - **FGTS**, em atendimento ao art. 92, inciso XVI, da Lei nº 14.133/21 e a **Certidão de Negativas Débitos Trabalhistas**, conforme Lei nº 12.440, de 07 de julho de 2011.

20.4.2 - Procuração pública ou particular, com poderes específicos para representar o interessado, caso a assinatura do termo contratual seja realizada por um procurador designado pelo proponente.

20.4.3 - Em caso de consórcio, o licitante vencedor é obrigado a promover, no prazo de até 30 (trinta) dias corridos, prorrogável por igual período, a critério da Administração, a constituição e o registro do consórcio, nos termos do compromisso referido no inciso I do artigo 15 da Lei nº 14.133/2021.

21 - DA ASSINATURA ELETRÔNICA

21.1 - A assinatura do contrato e demais documentos vinculados a este instrumento, será realizada eletronicamente, mediante login e senha, devendo o(s) representante(s) legal(is) do(s) proponente(s) providenciar(em) a sua assinatura eletrônica, de acordo com Instrução Normativa nº 183/2023, regulamentada pelo Decreto Municipal nº 56.185/2023.

21.1.1 - O(s) representante(s) legal(is) do(s) interessado(s) em participar da licitação poderá(ão) providenciar seu cadastro, com autenticação de conta através do login único "[gov.br](https://www.joinville.sc.gov.br/servicos/acessar-portal-de-autosservico/)" para liberação da assinatura eletrônica, de acordo com o que estabelece a carta de serviços disponível no seguinte link: <https://www.joinville.sc.gov.br/servicos/acessar-portal-de-autosservico/>

21.2 - Após declarado vencedor o(s) representante(s) legal(is) do(s) proponente(s) deverá(ão) estar com o seu usuário externo certificado para efetuar a assinatura eletrônica, nos termos do Decreto Municipal nº 56.185/2023, sob pena de decair do direito de assinar o Contrato e/ou eventuais alterações, sem prejuízo das sanções previstas no edital.

21.2.1 - É de responsabilidade exclusiva do(s) representante(s) legal(is) do(s) proponente(s)/interessado(s) a criação de seu cadastro com autenticação de conta através do login único "[gov.br](https://www.joinville.sc.gov.br/servicos/acessar-portal-de-autosservico/)" para liberação da assinatura eletrônica.

22 - DOS PRAZOS E DA FORMA DE EXECUÇÃO DO OBJETO

22.1 - A vigência dos futuros contratos estará adstrita ao tempo necessário à execução, ao pagamento do objeto licitado e à disponibilidade de créditos orçamentários, sendo estabelecida no termo contratual.

22.2 - Os serviços deverão ser realizados em até 30 (trinta) dias corridos, após a emissão da ordem de serviço eletrônica.

22.2.1 - Os serviços serão executados conforme disposto no Termo de Referência - Anexo V do Edital.

22.3 - A ordem de serviço eletrônica será expedida pela Secretaria Gestora do Contrato, no prazo máximo de até 60 (sessenta) dias contados a partir da data da assinatura do contrato, nos termos do artigo 172 da Instrução Normativa nº 03/2024 da Secretaria de Administração e Planejamento, aprovada pelo Decreto Municipal nº 64.109/2024.

22.4 - Os preços inicialmente contratados somente poderão ser reajustados após o prazo de um ano, contado da data base do orçamento estimado, qual seja, 08/01/2026.

22.5 - Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação do IPCA - Índice de Preço ao Consumidor Amplo, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

22.6 - Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

22.7 - Quando a Ata de Registro de Preços for reajustada, a data base para reajuste dos Contratos emitidos após esse reajuste, passará a ser da data base do reajuste da Ata de Registro de Preços.

22.8 - Para fins de contagem dos prazos previstos será considerado como data de assinatura do contrato a data da última assinatura (dia/mês/ano) dos signatários referenciados no preâmbulo do referido instrumento.

23 - DA GESTÃO DO CONTRATO

23.1 - A gestão do contrato será realizada pelo Hospital Municipal São José, sendo esse responsável pelo recebimento e fiscalização do objeto licitado, devendo ser observado o disposto no art. 117 da Lei nº 14.133/21.

24 - DO PAGAMENTO DOS SERVIÇOS

24.1 - O pagamento será efetivado de acordo com a(s) proposta(s) de preços apresentada(s) pelo(s)

vencedor(s) da licitação, observado o que consta neste Edital e seus Anexos, inclusive quanto à forma e condições de pagamento.

24.1.1 - O Município responsabilizar-se-á pelo pagamento resultantes de modificações contratuais sempre que devidamente autorizados pela Secretaria Gestora do Contrato, observados os limites do art 125 da Lei nº 14.133/21.

24.1.2 - O pagamento será conforme as medições realizadas de acordo com os prazos/cronograma propostos, após recebimento provisório e definitivo do atendimento das especificações do Termo de Referência.

24.2 - O pagamento será efetivado mediante apresentação da nota fiscal/fatura que deverá ser emitida em nome do Município, da qual deverá constar o número desta licitação, empenho e das negativas fiscais regularizadas (Federal (conjunta com a contribuição previdenciária), Estadual, Municipal, FGTS e a Certidão de Negativa de Débitos Trabalhistas), conforme Lei nº 12.440, de 07 de julho de 2011.

24.3 - As retenções tributárias serão aplicadas de acordo com as legislações federais, estaduais e municipais vigentes.

24.4 - O pagamento será efetuado em até 45 (quarenta e cinco) dias após a certificação da Nota Fiscal, de acordo com o Processo SEI de Gestão-Certificação de Documento Fiscal.

24.5 - Em caso de atraso dos pagamentos por culpa exclusiva da Administração, será aplicado como índice de atualização monetária o IPCA - Índice de Preços ao Consumidor Amplo.

25 - DAS SANÇÕES

25.1 - As sanções que poderão ser aplicadas ao PROPONENTE são as previstas na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, neste Edital de Licitação e no respectivo Contrato, sem prejuízo do disposto na Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013 e na Lei Municipal nº 8.983, de 06 de agosto de 2021.

25.2 - Sanções que poderão ser cominadas ao PROPONENTE, garantidos os direitos ao contraditório e à ampla defesa:

I) Multa, que será deduzida dos respectivos créditos, ou cobrados administrativamente ou judicialmente:

a) De até 5% sobre o valor total da proposta do item e/ou lote ofertado, diante do cometimento das condutas previstas nas alíneas "a", "b" e "d" do item 25.3 do Edital;

b) De até 10% sobre o valor total da proposta do item e/ou lote ofertado, diante do cometimento da conduta prevista na alínea "c" do item 25.3 do Edital;

c) De até 30% (trinta por cento) sobre o valor total da proposta do item e/ou lote ofertado, diante do cometimento das condutas previstas nas alíneas "e", "f", "g", "h" e "i" do item 25.3 do Edital;

II) Impedimento de licitar e contratar, com o Município de Joinville, Administração Direta e Indireta, e o descredenciamento do Cadastro de Fornecedor do Município de Joinville, pelo prazo de até 3 (três) anos, sem prejuízo das demais cominações legais e contratuais.

III) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

25.3 - O PROPONENTE será responsabilizado administrativamente, pelo cometimento das seguintes infrações:

a) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

b) não manter a proposta, quando devidamente convocado, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado e comprovado;

c) não celebrar Ata de Registro de Preços e/ou contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

d) ensejar o retardamento do certame, sem motivo justificado;

e) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

f) fraudar a licitação;

g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

h) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

i) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

25.3.1 - Constituem comportamentos que serão enquadrados na alínea "a" do item 25.3, sem prejuízo de outros que venham a ser verificados no decorrer da licitação:

I - deixar de entregar documentação exigida no instrumento convocatório;

II - entregar documentação em manifesta desconformidade com as exigências do instrumento convocatório;

III - fazer entrega parcial de documentação exigida no instrumento convocatório;

IV - deixar de entregar documentação complementar exigida pelo Agente de Contratação, necessária para a comprovação de veracidade e/ou autenticidade de documentação exigida no edital de licitação.

25.3.2 - Constituem comportamentos que serão enquadrados na alínea "b" do item 25.3, sem prejuízo de outros que venham a ser verificados no decorrer da licitação:

I - deixar de atender a convocações do Agente de Contratação durante o trâmite do certame ou atendê-las de forma insatisfatória;

II - deixar de encaminhar ou encaminhar em manifesta desconformidade com o instrumento convocatório as amostras solicitadas pelo Agente de Contratação;

III - abandonar o certame;

IV - solicitar a desclassificação após a abertura da sessão do certame.

25.3.3 - Considera-se a conduta da alínea "f" do item 25.3 como sendo a prática de qualquer ato destinado à obtenção de vantagem ilícita ou que induza ou mantenha em erro agentes públicos da Prefeitura Municipal de Joinville, com exceção da conduta disposta na alínea "e" do item 25.3.

25.3.4 - Considera-se a conduta da alínea "g" do item 25.3 como sendo a prática de atos direcionados a prejudicar o bom andamento do certame, em especial agir em conluio ou em desconformidade com a lei; induzir deliberadamente a erro no julgamento; apresentar amostra deteriorada ou falsificada, sem prejuízo de outras que venham a ser verificadas no decorrer da licitação.

25.4 - As multas aplicáveis para o caso de praticar ato lesivo obedecerão ao regramento previsto na Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013 e na Lei Municipal nº 8.983, de 06 de agosto de 2021 e na regulamentação vigente.

25.5 - As multas deverão ser pagas junto à Tesouraria da Secretaria de Fazenda do Município até o dia de pagamento que o PROPONENTE tiver direito, mediante o envio da guia para pagamento pela Unidade Gestora ao PROPONENTE, ou poderão ser cobradas judicialmente após 30 (trinta) dias da cientificação.

25.6 - Nas sanções previstas neste edital, a Administração considerará, motivadamente, a natureza e a gravidade da infração cometida; as circunstâncias agravantes ou atenuantes; as peculiaridades do caso concreto; os danos que dela provierem para a Administração Pública; e a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle, graduando-as e podendo deixar de aplicá-las, se admitidas as justificativas do PROPONENTE, nos termos do que dispõe o art. 156 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

25.7 - As sanções aplicadas serão registradas no cadastro do PROPONENTE e, para fins de publicidade, no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo federal.

25.8 - Nenhum pagamento será realizado ao PROPONENTE enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de sanção.

25.9 - O montante de multas aplicadas ao PROPONENTE não poderá ultrapassar a 30% (trinta por cento) do valor global da proposta.

25.10 - As sanções acima também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva, em pregão para registro de preços que, quando convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente.

25.11 - A aplicação das sanções poderá ocorrer por intermédio de meios alternativos de prevenção e resolução de controvérsias, notadamente a conciliação, a mediação, o comitê de resolução de disputas e a arbitragem, conforme previsto na Lei nº 14.133/2021, legislações municipais e normativas que regulamentem a matéria no âmbito do Município.

26 - DO RECEBIMENTO PROVISÓRIO E DEFINITIVO

26.1 - Os serviços serão recebidos:

a) Provisoriamente, no ato da entrega do item, pela Comissão de Fiscalização e Acompanhamento;

b) Definitivamente, no prazo máximo de 7 (sete) dias úteis, contados após o recebimento provisório, a CONTRATANTE realizará o recebimento definitivo, que ocorrerá somente se os itens estiverem conforme quantidade solicitada e consoante as especificações do presente Termo de Referência;

c) Na hipótese de verificação a que se refere a alínea, "b" não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo;

d) O recebimento provisório ou definitivo dos itens não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pelos prejuízos resultantes da incorreta execução da futura contratação;

e) Se a CONTRATANTE constatar, tanto no recebimento provisório como no definitivo, que o(s) serviço(s) prestado(s) não corresponde(m) ao exigido no Termo de Referência, ou em quantidade diversa da solicitada, a(s) CONTRATADA(S) deverá(ão) providenciar(em) no prazo estipulado no item 6.7.11, do Termo de Referência - Anexo V, a substituição/reposição visando ao atendimento total das especificações, conforme item 1.2, sem prejuízo da incidência das sanções previstas na contratação, no Edital, na Lei nº. 14.133/2021 e alterações posteriores e no Código de Defesa do Consumidor (Lei nº. 8.078/90).

27 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

27.1 - Os pedidos de esclarecimentos referentes ao processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro,

exclusivamente por meio eletrônico, até 03 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, pelo e-mail: sap.lct@joinville.sc.gov.br, conforme estabelece o art. 164 da Lei Federal 14.133/21.

27.1.1 - O Pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de até 03 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, contados da data de recebimento do pedido, e ficarão disponíveis para todos os interessados nos endereços eletrônicos: www.joinville.sc.gov.br e www.gov.br/compras/pt-br.

27.2 - Os pedidos de vistas acerca da presente licitação para os participantes do processo deverão ser realizados pelo e-mail sap.lct@joinville.sc.gov.br.

27.3 - É facultado ao Pregoeiro ou à autoridade superior, em qualquer fase desta licitação, promover diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, nos termos do art. 64, da Lei nº 14.133/21.

27.3.1 - Havendo a necessidade de envio de documentos complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o proponente será convocado a encaminhá-los, via sistema, sob pena de desclassificação/inabilitação, no prazo mínimo de 2 (duas) horas, conforme estabelecido pelo Pregoeiro no momento da convocação.

27.3.2 - As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os participantes, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.

27.4 - O proponente que vier a ser contratado ficará obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões sobre o valor inicial do contrato que se fizerem necessários, por conveniência do Contratante, dentro do limite permitido pelo art 125 da Lei nº 14.133/21.

27.5 - A Secretaria de Administração e Planejamento poderá revogar o presente Pregão por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar o ato, ou anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

27.6 - O presente Edital e seus Anexos poderão ser alterados pela Administração antes de aberta a licitação, no interesse público, por sua iniciativa ou decorrente de provocação de terceiros, atendido o que estabelece o art.55, § 1º, da Lei 14.133/21, bem como adiar ou prorrogar o prazo para cadastro e/ou a abertura das Propostas.

27.7 - Ficam vinculados a este Edital e seus anexos as propostas de preços e demais documentos constantes dos presentes autos, dele não podendo se afastar durante a sua vigência.

27.8 - Serão aplicadas, em caso de vício ou defeito, além da Lei de Licitações, as disposições contidas no Código de Defesa do Consumidor - Lei nº 8.078/90, inclusive no que concerne a garantia, prazo para atendimento da assistência técnica e demais normas disciplinadoras da matéria.

27.9 - Nenhuma indenização será devida aos proponentes pela elaboração ou pela apresentação de documentação referente ao presente Edital.

27.10 - A participação na presente licitação implicará na aceitação integral e irrevogável dos termos deste Edital, seus anexos, bem como a observância dos regulamentos administrativos.

27.11 - É facultado ao proponente visitar o local onde serão realizados os serviços, não podendo posteriormente alegar desconhecimento.

27.12 - Todas as informações/alterações relativas ao presente certame serão postadas nos endereços eletrônicos: www.joinville.sc.gov.br e www.gov.br/compras/pt-br, sendo de exclusiva responsabilidade do interessado o seu acompanhamento.

ANEXO I

Quadro de Quantitativos e Especificações Mínimas dos Itens e Valores Máximos Estimados:

Item	Material/Serviço	Unid. medida	Qtd licitada	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)
1	46380 - Armário aéreo laminado no MDF com 3 portas, fechadura, prateleiras internas, 3 puxadores tipo alça e nichos. Conforme especificações e projeto	Unidade	5	1.711,61	8.558,05
2	46381 - Armário baixo laminado no MDF, com 4 portas, fechaduras, prateleiras internas, 4 puxadores tipo alça e 06 suportes metálicos. Conforme especificações e projeto	Unidade	8	2.387,96	19.103,68
3	46382 - Armário baixo laminado no MDF com 07 portas, fechaduras, prateleiras internas, 07 puxadores tipo alça, e 06 suportes metálicos. Conforme especificações e projeto	Unidade	5	4.854,00	24.270,00
4	46383 - Armário baixo laminado no MDF com 05 portas, fechaduras, prateleiras internas, 05 puxadores tipo alça, e 06 suportes metálicos. Conforme	Unidade	5	3.406,05	17.030,25

	especificações e projeto				
5	46384 - Bancada laminada em MDF com mão francesa. Conforme especificações e projeto	Unidade	3	320,08	960,24
6	46385 - Armário laminado no MDF com 02 portas, fechaduras, prateleiras internas, 02 puxadores tipo alça, e 04 suportes metálicos. Conforme especificações e projeto	Unidade	18	2.347,33	42.251,94
7	46385 - Armário laminado no MDF com 02 portas, fechaduras, prateleiras internas, 02 puxadores tipo alça, e 04 suportes metálicos. Conforme especificações e projeto	Unidade	16	1.403,27	22.452,32
8	46385 - Armário laminado no MDF com 02 portas, fechaduras, prateleiras internas, 02 puxadores tipo alça, e 04 suportes metálicos. Conforme especificações e projeto	Unidade	11	2.800,00	30.800,00
9	46385 - Armário laminado no MDF com 02 portas, fechaduras, prateleiras internas, 02 puxadores tipo alça, e 04 suportes metálicos. Conforme especificações e projeto	Unidade	15	2.800,00	42.000,00
10	47829 - Armário laminado no MDF cinza cristal com 12 portas, fechaduras e 04 suportes metálicos Conforme especificações e projeto.	Unidade	11	2.145,48	23.600,28
11	46387 - Bancada de serviço laminada no MDF, com 03 portas, 03 puxadores tipo alça, 03 gavetas com repartições internas, 32 nichos com proteção antiqueda em acrílico, 04 nichos maiores e 04 suportes metálicos. Conforme especificações e projeto	Unidade	10	3.477,50	34.775,00
12	46388 - Bancada de serviço laminada no MDF, com 02 portas, 02 puxadores tipo alça, 02 gavetas com repartições internas, 16 nichos com proteção antiqueda em acrílico, 04 nichos maiores e 04 suportes metálicos. Conforme especificações e projeto	Unidade	10	2.392,93	23.929,30
13	46389 - Banco no MDF. Conforme especificações e projeto	Unidade	20	313,50	6.270,00
14	46390 - Gaveteiro laminado no MDF, com 03 gavetas, 03 puxadores tipo alça, e 04 suportes metálicos. Conforme especificações e projeto	Unidade	30	642,11	19.263,30
15	46390 - Gaveteiro laminado no MDF, com 03 gavetas, 03 puxadores tipo alça, e 04 suportes metálicos. Conforme especificações e projeto	Unidade	15	659,00	9.885,00
16	46391 - Gaveteiro laminado no MDF, com 06 gavetas, 06 puxadores tipo alça, e 04 suportes metálicos. Conforme especificações e projeto	Unidade	9	988,20	8.893,80
17	46391 - Gaveteiro laminado no MDF, com 06 gavetas, 06 puxadores tipo alça, e 04 suportes metálicos. Conforme especificações e projeto	Unidade	7	938,80	6.571,60
18	46392 - Mesa laminada no MDF, prever passagem para instalações elétricas. Conforme especificações e projeto	Unidade	20	600,00	12.000,00
19	46392 - Mesa laminada no MDF, prever passagem para instalações elétricas. Conforme especificações e projeto	Unidade	30	1.200,68	36.020,40
20	46393 - Nicho aéreo no MDF Conforme especificações e projeto	Unidade	10	327,00	3.270,00
Total Geral					391.905,16

ANEXO II

MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

À
Secretaria de Administração e Planejamento

Itens	Descrição	Quantidade	Unidade	Valor Unitário	Valor Total

Preço total em R\$ por extenso:

Validade da Proposta:
Garantia (se for o caso):

Dados do proponente:

Razão Social:
Endereço:
Município:
Estado:
CEP:
CNPJ:
Fone:
E-mail:
Banco:
Agência bancária:
Conta:

Dados do Representante Legal da Empresa para assinatura do Contrato/Ata de Registro de Preços:

Nome:
CPF:
Cargo/Função:

Declaramos que temos amplo conhecimento e aceitamos todas as condições estabelecidas no edital do Pregão Eletrônico e seus anexos.

Local e Data:
Nome, cargo e assinatura

ANEXO III
Minuta da Ata de Registro de Preços
VALIDADE: 12 (doze) MESES

O Município de Joinville, por intermédio da Secretaria de Administração e Planejamento, doravante denominada ÓRGÃO PROMOTOR, nos termos da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, Decreto Municipal nº 28.024, de 09 de dezembro de 2016, Decreto Municipal nº 56.185, de 18 de agosto de 2023, Decreto Municipal nº 56.224, de 24 de agosto de 2023, Decreto Municipal nº 64.109, de 18 de dezembro de 2024 e das demais normas legais aplicáveis neste ato representado pelo Sr. Ricardo Mafra, Secretário de Administração e Planejamento e pela Sra. Silvia Cristina Bello, Diretora Executiva, em face das propostas apresentadas e do resultado do julgamento do **Pregão Eletrônico nº 042/2026**, resolve REGISTRAR OS PREÇOS da empresa abaixo qualificada, para futura e eventual Prestação de serviços de confecção e instalação de móveis sob medida/planejados, nas quantidades, termos e condições descritos no Edital e seus anexos, que passam a fazer parte desta, e em conformidade com as disposições a seguir:

Nome da empresa: xxxxxx
CNPJ: xxxxxx
Endereço: xxxxxx
Cidade: xxxxxx Estado: xxxxxx
CEP: xx.xxx-xxx
Telefone: (xx) xxxxxx-xxxx
Email: xxxxxx
Representante Legal: xxxxxx CPF: xxx.xxx.xxx-xx

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 - A presente ata tem por objeto o registro de preços para prestação de serviços, quando requerido, conforme descrição abaixo:

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VALIDADE DOS PREÇOS

2.1 - A Ata de Registro de Preços terá vigência de 1 (um) ano, contado a partir do 1º do útil subsequente à data de divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, podendo ser prorrogado por igual período, desde que demonstrado o preço vantajoso.

2.1.1 - Em caso de prorrogação da vigência da Ata de Registro de Preços, as quantidades inicialmente registradas poderão ser renovadas, na sua totalidade, independentemente do quantitativo utilizado no período de vigência, não sendo possível cumular com as quantidades não utilizadas.

2.2 - Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Joinville não será obrigado a contratar o objeto referido na Cláusula Primeira exclusivamente pelo Sistema de Registro de Preços, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente motivada, ou, cancelar a Ata na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas para tanto, garantidos à detentora, neste caso, o contraditório e a ampla defesa.

2.3 - É vedada a participação do órgão ou entidade em mais de uma ata de registro de preços com o mesmo objeto no prazo de validade daquela de que já tiver participado, salvo na ocorrência de ata que tenha registrado quantitativo inferior ao máximo previsto no edital.

2.4 - Os preços inicialmente contratados somente poderão ser reajustados após o prazo de um ano, contado da data base do orçamento estimado, qual seja, 08/01/2026.

2.5 - Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação do IPCA - Índice de Preço ao Consumidor Amplo, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

2.6 - Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

2.7 - Quando a Ata de Registro de Preços for reajustada, a data base para reajuste dos Contratos emitidos após esse reajuste, passará a ser da data base do reajuste da Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA TERCEIRA - DOS PRAZOS E DA FORMA DE EXECUÇÃO DO OBJETO

3.1 - A vigência dos futuros contratos estará adstrita ao tempo necessário à execução, ao pagamento do objeto licitado e à disponibilidade de créditos orçamentários, sendo estabelecida no termo contratual.

3.2 - Os serviços deverão ser realizados em até 30 (trinta) dias corridos, após a emissão da ordem de serviço eletrônica.

3.2.1 - Os serviços serão executados conforme disposto no Termo de Referência - Anexo V do Edital.

3.3 - A ordem de serviço eletrônica será expedida pela Secretaria Gestora do Contrato, no prazo máximo de até 60 (sessenta) dias contados a partir da data da assinatura do contrato, nos termos do artigo 172 da Instrução Normativa nº 03/2024 da Secretaria de Administração e Planejamento, aprovada pelo Decreto Municipal nº 64.109/2024.

3.4 - Para fins de contagem dos prazos previstos será considerado como data de assinatura do contrato a data da última assinatura (dia/mês/ano) dos signatários referenciados no preâmbulo do referido instrumento.

CLÁUSULA QUARTA - CONDIÇÕES PARA CONTRATAÇÃO

4.1 - A contratação do(s) proponente(s) vencedor(es) do presente Pregão será representada pela expedição do Termo de Contrato, da qual constará, no mínimo, identificação da licitação, especificações resumidas do serviço licitado, quantitativo, preço unitário e total, fornecedor, local e prazo para execução dos serviços conforme solicitação do Município.

4.2 - Convocação para assinatura do Contrato:

4.2.1 - Os fornecedores registrados serão convocados para assinatura eletrônica do contrato, que deverá ocorrer no prazo de até 05 (cinco) dias úteis contados da sua disponibilização no Sistema Eletrônico de Informação (SEI).

4.2.2 - O(s) representante(s) legal(is) do(s) vencedor(s) receberá(ão) um e-mail no endereço cadastrado informando a disponibilização do documento para assinatura eletrônica, o qual indicará o *link* para acesso.

4.2.3 - É de responsabilidade exclusiva do usuário a consulta acerca da disponibilização do documento para assinatura no seu ambiente virtual.

4.3 - Se o vencedor não apresentar situação de habilitação regular ou, dentro do prazo de validade de sua proposta, se recusar a assinar o Contrato, poderá ser convocado outro proponente. Neste caso, será observada a ordem de classificação, averiguada a aceitabilidade de sua oferta, procedendo à sua habilitação e, sucessivamente, até a apuração de um que atenda ao Edital que será declarado o vencedor do certame, podendo o Pregoeiro negociar diretamente com o proponente para que seja obtido melhor preço.

4.3.1 - Se o vencedor se recusar a assinar o Contrato no prazo estabelecido, apresentar justificativa por escrito não aceita pela Administração ou deixar de fazê-lo, além de decair do direito, sujeitar-se-á das sanções previstas neste instrumento.

4.4 - Ao assinar a Ata de Registro de Preços, e eventualmente o termo contratual, o proponente vencedor obriga-se a executar os serviços registrados, conforme especificações e condições contidas na Ata de

Registro de Preços, no Edital e seus anexos, e também na proposta apresentada;

4.5 - Para assinatura eletrônica do Contrato o vencedor deverá:

4.5.1 - Apresentar certidões atualizadas de regularidade fiscal junto aos seguintes órgãos: **Fazenda Federal (conjunta com a contribuição previdenciária), Fazenda Estadual, Fazenda Municipal**, do domicílio ou sede da proponente e Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - **FGTS**, em atendimento ao art. 92, inciso XVI, da Lei nº 14.133/21 e a **Certidão de Negativas Débitos Trabalhistas**, conforme Lei nº 12.440, de 07 de julho de 2011.

4.5.2 - Caso a assinatura do termo contratual seja realizada por um procurador designado pelo proponente, deverá ser apresentada a procuração pública ou particular, com poderes específicos para representar o interessado.

CLÁUSULA QUINTA - DO PAGAMENTO

5.1 - O pagamento será efetivado de acordo com a(s) proposta(s) de preços apresentada(s) pelo(s) vencedor(s) da licitação, observado o que consta neste Edital e seus Anexos, inclusive quanto à forma e condições de pagamento.

5.1.1 - O Município responsabilizar-se-á pelo pagamento resultantes de modificações contratuais sempre que devidamente autorizados pela Secretaria Gestora do Contrato, observados os limites do art 125 da Lei nº 14.133/21.

5.1.2 - O pagamento será conforme as medições realizadas de acordo com os prazos/cronograma propostos, após recebimento provisório e definitivo do atendimento das especificações do Termo de Referência.

5.2 - O pagamento será efetivado mediante apresentação da nota fiscal/fatura que deverá ser emitida em nome do CONTRATANTE, da qual deverá constar o número desta licitação, empenho e das negativas fiscais regularizadas (Federal (conjunta com a contribuição previdenciária), Estadual, Municipal, FGTS e a Certidão de Negativa de Débitos Trabalhistas), conforme Lei nº 12.440, de 07 de julho de 2011.

5.3 - As retenções tributárias serão aplicadas de acordo com as legislações federais, estaduais e municipais vigentes.

5.4 - O pagamento será efetuado em até 45 (quarenta e cinco) dias após a certificação da Nota Fiscal, de acordo com o Processo SEI de Gestão-Certificação de Documento Fiscal.

5.5 - Em caso de atraso dos pagamentos por culpa exclusiva da Administração, será aplicado como índice de atualização monetária o IPCA - Índice de Preços ao Consumidor Amplo.

CLÁUSULA SEXTA - DAS SANÇÕES

6.1 - As sanções que poderão ser aplicadas ao FORNECEDOR são as previstas na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, nesta Licitação e no Contrato (caso firmado).

6.2 - Sanções que poderão ser cominadas ao FORNECEDOR, garantidos os direitos ao contraditório e à ampla defesa:

I) Advertência;

II) **Multa**, que será deduzida dos respectivos créditos, ou cobrados administrativamente ou judicialmente:

a) De até 5%, nos casos de não celebrar contrato, sobre o valor total do contrato pretendido;

b) De até 5%, nos casos de inexecução parcial da Ata de Registro de Preços (que não cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo), sobre o valor total do instrumento equivalente ao contrato;

c) De até 5%, nos casos de descumprimento das obrigações decorrentes da Ata de Registro de Preços, sobre o valor total da Ata de Registro de Preços;

d) 0,2% (zero vírgula dois por cento) sobre o valor do instrumento equivalente ao contrato, por dia que exceder ao prazo para execução dos serviços, **até o limite de 10% (dez por cento);**

e) De até 10% (dez por cento), nos casos de inexecução parcial que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo, sobre o valor do instrumento equivalente ao contrato, em percentual proporcional ao descumprimento, sem prejuízo da apuração e reparação do dano que a exceder.

f) De até 15% (quinze por cento), nos casos de inexecução contratual total por parte do fornecedor, sobre o valor total do instrumento equivalente ao contrato, sem prejuízo da apuração e reparação do dano que a exceder.

g) De até 30% (trinta por cento) sobre o valor total da Ata de Registro de Preços para os casos de apresentar declaração ou documentação falsa ou prestar declaração falsa; praticar ato fraudulento na execução da Ata de Registro de Preços; comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza na execução da Ata de Registro de Preços.

III) **Impedimento de licitar e contratar** com o Município de Joinville, Administração Direta e Indireta, e o descredenciamento do Cadastro de Fornecedor do Município de Joinville, pelo prazo de até 3 (três) anos, sem

prejuízo das demais cominações legais e contratuais.

IV) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

6.3 - O FORNECEDOR será responsabilizado pelo cometimento das seguintes infrações:

- a)** dar causa à inexecução parcial da Ata de Registro de Preços e/ou do instrumento equivalente ao contrato;
- b)** dar causa à inexecução parcial da Ata de Registro de Preços e/ou do instrumento equivalente ao contrato, que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c)** dar causa à inexecução total da Ata de Registro de Preços e/ou do instrumento equivalente ao contrato;
- d)** não celebrar contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- e)** ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- f)** apresentar declaração ou documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do objeto da Ata de Registro de Preços;
- g)** praticar ato fraudulento na execução do do objeto da Ata de Registro de Preços;
- h)** comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza durante a execução do objeto da Ata de Registro de Preços;
- i)** praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- j)** descumprir as obrigações decorrentes da Ata de Registro de Preços.

6.4 - As multas aplicáveis para o caso de praticar ato lesivo obedecerá o regramento previsto na Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013 e na Lei Municipal nº 8.983, de 06 de agosto de 2021 e na regulamentação vigente.

6.5 - As multas deverão ser pagas junto à Tesouraria da Secretaria de Fazenda do Município até o dia de pagamento que o FORNECEDOR tiver direito ou poderão ser cobradas judicialmente após 30 (trinta) dias da notificação.

6.6 - Nas sanções previstas nesta Ata de Registro de Preços, a Administração considerará, motivadamente, a natureza e a gravidade da infração cometida; as circunstâncias agravantes ou atenuantes; as peculiaridades do caso concreto; os danos que dela provierem para a Administração Pública; e a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle, graduando-as e podendo deixar de aplicá-las, se admitidas as justificativas do FORNECEDOR, nos termos do que dispõe o art. 156 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

6.7 - As sanções aplicadas serão registradas no cadastro do FORNECEDOR e, para fins de publicidade, no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo federal.

6.8 - Nenhum pagamento será realizado ao FORNECEDOR enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de sanção ou inadimplência contratual.

6.9 - O montante de multas aplicadas ao FORNECEDOR não poderá ultrapassar a 30% (trinta por cento) do valor global da Ata de Registro de Preços, caso aconteça o ÓRGÃO PROMOTOR terá o direito de cancelar o Registro de Preços mediante notificação.

6.10 - As sanções acima também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva, em pregão para registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente.

6.11 - A aplicação das sanções poderá ocorrer por intermédio de meios alternativos de prevenção e resolução de controvérsias, notadamente a conciliação, a mediação, o comitê de resolução de disputas e a arbitragem, conforme previsto na Lei n 14.133/2021 e legislações municipais.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA ALTERAÇÃO DA ATA

7.1 - Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

- a)** em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133 de 2021;
- b)** em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados; ou
- c)** na hipótese de previsão no edital de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos do disposto na Lei nº 14.133 de 2021.

7.2 - Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, por motivo superveniente, o órgão ou a entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.2.1 - Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.2.2 - Na hipótese prevista no subitem 7.2.1, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado.

7.2.3 - Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou a entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção de contratação mais vantajosa.

7.2.4 - Na hipótese de redução do preço registrado, o órgão ou a entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços, para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no [art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.3 - Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.3.1 - Para fins do disposto no subitem 7.3, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.3.2 - Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou pela entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e na legislação aplicável.

7.3.3 - Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do disposto no subitem 7.3.2, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados.

7.3.4 - Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou a entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do disposto no subitem 8.2, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.3.5 - Na hipótese de comprovação do disposto nos subitens 7.3 e 7.3.1 o órgão ou a entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.3.5.1 - Para fins do disposto no subitem 7.3.5, na hipótese de desequilíbrio, a Comissão de Acompanhamento e Fiscalização - CAF deverá consultar os fornecedores constantes no Cadastro de Reserva, se houver, como forma de comprovação da compatibilidade com os preços praticados no mercado.

7.3.6 - O órgão ou a entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no [art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

CLÁUSULA OITAVA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1 - O fornecedor terá seu registro cancelado quando:

- a)** descumprir as condições da Ata de Registro de Preços sem motivo justificado;
- b)** não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
- c)** não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no subitem 7.3.2; ou;
- d)** sofrer sanção prevista nos [incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

8.1.1 - Na hipótese prevista na letra "d", caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas novas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

8.1.2 - O cancelamento do registro nas hipóteses previstas no subitem 8.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

8.1.3 - Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

8.2 - O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

- a)** por razão de interesse público;
- b)** a pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
- c)** se não houver êxito nas negociações, nos termos do disposto no item 7.

CLÁUSULA NONA - DA AUTORIZAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO E EMISSÃO DA ORDEM DE SERVIÇO

9.1 - A execução dos serviços, objeto da presente Ata de Registro de Preços serão autorizadas, caso a caso, pelas Secretarias Participantes.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

10.1 - As questões decorrentes da utilização da presente ata, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Justiça Estadual, no Foro da Cidade de Joinville - SC, com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja, salvo nos casos previstos no art. 102, inciso I, alínea "d", da Constituição Federal.

ANEXO IV

Minuta do Contrato

TERMO DE CONTRATO Nº XXX/2026

Termo de Contrato que entre si celebram o MUNICÍPIO DE JOINVILLE - Hospital Municipal São José, inscrito no C.N.P.J. nº 84.703.248/0001-09 ora em diante denominado CONTRATANTE, neste ato representado pelo Diretor(a) Presidente, Sr. xxxxxx, e a empresa xxxxxx, inscrita no C.N.P.J. nº. xx.xxx.xxx/xxxx-xx, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr. xxxxxx, CPF nº xxx.xxx.xxx-xx, firmam o presente contrato, oriundo da licitação na modalidade **Pregão Eletrônico nº 042/2026**, pelo qual se obriga a executar os serviços do objeto deste Contrato, na forma e condições estabelecidas no edital de licitação e nas cláusulas seguintes, a ser regido pela Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021, Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, Decreto Municipal nº 28.024, de 09 de dezembro de 2016, Decreto Municipal nº 56.185, de 18 de agosto de 2023, Decreto Municipal nº 56.224, de 24 de agosto de 2023, Decreto Municipal nº 64.109, de 18 de dezembro de 2024 e alterações posteriores e demais normas legais federais, estaduais e municipais vigentes.

CLÁUSULA PRIMEIRA - Objeto do Contrato

1.1 - Este contrato tem por objeto a Prestação de serviços de confecção e instalação de móveis sob medida/planejados, conforme descrição abaixo:

CLÁUSULA SEGUNDA - Regime de Execução

2.1 - A execução do presente Contrato será pelo regime de execução indireta de empreitada por preço unitário.

2.2 - Fica vinculado este termo contratual as condições do Edital e seus anexos do processo licitatório Pregão Eletrônico nº 042/2026 e à proposta da CONTRATADA.

CLÁUSULA TERCEIRA - Preço

3.1 - O valor deste Contrato para efeitos financeiros, fiscais e orçamentários é de **R\$ xx,00 (valor por extenso)**.

3.2 - Os preços inicialmente contratados somente poderão ser reajustados após o prazo de um ano, contado da data base do orçamento estimado, qual seja, 08/01/2026.

3.3 - Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação do IPCA - Índice de Preço ao Consumidor Amplo, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

3.4 - Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

3.5 - Quando a Ata de Registro de Preços for reajustada, a data base para reajuste dos Contratos emitidos após esse reajuste, passará a ser da data base do reajuste da Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA QUARTA - Condições de Pagamento

4.1 - O pagamento será efetivado de acordo com a(s) proposta(s) de preços apresentada(s) pelo(s) vencedor(s) da licitação, observado o que consta neste Edital e seus Anexos, inclusive quanto à forma e condições de pagamento.

4.1.1 - O **CONTRATANTE** responsabilizar-se-á pelo pagamento resultantes de modificações contratuais sempre que devidamente autorizados pela Secretaria Gestora do Contrato, observados os limites do art. 125 da Lei nº 14.133/21.

4.1.2 - O pagamento será conforme as medições realizadas de acordo com os prazos/cronograma propostos, após recebimento provisório e definitivo do atendimento das especificações do Termo de Referência.

4.2 - O pagamento será efetivado mediante apresentação da nota fiscal/fatura que deverá ser emitida em nome do CONTRATANTE, da qual deverá constar o número desta licitação, empenho e das negativas fiscais regularizadas (Federal (conjunta com a previdenciária), Estadual, Municipal, FGTS e a Certidão de Negativa de Débitos Trabalhistas), conforme Lei nº 12.440, de 07 de julho de 2011.

4.3 - As retenções tributárias serão aplicadas de acordo com as legislações federais, estaduais e municipais vigentes.

4.4 - O pagamento será efetuado em até 45 (quarenta e cinco) dias após a certificação da Nota Fiscal, de acordo com o Processo SEI de Gestão-Certificação de Documento Fiscal.

4.5 - Em caso de atraso dos pagamentos por culpa exclusiva da Administração, será aplicado como índice de atualização monetária o IPCA - Índice de Preços ao Consumidor Amplo.

CLÁUSULA QUINTA - Prazos e forma de execução do objeto

5.1 - A vigência do contrato será de 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura do contrato.

5.2 - Os serviços deverão ser realizados em até 30 (trinta) dias corridos, após a emissão da ordem de serviço eletrônica.

5.2.1 - Os serviços serão executados conforme disposto no Termo de Referência - Anexo V do Edital.

5.3 - A ordem de serviço eletrônica será expedida pela Secretaria Gestora do Contrato, no prazo máximo de até 60 (sessenta) dias contados a partir da data da assinatura do contrato, nos termos do artigo 172 da Instrução Normativa nº 03/2024 da Secretaria de Administração e Planejamento, aprovada pelo Decreto Municipal nº 64.109/2024.

5.4 - Para fins de contagem dos prazos previstos será considerado como data de assinatura do contrato a data da última assinatura (dia/mês/ano) dos signatários referenciados no preâmbulo do referido instrumento.

CLÁUSULA SEXTA - Recursos para Atender as Despesas

6.1 - As despesas provenientes do objeto deste contrato correrão pela seguinte dotação orçamentária:

xxx/xxxx- xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx (fonte)

CLÁUSULA SÉTIMA - Da Gestão do Contrato

7.1 - A gestão do contrato será realizada pelo Hospital Municipal São José, sendo esse responsável pelo recebimento e fiscalização do objeto licitado, devendo ser observado o disposto no art. 117 da Lei nº 14.133/21.

7.2 - O modelo de gestão do contrato será nos termos do disposto no Termo de Referência - Anexo V.

CLÁUSULA OITAVA - Direito de Fiscalização

8.1 - O **CONTRATANTE** exercerá ampla fiscalização do objeto contratado, o que em nenhuma hipótese eximirá a **CONTRATADA** das responsabilidades fixadas pelo Código Civil e pelo Código de Defesa do Consumidor.

8.2 - A fiscalização do **CONTRATANTE** transmitirá por escrito as instruções, ordens e reclamações, competindo-lhe a decisão nos casos de dúvidas que surgirem no decorrer da vigência contratual.

CLÁUSULA NONA - Responsabilidades do CONTRATANTE

9.1 - Cumprir e fazer cumprir as disposições deste contrato.

9.2 - Determinar, quando cabível, as modificações consideradas necessárias à execução do contrato e a tutelar o interesse público.

9.3 - Intervir na execução do serviço licitado nos casos previstos em lei e na forma deste contrato visando proteger o interesse público.

9.4 - Responder aos pedidos de reajuste e de restabelecimento de equilíbrio econômico-financeiro em até 03 (três) meses, e em caso de repactuação o prazo para resposta será de até 01 (um) mês.

9.5 - Conferir, fiscalizar, vistoriar e aprovar o objeto entregue, conforme especificações técnicas contidas nos Anexos I e IV do Edital, observando o disposto na Instrução Normativa 03/2024 da Secretaria de Administração e Planejamento.

CLÁUSULA DÉCIMA - Responsabilidades da CONTRATADA

10.1 - A **CONTRATADA** obriga-se a aceitar acréscimos ou supressões que o **CONTRATANTE** realizar, conforme disposto no artigo 125 da Lei 14.133/2021.

10.2 - Assumir integral responsabilidade pela execução dos serviços objeto contratual que vir a efetuar,

estando sempre de acordo com o estabelecido nas normas deste contrato e do Edital de Pregão Eletrônico nº 042/2026 e seus anexos;

10.3 - Assumir integral responsabilidade pelos danos decorrentes desta execução, inclusive perante terceiros;

10.4 - Deverá proceder as correções que se tornarem necessárias à entrega do objeto contratado, fornecendo-o de acordo com a fiscalização do CONTRATANTE e especificações técnicas, qualidade e quantidades, constantes nos Anexos I e V do Edital.

10.5 - Identificar seus funcionários, ou terceiros, responsáveis pela execução do objeto contratado.

10.6 - Comunicar ao CONTRATANTE toda e qualquer irregularidade encontrada para o cumprimento do contrato.

10.7 - Não ceder ou transferir, total ou parcialmente, parte alguma do contrato.

10.8 - Manter, até o cumprimento final de sua obrigação, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, devendo comunicar imediatamente ao CONTRATANTE qualquer alteração.

10.9 - O contratado deverá, caso solicitado, apresentar comprovação do cumprimento da exigência de reserva de cargos previstas em Lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz;

10.10 - Cumprir todas as obrigações, especificações técnicas e condições de garantia dispostas no Anexo V - Termo de Referência do Edital.

10.11 - A CONTRATADA, quando couber, deverá cumprir o disposto na Lei Municipal nº 8.772/19, que dispõe sobre a instituição do Programa de Integridade nas pessoas jurídicas que contratarem com a Administração Pública Municipal.

10.12 - A CONTRATADA deverá comunicar qualquer alteração à CONTRATANTE, especialmente quando se tratar de alteração de endereço, e-mail e telefone.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - Das Sanções

11.1 - As sanções que poderão ser aplicadas ao CONTRATADO são as previstas na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, neste Edital de Licitação e no respectivo Contrato, sem prejuízo do disposto na Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013 e na Lei Municipal nº 8.983, de 06 de agosto de 2021.

11.2 - Sanções que poderão ser cominadas ao CONTRATADO, garantidos os direitos ao contraditório e à ampla defesa:

I) **Advertência**;

II) **Multa**, que será deduzida dos respectivos créditos, ou cobrados administrativamente ou judicialmente:

a) De até 5% sobre o valor total do contrato, diante do cometimento das condutas previstas nas alíneas "a", "d" e "e" do item 11.3;

b) 0,2% (zero vírgula dois por cento) sobre o valor total do contrato por dia que exceder ao prazo para execução dos serviços, **até o limite de 10% (dez por cento)**;

c) De até 10% (dez por cento), nos casos de **inexecução parcial**, sobre o valor total do contrato, em percentual proporcional ao descumprimento e prejuízos sofridos pelo Município em decorrência do descumprimento, sem prejuízo da apuração e reparação do dano que a exceder;

d) De até 15% (quinze por cento), nos casos de **inexecução contratual total**, sobre o valor total do contrato, sem prejuízo da apuração e reparação do dano que a exceder;

e) De até 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato, diante do cometimento das condutas previstas nas alíneas "f", "g", "h", "i" e "j" do item 11.3;

III) **Impedimento de licitar e contratar** com o Município de Joinville, Administração Direta e Indireta, e o descredenciamento do Cadastro de Fornecedor do Município de Joinville, pelo prazo de até 3 (três) anos, sem prejuízo das demais cominações legais e contratuais.

IV) **Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar**, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

11.3 - O CONTRATADO será responsabilizado, pelo cometimento das seguintes infrações:

a) dar causa à inexecução parcial do contrato;

b) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

c) dar causa à inexecução total do contrato;

d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação, sem motivo justificado;

e) descumprir as obrigações decorrentes do contrato.

f) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para a contratação ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

g) praticar ato fraudulento na execução do contrato;

h) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza na execução do contrato;

i) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;

j) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.3.1 - Considera-se a conduta prevista na alínea "b" do item 11.3 como sendo o inadimplemento grave ou inescusável de obrigação assumida pelo CONTRATADO.

11.3.2 - Considera-se a conduta da alínea "d" do item 11.3 como sendo o atraso que importe em consequências graves para o cumprimento das obrigações contratuais.

11.3.3 - Considera-se a conduta da alínea "g" do item 11.3 como sendo a prática de qualquer ato destinado à obtenção de vantagem ilícita ou que induza ou mantenha em erro agentes públicos da Prefeitura de Joinville, com exceção da conduta disposta no inciso "f" do item 11.3.

11.3.4 - Considera-se a conduta do inciso "h" do item 11.3 como sendo a prática de atos direcionados a prejudicar o bom andamento do contrato, sem prejuízo de outras que venham a ser verificadas no decorrer da execução contratual.

11.4 - As multas aplicáveis para o caso de praticar ato lesivo obedecerão ao regramento previsto na Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013 e na Lei Municipal nº 8.983, de 06 de agosto de 2021 e na regulamentação vigente.

11.5 - As multas deverão ser pagas junto à Tesouraria da Secretaria de Fazenda do Município até o dia de pagamento que o CONTRATADO tiver direito, mediante o envio da guia para pagamento pela Unidade Gestora ao CONTRATADO, ou poderão ser cobradas judicialmente após 30 (trinta) dias da cientificação.

11.6 - Nas sanções previstas neste contrato, a Administração considerará, motivadamente, a natureza e a gravidade da infração cometida; as circunstâncias agravantes ou atenuantes; as peculiaridades do caso concreto; os danos que dela provierem para a Administração Pública; e a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle, graduando-as e podendo deixar de aplicá-las, se admitidas as justificativas do CONTRATADO, nos termos do que dispõe o art. 156 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

11.7 - As sanções aplicadas serão registradas no cadastro do CONTRATADO e, para fins de publicidade, no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

11.8 - Nenhum pagamento será realizado ao CONTRATADO enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de sanção ou inadimplência contratual.

11.9 - O montante de multas aplicadas ao CONTRATADO não poderá ultrapassar a 30% (trinta por cento) do valor global do contrato; caso aconteça o CONTRATANTE terá o direito de rescindir o contrato mediante notificação.

11.10 - A aplicação das sanções poderá ocorrer por intermédio de meios alternativos de prevenção e resolução de controvérsias, notadamente a conciliação, a mediação, o comitê de resolução de disputas e a arbitragem, conforme previsto na Lei nº 14.133/2021, legislações municipais e normativas que regulamentem a matéria no âmbito do Município.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - Extinção Contratual

12.1 - A extinção do presente ocorrerá nas hipóteses previstas no art. 137 a 139 da Lei 14.133/2021, sem prejuízo de eventual penalidade aplicável, assegurado o contraditório e ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO RECEBIMENTO PROVISÓRIO E DEFINITIVO

13.1 - Os serviços serão recebidos:

a) Provisoriamente, no ato da entrega do item, pela Comissão de Fiscalização e Acompanhamento;

b) Definitivamente, no prazo máximo de 7 (sete) dias úteis, contados após o recebimento provisório, a CONTRATANTE realizará o recebimento definitivo, que ocorrerá somente se os itens estiverem conforme quantidade solicitada e consoante as especificações do presente Termo de Referência;

c) Na hipótese de verificação a que se refere a alínea, "b" não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo;

d) O recebimento provisório ou definitivo dos itens não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pelos prejuízos resultantes da incorreta execução da futura contratação;

e) Se a CONTRATANTE constatar, tanto no recebimento provisório como no definitivo, que o(s) serviço(s) prestado(s) não corresponde(m) ao exigido no Termo de Referência, ou em quantidade diversa da solicitada, a(s) CONTRATADA(S) deverá(ão) providenciar(em) no prazo estipulado no item 6.7.11, do Termo de Referência - Anexo V, a substituição/reposição visando ao atendimento total das especificações, conforme item 1.2, sem prejuízo da incidência das sanções previstas na contratação, no Edital, na Lei nº. 14.133/2021 e alterações posteriores e no Código de Defesa do Consumidor (Lei nº. 8.078/90).

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - Legislação Aplicável

14.1 - Nos termos do previsto no artigo 92, inciso III, da Lei nº 14.133/2021, aplica-se ao presente contrato a presente legislação:

- a)** Lei nº 14.133/21;
- b)** Lei Complementar nº 123/06;
- c)** Lei nº 13.709/2018 (LGPD);
- d)** Código de Defesa do Consumidor;
- e)** Código Civil;
- f)** Código Penal;
- g)** Código Processo Civil;
- h)** Código Processo Penal;
- i)** Legislação trabalhista e previdenciária;
- j)** Estatuto da Criança e do Adolescente; e
- k)** Demais normas aplicáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA- Foro

15.1 - Para dirimir questões decorrentes deste Contrato fica eleito o Foro da Comarca de Joinville, com renúncia expressa a qualquer outro.

15.2 - E, por estarem justas e acertadas, firmam as partes o presente instrumento, em meio eletrônico, através do Sistema Eletrônico de Informações (SEI) do Contratante.

ANEXO V

TERMO DE REFERÊNCIA - SERVIÇO SEI Nº 28269913/2026 - HMSJ.CAOP.ACP

1. DEFINIÇÃO DO OBJETO, INCLUÍDOS SUA NATUREZA, OS QUANTITATIVOS, O PRAZO DO CONTRATO E, SE FOR O CASO, A POSSIBILIDADE DE SUA PRORROGAÇÃO

1.1 Objeto da contratação:

1.1.1 Prestação de serviços de confecção e instalação de móveis sob medida/planejados.

1.2 Especificações técnicas:

Lote	Item	Qtde.	Un. Medida	Código	Denominação	Descrição
	1	5	UN	46.380	aa-01 - Armário aéreo laminado no MDF com 3 portas, fechadura, prateleiras internas, 3 puxadores tipo alça e nichos.	Conforme especificações e projeto.
	2	8	UN	46.381	ab-01 - Armário baixo laminado no MDF, com 4 portas, fechaduras, prateleiras internas, 4 puxadores tipo alça e 06 suportes metálicos.	Conforme especificações e projeto.
	3	5	UN	46.382	ab-02 - Armário baixo laminado no MDF com 07 portas, fechaduras, prateleiras internas, 07 puxadores tipo	Conforme especificações e projeto.

				alça, e 06 suportes metálicos.	
4	5	UN	46.383	ab-03 - Armário baixo laminado no MDF com 05 portas, fechaduras, prateleiras internas, 05 puxadores tipo alça, e 06 suportes metálicos.	Conforme especificações e projeto.
5	3	UN	46.384	ap-01 - Bancada laminada em MDF com mão francesa.	Conforme especificações e projeto.
6	18	UN	46.385	ar-01 - Armário laminado no MDF com 02 portas, fechaduras, prateleiras internas, 02 puxadores tipo alça, e 04 suportes metálicos.	Conforme especificações e projeto.
7	16	UN	46.385	ar-02 - Armário laminado no MDF cinza cristal com 02 portas, fechaduras, prateleiras internas, 02 puxadores tipo alça, e 04 suportes metálicos.	Conforme especificações e projeto.
8	11	UN	46.385	ar-03 - Armário laminado no MDF cinza cristal com 02 portas, fechaduras, prateleiras internas, 02 puxadores tipo alça, e 04 suportes metálicos.	Conforme especificações e projeto.
9	15	UN	46.385	ar-05 - Armário laminado no MDF cinza cristal com 02 portas, fechaduras, prateleiras internas, 02 puxadores tipo alça, e 04 suportes metálicos.	Conforme especificações e projeto.
10	11	UN	47.829	av-01 - Armário laminado no MDF cinza cristal com 12 portas, fechaduras e 04 suportes metálicos.	Conforme especificações e projeto
11	10	UN	46.387	ba-01 - Bancada de serviço laminada no MDF, com 03 portas, 03 puxadores tipo alça, 03 gavetas com repartições internas, 32 nichos com proteção	Conforme especificações e projeto

				antiqueda em acrílico, 04 nichos maiores e 04 suportes metálicos.	
12	10	UN	46.388	ba-02 - Bancada de serviço laminada no MDF, com 02 portas, 02 puxadores tipo alça, 02 gavetas com repartições internas, 16 nichos com proteção antiqueda em acrílico, 04 nichos maiores e 04 suportes metálicos.	Conforme especificações e projeto
13	20	UN	46.389	bc-01 - Banco no MDF.	Conforme especificações e projeto
14	30	UN	46.390	ga-01 - Gaveteiro laminado no MDF, com 03 gavetas, 03 puxadores tipo alça, e 04 suportes metálicos.	Conforme especificações e projeto
15	15	UN	46.390	ga-02 - Gaveteiro laminado no MDF, com 03 gavetas, 03 puxadores tipo alça, e 04 suportes metálicos.	Conforme especificações e projeto.
16	9	UN	46.391	ga-03 - Gaveteiro laminado no MDF, com 06 gavetas, 06 puxadores tipo alça, e 04 suportes metálicos.	Conforme especificações e projeto
17	7	UN	46.391	ga-04 - Gaveteiro laminado no MDF, com 06 gavetas, 06 puxadores tipo alça, e 04 suportes metálicos.	Conforme especificações e projeto.
18	20	UN	46.392	me-02 - Mesa laminada no MDF, prever passagem para instalações elétricas.	Conforme especificações e projeto
19	30	UN	46.392	me-03 - Mesa laminada no MDF, prever passagem para instalações elétricas.	Conforme especificações e projeto.
20	10	UN	46.393	na-01 - Nicho aéreo no MDF.	Conforme especificações e projeto

1.2.1 Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como comuns.

1.2.2 Os itens deverão ser confeccionados na cor Cinza Cristal

1.2.3 Demais especificações estão demonstradas nos anexos nº 27793984 (Projeto Ambulatório), nº 27617731 (Projeto Hemodinâmica).

1.3 A presente contratação será um serviço não contínuo, cujo prazo de vigência contratual será de 01 (um) ano, vez que a contratação está prevista no Plano Plurianual;

1.3.1 A(s) ata(s) de registro de preços poderá(ão) ser(em) prorrogada(s) por 01 (um) ano, desde que atendido o previsto no art. 84 da Lei nº 14.133/2021. Em caso de prorrogação da vigência da Ata de Registro de Preços, as quantidades inicialmente registradas poderão ser renovadas, na sua totalidade, independentemente do quantitativo utilizado no período de vigência, não sendo possível cumular com as quantidades não utilizadas.

2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

2.1 A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, que compõe o bojo dos documentos do presente processo de Requisição de Compras.

2.2 Embora o Decreto nº 64.109/2024, que aprovou a Instrução Normativa nº 03/2024 (0023970042), tenha indicado a necessidade de elaboração do Plano de Contratações Anual (PCA) somente no exercício de 2024, ainda não houve a respectiva publicação do PCA. De todo modo, informamos que a contratação está prevista no planejamento das ações do Hospital Municipal São José para o ano de 2026.

2.3 A contratação encontra amparo na Lei nº 9.924, de 10 de setembro de 2025 (26758096 e 26788782), que dispõe sobre o PPA - Plano Plurianual do Município de Joinville, Quadriênio 2026 - 2029, conforme processo SEI nº 25.0.040527-8.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO, CONSIDERADO TODO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1 Conforme Estudo Técnico Preliminar - ETP que compõe o presente processo de Requisição de Compras (25.0.109197-8), a melhor solução encontrada de momento para atendimento ao interesse público envolvido é a *"Prestação de serviços de confecção e instalação de móveis sob medida/planejados."*

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1 Critérios e práticas de sustentabilidade:

4.1.1 O impacto ambiental que a presente aquisição poderá trazer é em relação ao descarte das embalagens dos móveis a serem adquiridos, a CONTRATADA deverá observar a destinação adequada dos resíduos decorrentes desta aquisição, de acordo com as normas vigentes, observando a destinação ambientalmente adequada para as embalagens.

4.2 Subcontratação

4.2.1 Não será admitida a subcontratação do objeto.

4.3 Garantia da contratação

4.3.1 Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

4.4 Vistoria

4.4.1 Não há necessidade de visita técnica para a participação na licitação. Contudo, após a assinatura do contrato a empresa vencedora deverá realizar a visita para conferir as medidas *in loco*.

4.4.2 O agendamento deverá ser realizado junto ao Setor de Manutenção e Obras, por meio do telefone (47) 3441-6666 ou pelo e-mail hmsj.caop.aob@joinville.sc.gov.br ou hmsj.caop.ama@joinville.sc.gov.br

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1 A execução dos serviços se dará de maneira parcelada, conforme solicitações da Contratante.

5.2 A execução dos serviços, incluindo a entrega e a instalação dos móveis, deverá ser concluída em até 30 (trinta) dias corridos, após a solicitação da Contratante.

5.3 Os serviços serão prestados, preferencialmente de segunda a sexta-feira, das 8h às 18h, exceto feriados e ponto facultativo.

5.4 Local de execução dos serviços:

5.4.1 Os serviços de confecção/fabricação dos móveis ocorrerão na sede da **CONTRATADA**.

5.4.2 A entrega e a instalação dos móveis serão realizadas nas dependências da **CONTRATANTE**, em qualquer edifício do Hospital Municipal São José, localizado na Av. Getúlio Vargas, n.º 238, Anita Garibaldi - Joinville/SC, CEP: 89.202-000, conforme confirmação prévia com o Setor de Manutenção e Obras do Hospital Municipal São José - E-mail: hmsj.caop.ama@joinville.sc.gov.br - Telefone: (47) 3441-6533.

5.4.3 O local acima pré-definido, pode sofrer alterações no decorrer da contratação, conforme a necessidade da **CONTRATANTE**, e desde que limitados a este município.

5.4.4 Caso ocorra quaisquer avaria ou sinistro aos bens enquanto nas fases de confecção, transporte e instalação, o custo de troca ou conserto será de inteira responsabilidade da **CONTRATADA**.

5.4.5 Toda a despesa decorrente do transporte, entrega, descarga e acondicionamento do objeto correrá por conta da Contratada.

5.5 Especificação da garantia do serviço (art. 40, §1º, inciso III, da Lei nº 14.133, de 2021)

5.5.1 O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

5.6 Equipe Mínima

5.6.1 A contratada deverá possuir equipe suficiente para atender o objeto da contratação.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1 A gestão será realizada por Comissão de Acompanhamento e Fiscalização ou Comissão de Recebimento, conforme Instrução Normativa nº 03/2024 da Secretaria de Administração e Planejamento, Capítulo VI, Seção IV, V e VI, restando como atores os servidores nomeados para compor a Comissão;

6.1.1 Caberá a Comissão de Acompanhamento e Fiscalização designada verificar o cumprimento pela contratada de todas as condições contratuais.

6.1.2 A Comissão de Acompanhamento e Fiscalização ou Comissão de Recebimento, será nomeada em até 10 (dez) dias úteis, contados da publicação do Contrato e/ou Ata de Registro de Preços;

6.2 Define-se como forma de comunicação com a contratada a formal, nos termos do Decreto nº 64.109/2024, que aprovou a Instrução Normativa nº 03/2024 (0023970042) da Secretaria de Administração e Planejamento;

6.3 Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

6.4 A Comissão de Acompanhamento e Fiscalização ou Comissão de Recebimento tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções.

6.5 A Comissão de Acompanhamento e Fiscalização ou Comissão de Recebimento deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração

6.6 Gestor do Contrato

6.6.1 A gestão do contrato será realizada pelo Hospital Municipal São José, sendo o mesmo responsável pela fiscalização do contrato.

6.7 Obrigações da Contratada específicas do objeto:

6.7.1 Fornecer mão-de-obra especializada, mantendo quadro de pessoal técnico qualificado para realização dos serviços, devidamente uniformizados com a identificação da empresa;

6.7.2 Orientar o preposto e demais funcionários quanto à necessidade de cumprir as normas de segurança e medicina do trabalho, as disposições legais da União, deste Estado e deste Município, e as normas técnicas específicas, que estiverem em vigor.

6.7.3 Obedecer às normas de segurança e medicina do trabalho para esse tipo de atividade, fornecendo, antes do início da execução dos serviços, os Equipamentos de Proteção Individual - EPI e coletiva EPC;

6.7.4 Obedecer às determinações deste documento, a ausência de previsão de qualquer procedimento técnico não exime a CONTRATADA da obrigatoriedade da utilização das melhores técnicas preconizadas para o trabalho, respeitando os objetivos básicos de funcionalidade e adequação dos resultados, bem como todas as normas vigentes.

6.7.5 Obedecer às recomendações do fabricante, normas técnicas, resoluções, portarias da ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas, do INMETRO, do Ministério da Saúde, ANVISA, Ministério do Meio Ambiente, do CONAMA, as disposições legais da União, do Governo do Estado de Santa Catarina e do Município de Joinville, no que couber.

6.7.6 Será de responsabilidade da CONTRATADA todas as despesas necessárias para a prestação do serviço;

6.7.7 Os materiais e peças empregados na instalação deverão ser novos, com acabamento perfeito, isento de quaisquer imperfeições, falhas, torções, amassados, quebrados, entre outros, sendo vedado, em quaisquer circunstâncias, o uso de produtos provenientes de reutilização.

6.7.8 Manter os locais da CONTRATANTE afetados em perfeito estado de limpeza, deixando livre de restos/entulhos os locais ao final dos serviços.

6.7.9 Transportar, sempre que necessário, as suas expensas, seus funcionários, peças, ferramentas e equipamentos até as dependências da CONTRATANTE.

6.7.10 Realizar, quanto a pedido da CONTRATANTE, a realização de testes, exames, ensaios e quaisquer meios de provas necessários, que comprovem a qualidade objeto;

6.7.11 Substituir no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, após notificada, o(s) serviço(s) que apresentar(em) defeito(s), o(s) que vier(em) a apresentar problema(s), que apresentar(em) vício(s) ou defeito(s) oculto(s) que tornem impróprio(s) para uso a que é(são) destinado(s), ou ainda não estejam de acordo com o Termo de Referência, sem ônus para CONTRATANTE;

6.7.12 Caso a CONTRATANTE constata qualquer negligência ou irregularidade na execução dos serviços por parte da CONTRATADA, cuja solução demande materiais e/ou mão de obra, estas serão fornecidas pela CONTRATADA sem ônus para a CONTRATANTE;

6.7.13 Prestar todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados, atendendo prontamente todas as solicitações.

6.7.14 Comunicar ao CONTRATANTE toda e qualquer irregularidade encontrada para o cumprimento do contratado;

6.7.15 Assumir integral responsabilidade pelos danos decorrentes desta prestação de serviços, inclusive perante terceiros.

6.7.16 Assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, previdenciária, cível ou penal, relacionados a contratação;

6.7.17 Manter todas as condições contratuais durante o período de execução;

6.7.18 Fornecer sem ônus para CONTRATANTE todos os materiais, peças, acessórios, ferramentas, equipamentos, entre outros, necessários para a execução dos serviços, incluindo os utilizados na instalação e na eventual manutenção dos móveis no período de garantia

6.7.19 Demais obrigações da contratada serão regidas na forma do Código de Defesa do Consumidor e do Código Civil Brasileiro.

6.8 Obrigações da Contratante específicas do objeto:

6.8.1 Acompanhar e fiscalizar o cumprimento do presente Termo de Referência;

6.8.2 Notificar a CONTRATADA quanto a qualquer irregularidade encontrada;

6.8.3 Permitir acesso dos empregados da CONTRATADA às dependências das unidades, para a realização dos serviços;

6.8.4 Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA, quando necessário;

6.8.5 Comunicar formalmente a CONTRATADA qualquer falha e/ou irregularidade na realização dos serviços, determinando o que for necessário à sua regularização;

6.8.6 Aceitar/rejeitar, no todo ou em parte, os serviços realizados pela CONTRATADA;

6.9 Das sanções

6.9.1 No caso da contratação, as sanções administrativas serão as mesmas dispostas na Lei n. 14.133/2021. O procedimento destinado à aplicação das sanções será aquele definido na Instrução Normativa nº 02/2024 (0021402989), que regulamenta os procedimentos dos Processos Administrativos de Apuração de Responsabilidade e Reconhecimento de Dívida no âmbito da Administração Direta e Indireta do Município de Joinville, ou outro ato que vier a alterar ou substituir.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

7.1 O pagamento será efetuado após o recebimento definitivo do bem.

7.2 Os serviços serão recebidos:

a) Provisoriamente, no ato da entrega do item, pela Comissão de Fiscalização e Acompanhamento;

b) Definitivamente, no prazo máximo de 7 (sete) dias úteis, contados após o recebimento provisório, a CONTRATANTE realizará o recebimento definitivo, que ocorrerá somente se os itens estiverem conforme quantidade solicitada e consoante as especificações do presente Termo de Referência;

c) Na hipótese de verificação a que se refere o subitem 7.2, "b" não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do

prazo;

d) O recebimento provisório ou definitivo dos itens não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pelos prejuízos resultantes da incorreta execução da futura contratação;

e) Se a CONTRATANTE constatar, tanto no recebimento provisório como no definitivo, que o(s) serviço(s) prestado(s) não corresponde(m) ao exigido no presente Termo de Referência, ou em quantidade diversa da solicitada, a(s) CONTRATADA(S) deverá(ão) providenciar(em) no prazo estipulado no item 6.7.11, a substituição/reposição visando ao atendimento total das especificações, conforme item 1.2, sem prejuízo da incidência das sanções previstas na contratação, no Edital, na Lei nº. 14.133/2021 e alterações posteriores e no Código de Defesa do Consumidor (Lei nº. 8.078/90).

7.3 O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.4 O pagamento será por item entregue, após conferência e recebimento definitivo do atendimento das especificações do Termo de Referência.

7.5 Para fins de pagamento, a contratada deverá apresentar a comprovação da regularidade trabalhista, previdenciária e FGTS, além de outros documentos que comprovem a regularidade da contratada nos termos do artigo 92, inciso XVI da Lei 14.133/2021.

7.6 O método de avaliação e conformidade dos produtos entregues deverão observar os padrões mínimos de qualidade e desempenho mencionados no Termo de Referência.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

8.1 Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1.1 O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO POR LOTE.

8.2 Regime de execução

8.2.1 A execução da presente contratação será pelo regime de execução indireta de empreitada por preço unitário.

8.3 Exigências de habilitação

8.3.1 Qualificação Técnica

8.3.1.1 Apresentar no mínimo 1 (um) Atestado de Capacidade Técnica, que comprove a execução de serviço compatível com objeto licitado, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado. Não vislumbra-se a necessidade de exigir o percentual mínimo do quantitativo referente à prestação dos serviços, pois não cumpre com o objetivo de garantir segurança na contratação, conforme o Art. 67, § 2º da Lei nº 14.133/2021 estão "vedadas limitações de tempo e de locais específicos relativas aos atestados", o que possibilita ilimitadamente a apresentação de atestados que serão somados para atingir o exigido em Edital, tal condição também, permite a apresentação de atestados anacrônicos, ou seja, a exigência de percentual mínimo, não cumpre com o real objetivo, apenas aumenta a tramitação da licitação e restringe a competitividade.

8.3.2 Qualificação Econômico-Financeira

8.3.2.1 Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando;

8.3.2.2 Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

8.3.2.3 Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital social ou patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação.

8.4 Da participação de consórcio

8.4.1 Será permitida a participação de empresas em consórcio, observados os requisitos legais e as regras previstas no Edital.

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1 Para o valor total da contratação, estima-se o montante de R\$ 391.905,16 (trezentos e noventa e um mil novecentos e cinco reais e dezesseis centavos).

9.2 Foram utilizados os parâmetros indicados nos incisos I, II, III, IV e V do § 1º, do art. 23 da Lei de Licitações nº 14.133/2021.

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1 Os valores para a presente contratação estão em conformidade com a previsão orçamentária das unidades participantes;

10.2 Estão previstos recursos orçamentários para a presente contratação, que estão discriminados junto ao documento "Requisição de Compras" que fará parte do presente processo.

10.3 A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

11. DA ASSINATURA ELETRÔNICA

11.1 Considerando que assinatura dos instrumentos contratuais são realizados eletronicamente, mediante login e senha, deverão o(s) representante(s) legal(is) do(s) proponente(s) providenciar(em) a sua assinatura eletrônica, de acordo com Instrução Normativa nº 183/2023, regulamentada pelo Decreto Municipal nº 56.185/2023.

11.1.1 O(s) representante(s) legal(is) do(s) interessado(s) em participar da licitação poderá(ão) providenciar seu cadastro, com autenticação de conta através do login único "gov.br" para liberação da assinatura eletrônica, de acordo com o que estabelece a carta de serviços disponível no seguinte link: <https://www.joinville.sc.gov.br/servicos/acessar-portal-de-autosservico/>

11.2 Após declarado vencedor o(s) representante(s) legal(is) do(s) proponente(s) deverá(ão) estar com o seu usuário externo certificado para efetuar a assinatura eletrônica, nos termos do Decreto nº 56.185/2023, sob pena de decair do direito de assinar o Contrato e/ou eventuais alterações, sem prejuízo das sanções previstas no edital.

11.2.1 É de responsabilidade exclusiva do(s) representante(s) legal(is) do(s) proponente(s)/interessado(s) a criação de seu cadastro com autenticação de conta através do login único "gov.br" para liberação da assinatura eletrônica.

ANEXO VI

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR - ETP SEI Nº 28060844/2026 - HMSJ.CAOP.ACP

1 - DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO (obrigatório)

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, este campo é obrigatório.

1.1 Atualmente, o Hospital Municipal São José possui uma área construída de aproximadamente 29.400 m², inserida em um terreno com área total superior a 42.800 m². O complexo hospitalar é composto por mais de oito edifícios individuais, com diferentes números de pavimentos, o que torna sua estrutura física ampla e diversificada.

1.2 Considerando o elevado fluxo diário de pacientes, acompanhantes, visitantes, servidores e prestadores de serviços, torna-se imprescindível o fornecimento e instalação de móveis sob medida que atendam às características específicas de cada ambiente, promovendo conforto, organização e funcionalidade.

1.3 Dessa forma, justifica-se a contratação de fornecimento e instalação de móveis sob medida, com o objetivo de adequar os espaços físicos às demandas do hospital, garantindo maior eficiência operacional, segurança e bem-estar aos usuários e colaboradores do complexo hospitalar.

2 - DEMONSTRAÇÃO DA PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL.

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, em caso do não preenchimento deste campo, devem ser apresentadas as devidas justificativas.

2.1 Embora o Decreto nº 64.109/2024, que aprovou a Instrução Normativa nº 03/2024 (0023970042), tenha indicado a necessidade de elaboração do Plano de Contratações Anual (PCA) somente no exercício de 2024, ainda não houve a respectiva publicação do PCA. De todo modo, informamos que a contratação está prevista no planejamento das ações do Hospital Municipal São José para o ano de 2026.

2.2 A contratação encontra amparo na Lei nº 9.924, de 10 de setembro de 2025 (26758096 e 26788782), que dispõe sobre o PPA - Plano Plurianual do Município de Joinville, Quadriênio 2026 - 2029, conforme processo SEI nº 25.0.040527-8.

3 - REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, em caso do não preenchimento deste campo, devem ser apresentadas as devidas justificativas.

Para a presente contratação, devem ser atendidos os seguintes requisitos mínimos

3.1 A execução dos serviços se dará de maneira parcelada, conforme solicitações da Contratante.

3.2 A execução dos serviços, incluindo a entrega e a instalação dos móveis, deverá ser concluída em até 30 (trinta) dias corridos, após a solicitação da Contratante.

3.3 Os serviços serão prestados, preferencialmente de segunda a sexta-feira, das 8h às 18h, exceto feriados e ponto facultativo.

3.4 Local de execução dos serviços

3.4.1 Os serviços de confecção/fabricação dos móveis ocorrerão na sede da **CONTRATADA**.

3.4.2 A entrega e a instalação dos móveis serão realizadas nas dependências da **CONTRATANTE**, em qualquer edifício do Hospital Municipal São José, localizado na Av. Getúlio Vargas, n.º 238, Anita Garibaldi - Joinville/SC, CEP: 89.202-000, conforme confirmação prévia com o Setor de Manutenção e Obras do Hospital Municipal São José - E-mail: hmsj.caop.ama@joinville.sc.gov.br - Telefone: (47) 3441-6533.

3.4.3 O local acima pré-definido, pode sofrer alterações no decorrer da contratação, conforme a necessidade da **CONTRATANTE**, e desde que limitados a este município.

3.4.4 Caso ocorra quaisquer avaria ou sinistro aos bens enquanto nas fases de confecção, transporte e instalação, o custo de troca ou conserto será de inteira responsabilidade da **CONTRATADA**.

3.4.5 Toda a despesa decorrente do transporte, entrega, descarga e acondicionamento do objeto correrá por conta da Contratada.

3.5 Prazo e possibilidade de prorrogação

3.5.1 A presente contratação será um serviço não contínuo, cujo prazo de vigência contratual será de 01 (um) ano, vez que a contratação está prevista no Plano Plurianual.

3.5.2 A(s) ata(s) de registro de preços poderá(ão) ser(em) prorrogada(s) por 01 (um) ano, desde que atendido o previsto no art. 84 da Lei nº 14.133/2021. Em caso de prorrogação da vigência da Ata de Registro de Preços, as quantidades inicialmente registradas poderão ser renovadas, na sua totalidade, independentemente do quantitativo utilizado no período de vigência, não sendo possível cumular com as quantidades não utilizadas.

3.6 Equipe Mínima

3.6.1 A contratada deverá possuir equipe suficiente para atender o objeto da contratação.

3.7 Amostras e Prospectos

3.7.1 Não se aplica.

3.8 Critérios de Análise

3.8.1 Não se aplica.

3.9 Gestor do Contrato

3.9.1 A gestão do contrato será realizada pelo Hospital Municipal São José, sendo o mesmo responsável pela fiscalização do contrato.

3.10 Obrigações da Contratada

3.10.1 Fornecer mão-de-obra especializada, mantendo quadro de pessoal técnico qualificado para realização dos serviços, devidamente uniformizados com a identificação da empresa;

3.10.2 Orientar o preposto e demais funcionários quanto à necessidade de cumprir as normas de segurança e medicina do trabalho, as disposições legais da União, deste Estado e deste Município, e as normas técnicas específicas, que estiverem em vigor.

3.10.3 Obedecer às normas de segurança e medicina do trabalho para esse tipo de atividade, fornecendo, antes do início da execução dos serviços, os Equipamentos de Proteção Individual - EPI e coletiva EPC;

3.10.4 Obedecer às determinações deste documento, a ausência de previsão de qualquer procedimento técnico não exime a CONTRATADA da obrigatoriedade da utilização das melhores técnicas preconizadas para o trabalho, respeitando os objetivos básicos de funcionalidade e adequação dos resultados, bem como todas as normas vigentes.

3.10.5 Obedecer às recomendações do fabricante, normas técnicas, resoluções, portarias da ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas, do INMETRO, do Ministério da Saúde, ANVISA, Ministério do Meio Ambiente, do CONAMA, as disposições legais da União, do Governo do Estado de Santa Catarina e do Município de Joinville, no que couber.

3.10.6 Será de responsabilidade da CONTRATADA todas as despesas necessárias para a prestação do serviço;

3.10.7 Os materiais e peças empregados na instalação deverão ser novos, com acabamento perfeito, isento de quaisquer imperfeições, falhas, torções, amassados, quebrados, entre outros, sendo vedado, em quaisquer circunstâncias, o uso de produtos provenientes de reutilização.

3.10.8 Manter os locais da CONTRATANTE afetados em perfeito estado de limpeza, deixando livre de restos/entulhos os locais ao final dos serviços.

3.10.9 Transportar, sempre que necessário, as suas expensas, seus funcionários, peças, ferramentas e equipamentos até as dependências da CONTRATANTE.

3.10.10 Realizar, quanto a pedido da CONTRATANTE, a realização de testes, exames, ensaios e quaisquer meios de provas necessários, que comprovem a qualidade objeto;

3.10.11 Substituir no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, após notificada, o(s) serviço(s) que apresentar(em) defeito(s), o(s) que vier(em) a apresentar problema(s), que apresentar(em) vício(s) ou defeito(s) oculto(s) que tornem impróprio(s) para uso a que é(são) destinado(s), ou ainda não estejam de acordo com o Termo de Referência, sem ônus para CONTRATANTE;

3.10.12 Caso a CONTRATANTE constata qualquer negligência ou irregularidade na execução dos serviços por parte da CONTRATADA, cuja solução demande materiais e/ou mão de obra, estas serão fornecidas pela CONTRATADA sem ônus para a CONTRATANTE;

3.10.13 Prestar todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados, atendendo prontamente todas as solicitações.

3.10.14 Comunicar ao CONTRATANTE toda e qualquer irregularidade encontrada para o cumprimento do contratado;

3.10.15 Assumir integral responsabilidade pelos danos decorrentes desta prestação de serviços, inclusive perante terceiros.

3.10.16 Assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, previdenciária, cível ou penal, relacionados a contratação;

3.10.17 Manter todas as condições contratuais durante o período de execução;

3.10.18 Fornecer sem ônus para CONTRATANTE todos os materiais, peças, acessórios, ferramentas, equipamentos, entre outros, necessários para a execução dos serviços, incluindo os utilizados na instalação e na eventual manutenção dos móveis no período de garantia

3.10.19 Demais obrigações da contratada serão regidas na forma do Código de Defesa do Consumidor e do Código Civil Brasileiro.

3.11 Obrigações da Contratante:

3.11.1 Acompanhar e fiscalizar o cumprimento do Termo de Referência;

3.11.2 Notificar a CONTRATADA quanto a qualquer irregularidade encontrada;

3.11.3 Permitir acesso dos empregados da CONTRATADA às dependências das unidades, para a realização dos serviços;

3.11.4 Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA, quando necessário;

3.11.5 Comunicar formalmente a CONTRATADA qualquer falha e/ou irregularidade na realização dos serviços, determinando o que for necessário à sua regularização;

3.11.6 Aceitar/rejeitar, no todo ou em parte, os serviços realizados pela CONTRATADA;

3.12 Exigências de Habilitação:

3.12.1 Qualificação Técnica:

3.12.1.1 Apresentar no mínimo 01 (um) Atestado de Capacidade Técnica, que comprove a execução de serviço compatível com objeto licitado, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado. Não vislumbra-se a necessidade de exigir o percentual mínimo do quantitativo referente à prestação dos serviços, pois não cumpre com o objetivo de garantir segurança na contratação, conforme o Art. 67, § 2º da Lei nº 14.133/2021 estão "*vedadas limitações de tempo e de locais específicos relativas aos atestados*", o que possibilita ilimitadamente a apresentação de atestados que serão somados para atingir o exigido em Edital, tal condição também, permite a apresentação de atestados anacrônicos, ou seja, a exigência de percentual mínimo, não cumpre com o real objetivo;

3.12.2 Qualificação Econômico-Financeira:

3.12.2.1 Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando;

3.12.2.2 Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

3.12.2.3 Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital social ou patrimônio líquido mínimo de 10 % do valor total estimado da contratação.

3.12.2.4 A exigência de capital social ou patrimônio líquido mínimo tem por objetivo assegurar a aptidão econômico-financeira do licitante para assumir as obrigações decorrentes da contratação, conforme orientações do TCU (Manual de Licitações e Contratos - 5ª Edição, 2024).

3.12.2.5 No presente caso, foi adotado o percentual mínimo de 10% do valor estimado, considerando que trata-se de aquisição de produtos destinados à área da saúde, com impacto direto na continuidade e qualidade dos serviços prestados à população. Diante da essencialidade do objeto e da necessidade de mitigar riscos contratuais, entende-se que o percentual mínimo de 10% permitido pela Lei nº 14.133/2021 (art. 69, §4º) é adequado e proporcional.

3.13 Consórcio:

3.13.1 Será permitida a participação de empresas em consórcio, observados os requisitos legais e as regras previstas no Edital.

3.14 Subcontratação:

3.14.1 Não será admitida a subcontratação do objeto.

4 - ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES PARA A CONTRATAÇÃO (obrigatório)

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, este campo é obrigatório.

4.1 Para a presente contratação, a estimativa das quantidades foi obtida considerando-se a demanda atual, a instalação de novos setores, e novos prédios que foram construídos no complexo do HMSJ.

4.2 As quantidades estimadas estão demonstradas considerando o Projeto Mobiliário - HMSJ SEI nº 27793984, conforme tabela abaixo:

Lote	Item	Quantidade	Unidade de Medida	Código E- Pública	Denominação	Descrição
1	1	5	UN	46.380	aa-01 - Armário aéreo laminado no MDF com 3 portas, fechadura, prateleiras internas, 3 puxadores tipo alça e nichos.	Conforme especificações e projeto.
	2	8	UN	46.381	ab-01 - Armário baixo laminado no MDF, com 4 portas, fechaduras, prateleiras internas, 4 puxadores tipo alça e 06 suportes metálicos.	Conforme especificações e projeto.
	3	5	UN	46.382	ab-02 - Armário baixo laminado no MDF com 07 portas, fechaduras, prateleiras internas, 07 puxadores tipo alça, e 06 suportes metálicos.	Conforme especificações e projeto.
	4	5	UN	46.383	ab-03 - Armário baixo laminado no MDF com 05 portas, fechaduras, prateleiras internas, 05 puxadores tipo alça, e 06 suportes metálicos.	Conforme especificações e projeto.
	5	3	UN	46.384	ap-01 - Bancada laminada em MDF com mão francesa.	Conforme especificações e projeto.
	6	18	UN	46.385	ar-01 - Armário laminado no MDF com 02 portas, fechaduras, prateleiras internas, 02 puxadores tipo alça, e 04 suportes metálicos.	Conforme especificações e projeto.
	7	16	UN	46.385	ar-02 - Armário laminado no MDF cinza cristal com 02 portas, fechaduras, prateleiras internas, 02 puxadores tipo alça, e 04 suportes metálicos.	Conforme especificações e projeto.
	8	11	UN	46.385	ar-03 - Armário laminado no MDF cinza cristal com 02 portas, fechaduras, prateleiras internas, 02 puxadores tipo alça, e 04 suportes metálicos.	Conforme especificações e projeto.
	9	15	UN	46.385	ar-05 - Armário laminado no MDF cinza cristal com 02 portas, fechaduras, prateleiras internas, 02 puxadores tipo alça, e 04 suportes metálicos.	Conforme especificações e projeto.
	10	11	UN	47.829	av-01 - Armário laminado no MDF cinza cristal com 12 portas, fechaduras e 04 suportes metálicos.	Conforme especificações e projeto.

11	10	UN	46.387	ba-01 - Bancada de serviço laminada no MDF, com 03 portas, 03 puxadores tipo alça, 03 gavetas com repartições internas, 32 nichos com proteção antiqueda em acrílico, 04 nichos maiores e 04 suportes metálicos.	Conforme especificações e projeto
12	10	UN	46.388	ba-02 - Bancada de serviço laminada no MDF, com 02 portas, 02 puxadores tipo alça, 02 gavetas com repartições internas, 16 nichos com proteção antiqueda em acrílico, 04 nichos maiores e 04 suportes metálicos.	Conforme especificações e projeto
13	20	UN	46.389	bc-01 - Banco no MDF.	Conforme especificações e projeto
14	30	UN	46.390	ga-01 - Gaveteiro laminado no MDF, com 03 gavetas, 03 puxadores tipo alça, e 04 suportes metálicos.	Conforme especificações e projeto
15	15	UN	46.390	ga-02 - Gaveteiro laminado no MDF, com 03 gavetas, 03 puxadores tipo alça, e 04 suportes metálicos.	Conforme especificações e projeto.
16	9	UN	46.391	ga-03 - Gaveteiro laminado no MDF, com 06 gavetas, 06 puxadores tipo alça, e 04 suportes metálicos.	Conforme especificações e projeto
17	7	UN	46.391	ga-04 - Gaveteiro laminado no MDF, com 06 gavetas, 06 puxadores tipo alça, e 04 suportes metálicos.	Conforme especificações e projeto.
18	20	UN	46.392	me-02 - Mesa laminada no MDF, prever passagem para instalações elétricas.	Conforme especificações e projeto
19	30	UN	46.392	me-03 - Mesa laminada no MDF, prever passagem para instalações elétricas.	Conforme especificações e projeto.
20	10	UN	46.393	na-01 - Nicho aéreo no MDF.	Conforme especificações e projeto

4.2.1 Os itens deverão ser confeccionados na cor Cinza Cristal

5 - LEVANTAMENTO DE MERCADO

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, em caso do não preenchimento deste campo, devem ser apresentadas as devidas justificativas.

5.1 Considerando a presente solicitação, é necessário avaliar as alternativas de contratação disponíveis no mercado para aquisição e instalação de móveis sob medida:

Solução 1: Realizar a produção e instalação internamente, com equipe própria e recursos do Hospital Municipal São José.

Solução 2: Contratação de empresa especializada para fornecimento e instalação de móveis sob medida/planejados para atender a demanda do Hospital Municipal São José, através do Sistema de Registro de Preços.

A primeira alternativa, de realização interna dos serviços, não se mostra viável técnica e economicamente. Atualmente, o Hospital Municipal São José não dispõe de equipe qualificada para a fabricação e instalação dos móveis sob medida, tampouco conta com infraestrutura e equipamentos adequados para essas atividades. A contratação e capacitação de pessoal especializado exigiriam processos burocráticos prolongados, como concursos públicos, que demandam tempo para toda a tramitação até a efetiva contratação, além de resultar em aumento dos custos da folha de pagamento da Administração Municipal. Esses fatores inviabilizam essa opção, especialmente considerando outras prioridades de contratação da Administração.

Já a segunda alternativa, a contratação de empresa especializada, configura-se como a opção mais viável técnica e economicamente, garantindo a execução qualificada dos serviços. A empresa contratada assume a responsabilidade pela fabricação, instalação, aquisição de materiais e equipamentos necessários, bem como por quaisquer imprevistos relacionados à execução.

Além disso, o Sistema Registro de Preços para itens de demanda que não pode ser prevista tem sido o modelo adotado por esta Administração Pública ao longo dos anos, demonstrando estar adequada frente às exigências dos órgãos de controle. Assim, resta claro que, frente ao objeto da presente solicitação, a modalidade mais viável para a presente contratação é a licitação sob o Sistema Registro de Preços, com contratos a serem executados na modalidade Prestação de Serviços oriunda de Ata de Registro de Preços, uma vez que tratam-se de serviços de solicitação esporádica. Este formato tende a ser mais economicamente viável, e garante transparência na utilização dos recursos, pois permite ao Hospital Municipal São José contratar somente os serviços que se farão necessários durante a vigência da ata para atendimento da variação da demanda, considerando-se também a ocorrência de situações não previstas.

Por fim, a prorrogação da Ata com renovação de quantidade assegura a continuidade do fornecimento dos bens ou serviços, evitando interrupções que podem impactar as operações da instituição. A

prorrogação e a renovação de quantidade são mecanismos previstos na legislação, que visam garantir a eficiência e a economicidade nas contratações públicas, a possibilidade de prorrogação com renovação das quantidades deverá ser analisada em momento oportuno, considerando a economia de escala, continuidade do fornecimento, redução dos custos, atendimento à demanda entre outros.

CONCLUSÃO - MELHOR SOLUÇÃO

Considerando as soluções de mercado supra elencadas, considerando os elementos tragos em cada opção, demonstra-se como a melhor solução para atendimento ao interesse público envolvido é a "Prestação de serviços de confecção e instalação de móveis sob medida/planejados".

6. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO (obrigatório)

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, este campo é obrigatório.

6.1 Os valores estimados para a contratação, bem como suas memórias de cálculo estão discriminados no presente processo.

6.2 A contratação tem como valor estimado de R\$ 391.905,16 (trezentos e noventa e um mil novecentos e cinco reais e dezesseis centavos), conforme Orçamento Planilhado, do presente processo SEI nº 25.0.109197-8, uma vez que os itens não possuem histórico de contratações.

Lote	Item	Quantidade	Un. Medida	Código	Denominação	Descrição	Valor Unitario	Valor Total
1	1	5	UN	46.380	aa-01 - Armário aéreo laminado no MDF com 3 portas, fechadura, prateleiras internas, 3 puxadores tipo alça e nichos.	Conforme especificações e projeto.	1.711,61	8.558,05
	2	8	UN	46.381	ab-01 - Armário baixo laminado no MDF, com 4 portas, fechaduras, prateleiras internas, 4 puxadores tipo alça e 06 suportes metálicos.	Conforme especificações e projeto.	2.387,96	19.103,68
	3	5	UN	46.382	ab-02 - Armário baixo laminado no MDF com 07 portas, fechaduras, prateleiras internas, 07 puxadores tipo alça, e 06 suportes metálicos.	Conforme especificações e projeto.	4.854,00	24.270,00
	4	5	UN	46.383	ab-03 - Armário baixo laminado no MDF com 05 portas, fechaduras, prateleiras internas, 05 puxadores tipo alça, e 06 suportes metálicos.	Conforme especificações e projeto.	3.406,05	17.030,25
	5	3	UN	46.384	ap-01 - Bancada laminada em MDF com mão francesa.	Conforme especificações e projeto.	320,08	960,24
	6	18	UN	46.385	ar-01 - Armário laminado no MDF com 02 portas, fechaduras, prateleiras internas, 02 puxadores tipo alça, e 04 suportes metálicos.	Conforme especificações e projeto.	2.347,33	42.251,94
	7	16	UN	46.385	ar-02 - Armário laminado no MDF cinza cristal com 02 portas, fechaduras, prateleiras internas, 02 puxadores tipo alça, e 04 suportes metálicos.	Conforme especificações e projeto.	1.403,27	22.452,32
	8	11	UN	46.385	ar-03 - Armário laminado no MDF cinza cristal com 02 portas, fechaduras, prateleiras internas, 02 puxadores tipo alça, e 04 suportes metálicos.	Conforme especificações e projeto.	2.800,00	30.800,00
	9	15	UN	46.385	ar-05 - Armário laminado no MDF cinza cristal com 02 portas, fechaduras, prateleiras internas, 02 puxadores tipo alça, e 04 suportes metálicos.	Conforme especificações e projeto.	2.800,00	42.000,00
	10	11	UN	47.829	av-01 - Armário laminado no MDF cinza cristal com 12 portas, fechaduras e 04 suportes metálicos.	Conforme especificações e projeto	2.145,48	23.600,28
	11	10	UN	46.387	ba-01 - Bancada de serviço laminada no MDF, com 03 portas, 03 puxadores tipo alça, 03 gavetas com repartições internas, 32 nichos com proteção antiqueda em acrílico, 04 nichos maiores e 04 suportes metálicos.	Conforme especificações e projeto	3.477,50	34.775,00
	12	10	UN	46.388	ba-02 - Bancada de serviço laminada no MDF, com 02 portas, 02 puxadores tipo alça, 02 gavetas com repartições internas, 16 nichos com proteção antiqueda em	Conforme especificações e projeto	2.392,93	23.929,30

				acrílico, 04 nichos maiores e 04 suportes metálicos.			
13	20	UN	46.389	bc-01 - Banco no MDF.	Conforme especificações e projeto	313,50	6.270,00
14	30	UN	46.390	ga-01 - Gaveteiro laminado no MDF, com 03 gavetas, 03 puxadores tipo alça, e 04 suportes metálicos.	Conforme especificações e projeto	642,11	19.263,30
15	15	UN	46.390	ga-02 - Gaveteiro laminado no MDF, com 03 gavetas, 03 puxadores tipo alça, e 04 suportes metálicos.	Conforme especificações e projeto.	659,00	9.885,00
16	9	UN	46.391	ga-03 - Gaveteiro laminado no MDF, com 06 gavetas, 06 puxadores tipo alça, e 04 suportes metálicos.	Conforme especificações e projeto	988,20	8.893,80
17	7	UN	46.391	ga-04 - Gaveteiro laminado no MDF, com 06 gavetas, 06 puxadores tipo alça, e 04 suportes metálicos.	Conforme especificações e projeto.	938,80	6.571,60
18	20	UN	46.392	me-02 - Mesa laminada no MDF, prever passagem para instalações elétricas.	Conforme especificações e projeto	600,00	12.000,00
19	30	UN	46.392	me-03 - Mesa laminada no MDF, prever passagem para instalações elétricas.	Conforme especificações e projeto.	1.200,68	36.020,40
20	10	UN	46.393	na-01 - Nicho aéreo no MDF.	Conforme especificações e projeto	327,00	3.270,00

7 - DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, em caso do não preenchimento deste campo, devem ser apresentadas as devidas justificativas.

7.1 Após análise das soluções de mercado supra elencadas, considerando os elementos dispostos em cada opção, demonstra-se como a melhor solução para atendimento ao interesse público envolvido é a *"Prestação de serviços de confecção e instalação de móveis sob medida/planejados"*.

7.2 O registro de preços, por não possuir uma obrigatoriedade na aquisição, não exige o bloqueio orçamentário até a efetiva solicitação do serviço, permitindo que as unidades requisitantes, quando for o caso, realoquem seus recursos, inclusive auxiliando em situações de urgência e emergência que podem alterar as prioridades orçamentárias.

8. JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO (obrigatório)

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, este campo é obrigatório.

8.1 A divisão do objeto entre diferentes fabricantes/fornecedores poderia resultar em variações nos itens entregues. Para garantir a integridade visual dos produtos, é fundamental evitar discrepâncias em tonalidade, acabamento e qualidade do material, assegurando a uniformidade estética e funcional entre todas as unidades fornecidas. Assim, a presente contratação deverá ser agrupada e sua composição deverá ser feita em um único lote, não sendo viável tecnicamente a divisão por itens.

9 - DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, em caso do não preenchimento deste campo, devem ser apresentadas as devidas justificativas.

9.1 Os resultados pretendidos com a presente contratação não estão atrelados apenas a termo de economicidade e de aproveitamento de recursos humanos, materiais e financeiros, mas principalmente ao interesse público a ser atendido, que muitas vezes não está diretamente interligado a todas essas questões.

9.2 No caso, busca-se o atendimento da demanda de "Prestação de serviços de confecção e instalação de móveis sob medida/planejados" conforme a necessidade e dentro dos parâmetros estabelecidos em lei;

9.3 Atualmente, o Hospital Municipal São José possui uma área construída de aproximadamente 29.400 m², inserida em um terreno com área total superior a 42.800 m². O complexo hospitalar é composto por mais de oito edifícios individuais, com diferentes números de pavimentos, o que torna sua estrutura física ampla e diversificada.

9.4 Dessa forma, pretende-se melhorar de forma geral, a melhora no atendimento ao usuário e prover ambientes de trabalho adequados para a melhoria neste atendimento.

10. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, em caso do não preenchimento deste campo, devem ser apresentadas as devidas justificativas.

10.1 Importante pontuar que quanto a equipe técnica de fiscalização, essa Autarquia possui servidores com experiências técnicas e conhecimento acerca do produto a serem adquiridos, bem como, caso necessário pode-se solicitar o suporte das demais Secretarias.

10.2 Ainda, indicamos que quando da indicação dos membros para fiscalização do contrato, em atendimento ao princípio da segregação de funções, o ordenador da despesa deverá observar que não se recomenda que os membros da elaboração da fase preparatória atuem como membros da comissão de fiscalização.

11. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, em caso do não preenchimento deste campo, devem ser apresentadas as devidas justificativas.

11.1 Não há contratações correlatas e/ou interdependentes.

11.2 Não tramitaram nesta unidade e não foram identificadas, qualquer informação referente a existência de eventual Ata de Registro de Preços dos Consórcios (CINCATARINA, CISONORDESTE e CIM-AMUNESC).

12. DESCRIÇÃO DE POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E RESPECTIVAS MEDIDAS MITIGADORAS

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, em caso do não preenchimento deste campo, devem ser apresentadas as devidas justificativas.

12.1 O impacto ambiental que a presente aquisição poderá trazer é em relação ao descarte das embalagens dos móveis a serem adquiridos, a CONTRATADA deverá observar a destinação adequada dos resíduos decorrentes desta aquisição, de acordo com as normas vigentes, observando a destinação ambientalmente adequada para as embalagens.

13. ANÁLISE DE RISCOS

De acordo com o art. Art. 18, inciso X da Lei 14.133/2021, na fase preparatória, devem ser abordados os riscos que possam comprometer o sucesso da licitação e a boa execução contratual

13.1 Analisando os Riscos da Contratação, podemos indicar os seguintes elementos:

a) identificação de riscos - para a presente contratação constatou-se os seguintes riscos:

- Licitação restar deserta ou fracassada;

b) análise de riscos - O risco traz a consequência da impossibilidade de realização da contratação do serviço licitado em tempo hábil, visto que será necessário iniciar novo processo licitatório.

Probabilidade P		
Índice	Descrição	Nível
Raro	Evento extraordinário. Acontece apenas em situações excepcionais. Não há histórico conhecido do evento ou não há indícios que sinalizem sua ocorrência.	1
Pouco Provável	Evento casual, inesperado. Existe histórico de ocorrência. O histórico conhecido aponta para a baixa frequência de ocorrência no prazo associado ao objetivo.	2
Provável	Evento esperado de frequência reduzida. Histórico parcialmente conhecido. Repete-se com frequência razoável no prazo associado ao objetivo ou há indícios que possa ocorrer nesse horizonte.	3
Muito provável	Evento usual de frequência habitual. Histórico amplamente conhecido. Repete-se com elevada frequência no prazo associado ao objetivo ou há indícios que ocorrerá nesse horizonte.	4
Praticamente certo	Evento que se repete seguidamente. Interfere no ritmo das atividades. Ocorrência quase garantida no prazo associado ao objetivo.	5

Impacto (I)		
Índice	Descrição	Nível
Muito Baixo	Não afeta o objetivo. Compromete minimamente o atingimento do objetivo. Para fins práticos, não altera o alcance do objetivo/resultado.	1
Baixo	Afeta pouco o objetivo. Compromete em alguma medida o alcance do objetivo, mas não impede o alcance da maior parte do objetivo/resultado.	2
Médio	Torna incerto ou duvidoso o alcance do objetivo. Compromete razoavelmente o alcance do objetivo/resultado.	3
Alto	Torna improvável o alcance do objetivo. Compromete a maior parte do atingimento do objetivo/resultado.	4

Muito Alto	Capaz de impedir o alcance do objetivo. Compromete totalmente ou quase totalmente o atingimento do objetivo/resultado.	5
------------	--	---

c) avaliação de riscos - dos riscos encontrados, procedendo a ponderação do impacto e da probabilidade, constatamos que os riscos são classificados como alto.

Para o cálculo do risco, foi multiplicado o nível de probabilidade (pouco provável) com o impacto (muito alto), gerando resultado 12.

Classificação dos Riscos	
Pontuação	Risco
15 a 25	Muito Alto
8 a 12	Alto
3 a 6	Médio
1 e 2	Baixo
0	Muito Baixo

d) tratamento de riscos - O risco da licitação restar deserta ou fracassada, pode ser causado por especificações técnicas que restrinjam a competitividade no processo, exigências desnecessárias a contratação, e estimativas de preços abaixo do valor de mercado. Para minimizar o risco em questão, foram revisadas as especificações técnicas do serviço, para que estas configurem as mínimas necessárias para o atendimento satisfatório das necessidades desta Administração Municipal. Além disso, para evitar a execução dos serviços em desacordo com o contratado, haverá fiscalização rigorosa do contrato, a fim de que sejam obedecidas todas as cláusulas previstas no contrato.

Possibilidade de Tratamento de Riscos	
Conduta	Descrição
Evitar	Descontinuar a atividade, interromper o processo de trabalho.
Transferir	Compartilhar o risco com terceiros, como no caso dos seguros.
Mitigar	Desenvolver e implementar medidas para evitar que o risco se concretize e/ou medidas para atenuar o impacto e as consequências, caso ocorra.
Mitigar/transferir	Desenvolver e implementar ambas as medidas: mitigar e transferir
Aceitar	Não há necessidade de adotar quaisquer medidas. Considerar se é o caso de monitorar ao longo do tempo.

14. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO SOBRE A ADEQUAÇÃO DA CONTRATAÇÃO PARA O ATENDIMENTO DA NECESSIDADE A QUE SE DESTINA (obrigatório)

De acordo com o art. Art. 18, § 2º da Lei 14.133/2021, este campo é obrigatório.

Parâmetro considerado	Sim	Não	Observação / Comentário
1. O modelo adotado para a contratação é o mais vantajoso para a Administração, tanto pelo aspecto técnico como pelo econômico?	x		
2. O modelo adotado para a contratação está em conformidade com o praticado no mercado?	x		
3. O valor estimado da contratação está em conformidade com a previsão orçamentária?	x		
4. Os resultados pretendidos com a contratação compensam os investimentos realizados pela Administração, em curto, médio e longo prazo?	x		
5. De acordo com a análise dos riscos para a contratação, a contratação é viável e não possui risco de dano ao erário? (moderado/médio a grave)	x		

6. Há risco de comprometimento do sucesso da licitação e da execução, considerando os fatos ocorridos em contratações anteriores do mesmo objeto ou similares.	x		
7. No caso do item anterior, foram indicadas as medidas necessárias para mitigar os riscos?	x		

CONCLUSÃO: Com base nas informações levantadas durante este estudo, a Equipe/Comissão de Planejamento entende que para atender a necessidade de mobiliário as salas/ambientes, promovendo assim, espaços para os funcionários exercerem suas atividades e para que os pacientes possam usufruir dos serviços ofertados pelo HMSJ, descrita no item 1- Necessidade da Contratação, é viável a *"Prestação de serviços de confecção e instalação de móveis sob medida/planejados"*, vez que se mostrou tecnicamente a solução mais adequada à necessidade e fundamentadamente atendendo ao interesse público.

Desta forma, conclui-se que a solução definida no presente estudo atende ao interesse público, trazendo economicidade à Administração e promovendo a adequação dos ambientes, resultando em maior eficiência nos serviços prestados à população assistida nas unidades que serão contempladas com os móveis em questão.

ANEXO VII

Anexo em PDF - Documento proveniente do Processo SEI nº 25.0.109197-8
Projetos- documentos SEI nº 27793984 e 27617731.

Justificativa para exigência de índices financeiros

A Secretaria de Administração e Planejamento do Município de Joinville vem, pela presente, justificar a exigência dos índices financeiros previstos no Edital de Pregão Eletrônico nº 042/2026.

Item 9 - DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO, subitem 9.6 alínea "k" - Demonstrativos dos Índices, serão habilitadas apenas as proponentes que apresentarem índices que atendam as condições abaixo:

Liquidez Geral > 1,00

Solvência Geral > 1,00

Liquidez Corrente > 1,00

Verifica-se que o Edital da Licitação em pauta atende plenamente a prescrição legal, pois a comprovação da boa situação financeira da empresa está sendo feita de forma objetiva, através do cálculo de índices contábeis previstos no item 9.6 "k" do Edital, apresentando a fórmula na qual deverá ser calculado cada um dos índices e o limite aceitável de cada um para fins de julgamento.

O índice de Liquidez Geral indica quanto a empresa possui em disponibilidade, bens e direitos realizáveis no curso do exercício seguinte para liquidar suas obrigações, com vencimento neste mesmo período.

O índice de Solvência Geral indica o grau de garantia que a empresa dispõe em Ativos (totais), para pagamento do total de suas dívidas. Envolve além dos recursos líquidos, também os permanentes.

O índice de Liquidez Corrente identifica a capacidade de pagamento da empresa a curto prazo, considerando tudo que o que se converterá em dinheiro (a curto prazo), relacionando com tudo o que a empresa já assumiu como dívida (a curto prazo).

Para os três índices exigidos no Edital em referência (LG, SG e LC), o resultado > 1,00 é indispensável à comprovação da boa situação financeira da proponente.

Desse modo, os índices estabelecidos para a Licitação em pauta não ferem o disposto no art. 69, da Lei nº 14.133/21 e em conformidade com a Instrução Normativa SEGES/MP nº 3, de 26 de abril de 2018, bem como foram estabelecidos no seu patamar mínimo aceitável para avaliar a saúde financeira do proponente.

Da mesma forma a alínea "k.1" do subitem 9.6, a qual prevê: *"k.1) As empresas que apresentarem resultado igual ou menor que 1 (um), em qualquer dos índices da alínea "k", deverão comprovar o capital mínimo ou o patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor estimado total do item/lote/global, conforme critério de julgamento do edital."*

Está pautada na Instrução Normativa SEGES/MP nº 3, de 26 de abril de 2018, a qual exige que tal possibilidade esteja regrada em Edital, através de seu art. 24, estando em consonância com a legislação vigente.



Documento assinado eletronicamente por **Silvia Cristina Bello, Diretor (a) Executivo (a)**, em 13/02/2026, às 16:36, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº 8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.

Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Mafra, Secretário (a)**, em 13/02/2026, às



16:47, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº 8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.

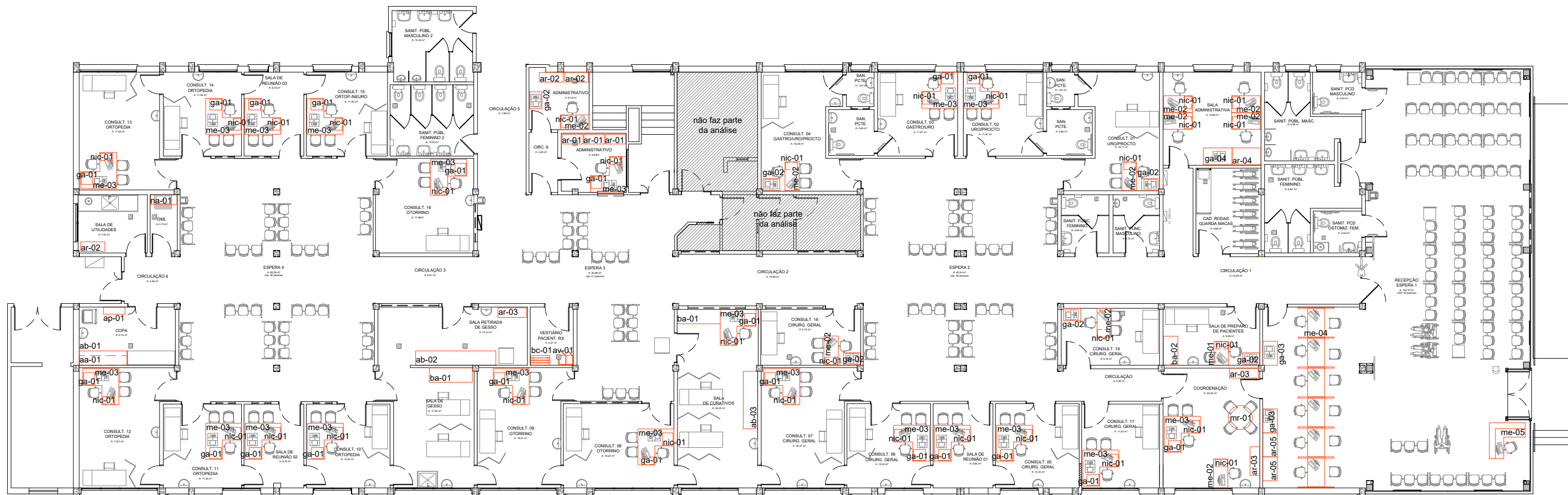


A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://portalsei.joinville.sc.gov.br/> informando o código verificador **28360640** e o código CRC **370BE683**.

Avenida Hermann August Lepper, 10 - Bairro Saguau - CEP 89221-005 - Joinville - SC - www.joinville.sc.gov.br

26.0.010045-2

28360640v5



Planta baixa - localização mobiliários
Escala 1/175

código do mobiliário	quantidade	tamanho cm	ambiente	prancha
aa-01	01	200x40x60	copa	02/12
ab-01	01	200x60x93	copa	02/12
ab-02	01	335x60x93	retirada de gesso	03/12
ab-03	01	240x60x93	sala de curativos	03/12
ap-01	01	90x30x14	copa	04/12
ar-01	03	85x40x180	administrativo	04/12
ar-02	02	100x40x180	administrativo	04/12
	01	100x40x180	sala de utilidades	04/12
ar-03	01	120x40x180	retirada de gesso	04/12
	02	120x40x180	coordenação	04/12
ar-04	01	120x70x180	sala administrativa	05/12
ar-05	02	100x60x180	recepção	05/12
av-01	01	60x40x180	vestiário	05/12
ba-01	01	180x60x185	sala de gesso	06/12
	01	180x60x185	sala de curativos	06/12
ba-02	01	120x60x185	sala de preparo	06/12
bc-01	01	80x42x40	vestiário	06/12
ga-01	15	45x50x70	consultórios	07/12
	03	45x50x70	salas de reuniões	07/12
	01	45x50x70	administrativo	07/12
	01	45x50x70	sala de curativos	07/12
	01	45x50x70	coordenação	07/12
ga-02	01	70x60x76	administrativo	07/12
	01	70x60x76	sala de preparo	07/12
	04	70x60x76	consultórios	07/12
ga-03	02	100x60x76	recepção	07/12
ga-04	01	120x60x76	sala administrativa	07/12

código do mobiliário	quantidade	tamanho cm	ambiente	prancha
me-01	01	100x70x76	sala de preparo	08/12
me-02	01	120x70x76	administrativo	08/12
	01	120x70x76	coordenação	08/12
	04	120x70x76	sala administrativa	08/12
me-03	04	120x70x76	consultórios	08/12
	15	150x70x76 (L)	consultórios	09/12
	01	150x70x76 (L)	administrativo	09/12
	03	150x70x76 (L)	salas de reuniões	09/12
	01	150x70x76 (L)	sala de curativos	09/12
	01	150x70x76 (L)	coordenação	09/12
me-04	01	775x150x110	recepção	10;11/12
me-05	01	150x70x102 (L)	recepção	12/12
mr-01	01	Ø100x76	coordenação	12/12
na-01	01	110x40x66	dml	12/12
nic-01	19	30x50x30	consultórios	12/12
	04	30x50x30	sala administrativa	12/12
	03	30x50x30	salas de reuniões	12/12
	02	30x50x30	administrativo	12/12
	02	30x50x30	coordenação	12/12
	01	30x50x30	sala de preparo	12/12
	01	30x50x30	sala de curativos	12/12



HOSPITAL MUNICIPAL SÃO JOSÉ
Av. Getúlio Vargas, 238
Joinville, SC - 89.202-000
Tel.: (47)3441-6666

PROJETO DE ARQUITETURA

Requerente:
HOSPITAL MUNICIPAL SÃO JOSÉ

HOSPITAL MUNICIPAL SÃO JOSÉ

Autor:
Eng. Jackson Rodrigues

Nome da Obra / Endereço:
HOSPITAL MUNICIPAL SÃO JOSÉ
AV. GETÚLIO VARGAS, 238, ANITA GARIBALDI

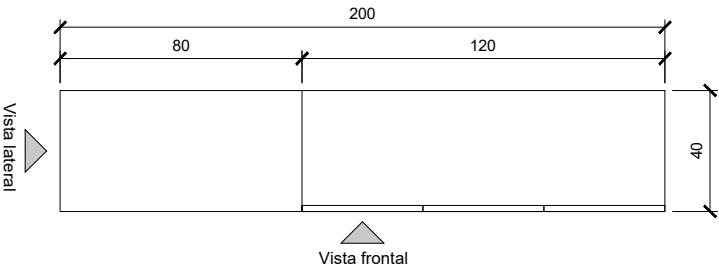
Conteúdo:
DETALHAMENTO MOBILIÁRIO
AMBULATÓRIO - MDF
PLANTA DE LOCALIZAÇÃO

Núm. Prancha:
AR
01/12

Desenho:	Arq.CAD:	Modificação:	Data:	Escala:
	DETALHE	23/08/2023	AGOSTO/23	1/175

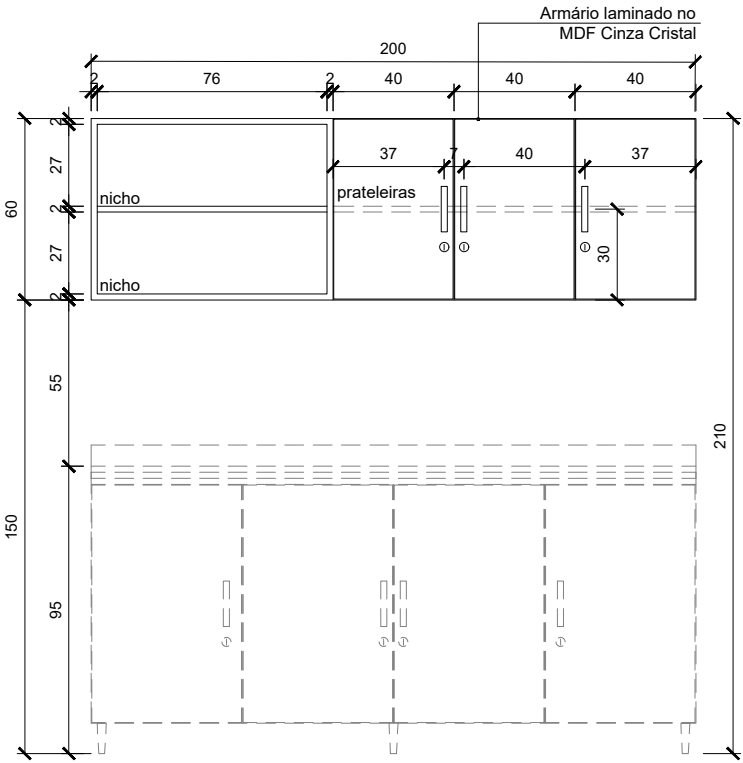
aa-01

Copa - 01 unidade
Armário aéreo laminado no MDF Cinza Cristal. Com 3 portas, fechadura, prateleiras internas, 3 puxadores tipo alça e nichos.



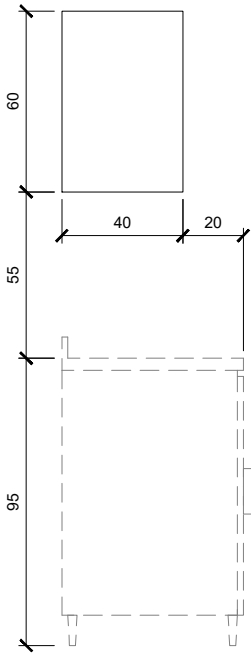
Vista superior

Escala 1/25



Vista frontal

Escala 1/25

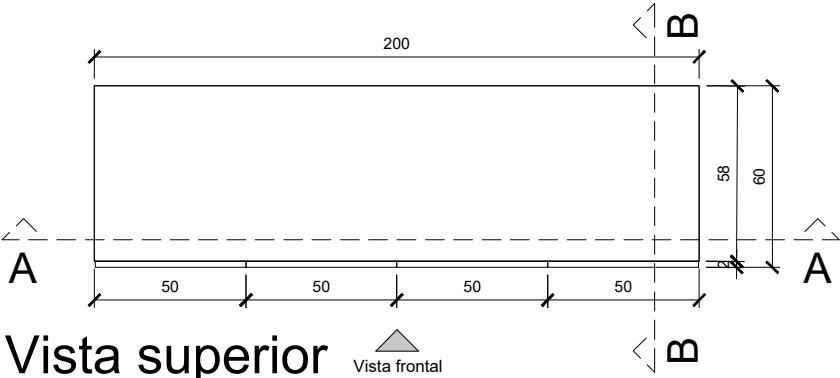


Vista lateral

Escala 1/25

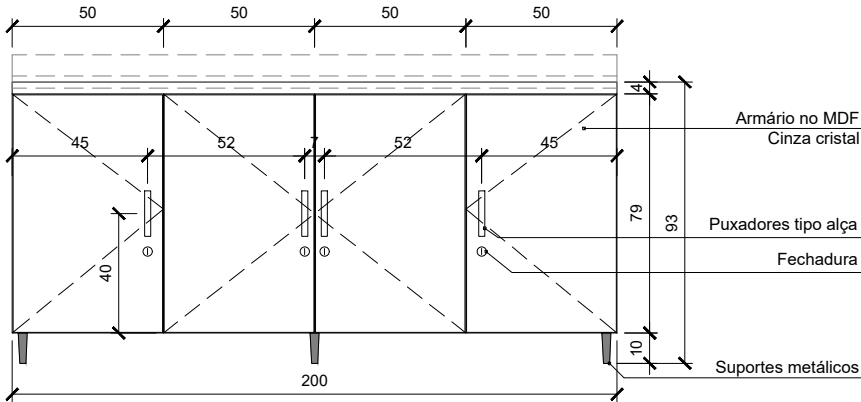
ab-01

Copa - 01 unidade
Armário baixo laminado no MDF Cinza Cristal. Com 4 portas, fechaduras, prateleiras internas, 4 puxadores tipo alça e 6 suportes metálicos.



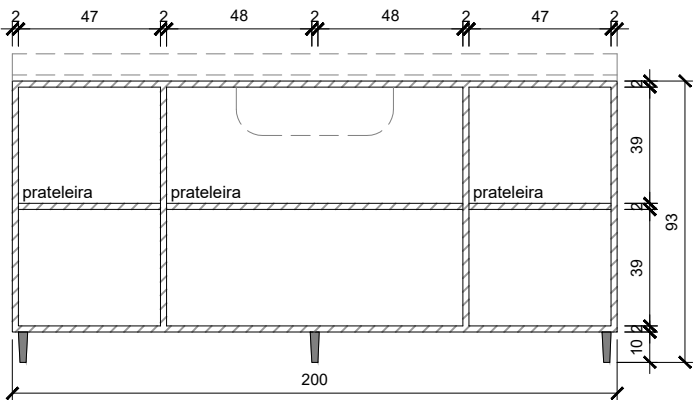
Vista superior

Escala 1/25



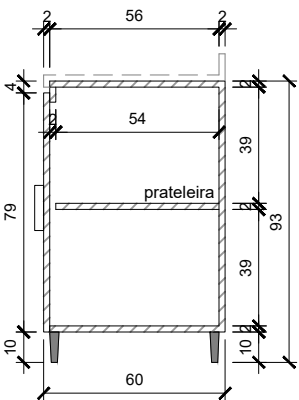
Vista frontal

Escala 1/25



Corte AA

Escala 1/25



Corte BB

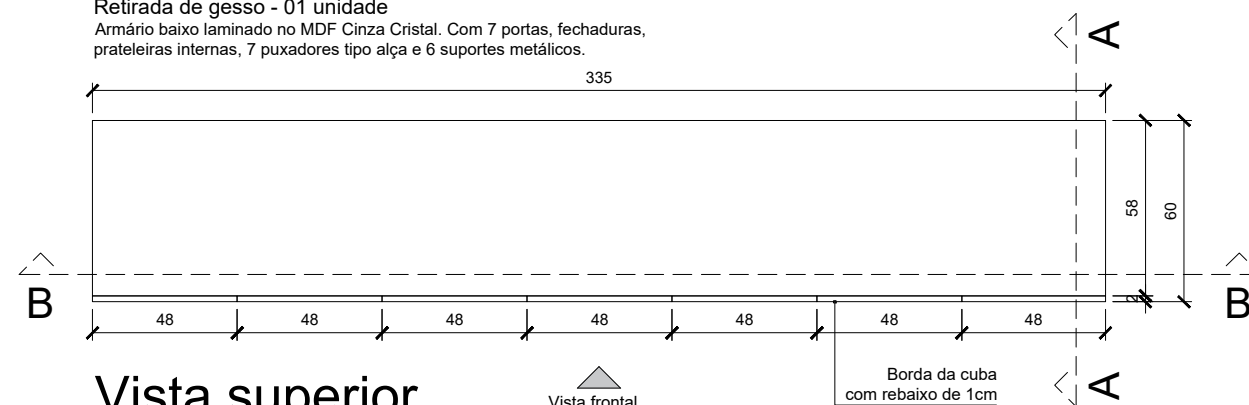
Escala 1/25

	PROJETO DE ARQUITETURA	Nome da Obra / Endereço: HOSPITAL MUNICIPAL SÃO JOSÉ AV. GETÚLIO VARGAS, 238, ANITA GARIBALDI			
	Requerente: HOSPITAL MUNICIPAL SÃO JOSÉ	Conteúdo: DETALHAMENTO MOBILIÁRIO AMBULATÓRIO - MDF aa-01/ab-01			Núm. Prancha: AR 02/12
	HOSPITAL MUNICIPAL SÃO JOSÉ	Desenho:	Arq.CAD:	Modificação:	Data:
	Eng. Jackson Rodrigues		DETALHE	23/08/2023	AGOSTO/23
		Escala:	1/25		

ab-02

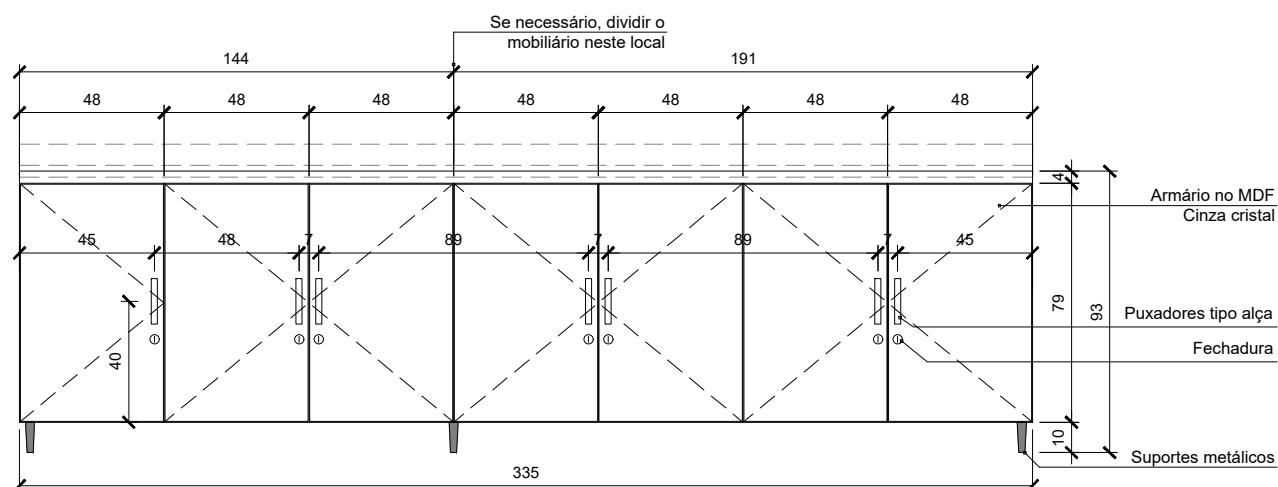
Retirada de gesso - 01 unidade

Armário baixo laminado no MDF Cinza Cristal. Com 7 portas, fechaduras, prateleiras internas, 7 puxadores tipo alça e 6 suportes metálicos.



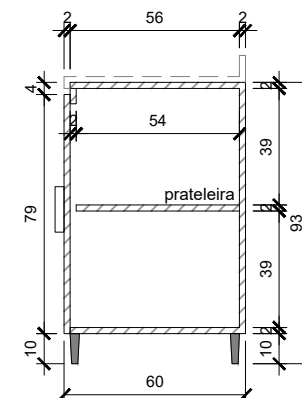
Vista superior

Escala 1/25



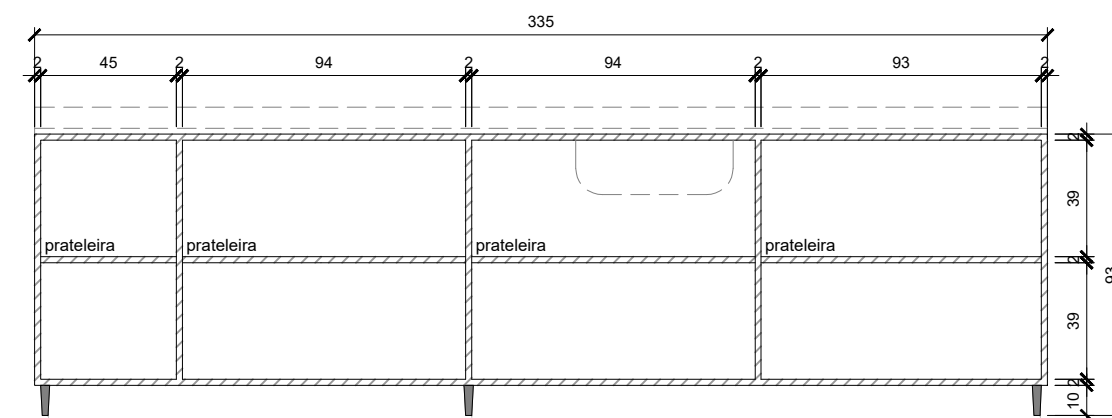
Vista frontal

Escala 1/25



Corte AA

Escala 1/25



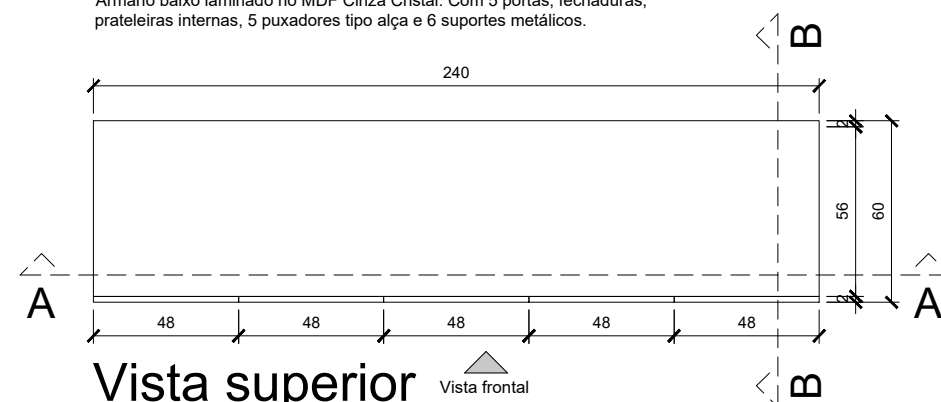
Corte BB

Escala 1/25

ab-03

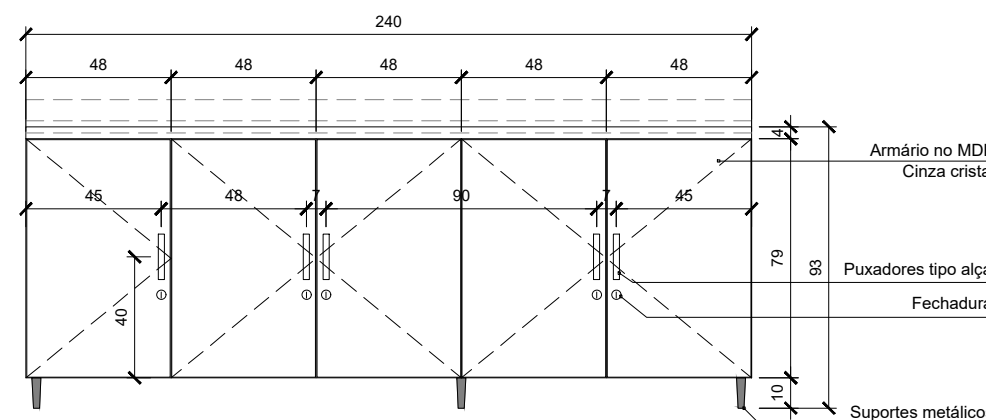
Sala de curativos - 01 unidade

Armário baixo laminado no MDF Cinza Cristal. Com 5 portas, fechaduras, prateleiras internas, 5 puxadores tipo alça e 6 suportes metálicos.



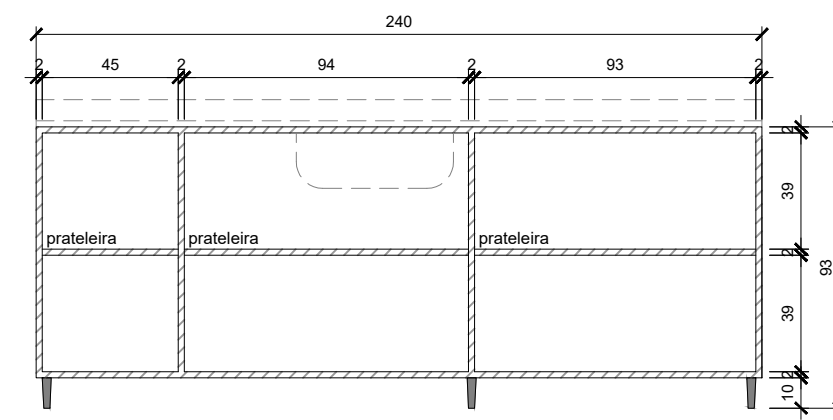
Vista superior

Escala 1/25



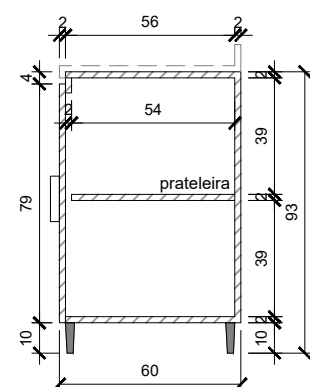
Vista frontal

Escala 1/25



Corte AA

Escala 1/25



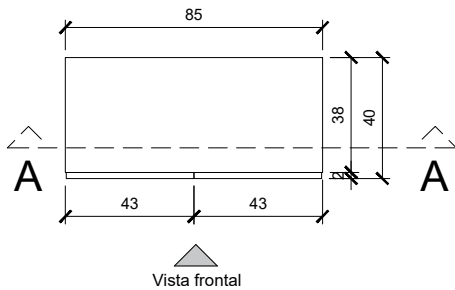
Corte BB

Escala 1/25

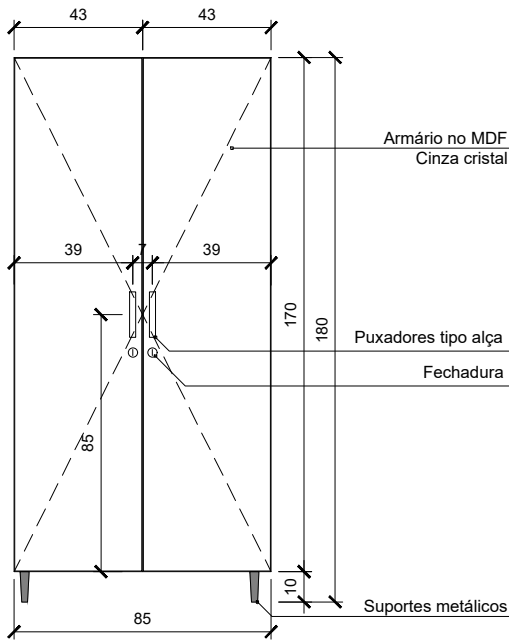
	PROJETO DE ARQUITETURA		Nome da Obra / Endereço: HOSPITAL MUNICIPAL SÃO JOSÉ AV. GETÚLIO VARGAS, 238, ANITA GARIBALDI			
	Requerente: HOSPITAL MUNICIPAL SÃO JOSÉ		Conteúdo: DETALHAMENTO MOBILIÁRIO AMBULATÓRIO - MDF ab-02/ab-03			Núm. Prancha: AR 03/12
	HOSPITAL MUNICIPAL SÃO JOSÉ		Desenho:	Arq.CAD:	Modificação:	Data:
	Eng. Jackson Rodrigues			DETALHE	23/08/2023	AGOSTO/23

ar-01

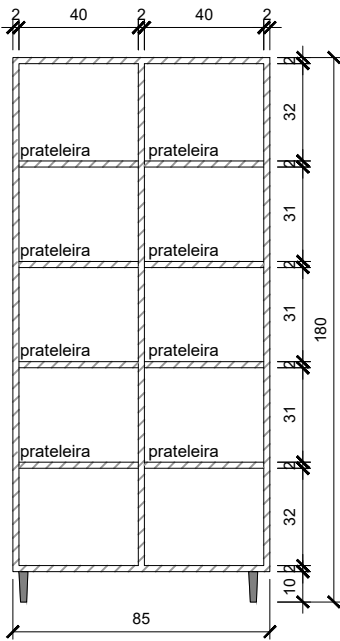
Administrativo - 03 unidades
Armário laminado no MDF Cinza Cristal. Com 2 portas, fechadura, prateleiras internas, 2 puxadores tipo alça e 4 suportes metálicos.



Vista superior
Escala 1/25



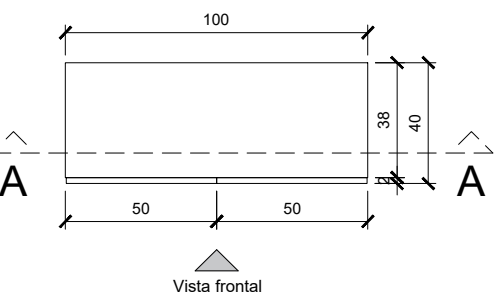
Vista frontal
Escala 1/25



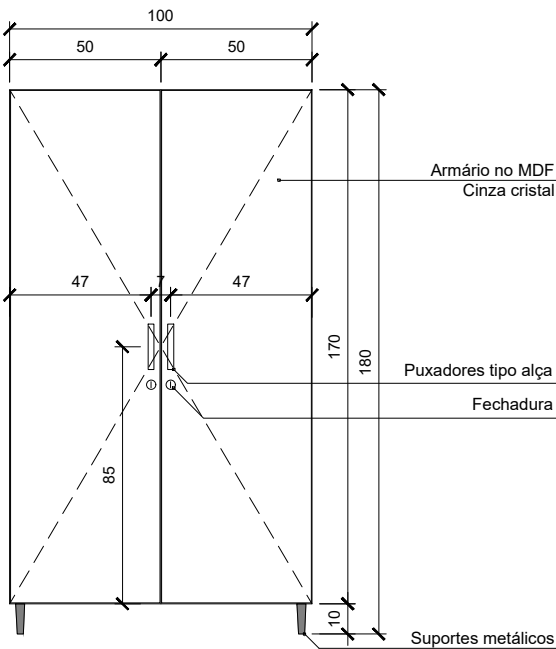
Corte AA
Escala 1/25

ar-02

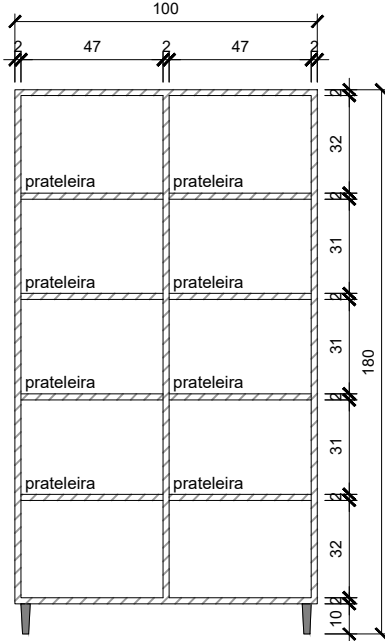
Administrativo/sala de utilidades - 03 unidades
Armário laminado no MDF Cinza Cristal. Com 2 portas, fechadura, prateleiras internas, 2 puxadores tipo alça e 4 suportes metálicos.



Vista superior
Escala 1/25



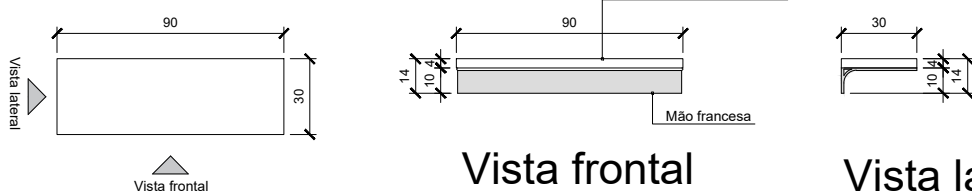
Vista frontal
Escala 1/25



Corte AA
Escala 1/25

ap-01

Copa - 01 unidade
Bancada laminada no MDF Cinza Cristal com mão francesa.



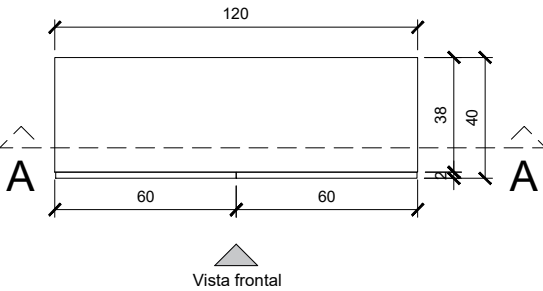
Vista superior
Escala 1/25

Vista frontal
Escala 1/25

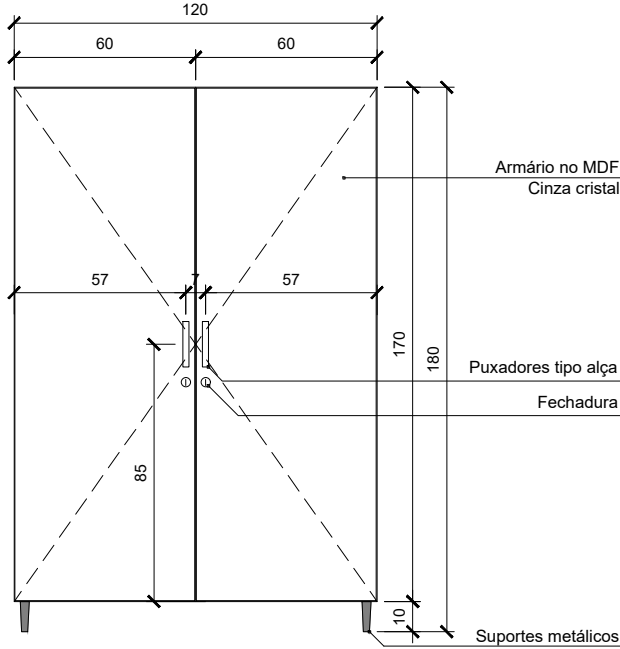
Vista lateral
Escala 1/25

ar-03

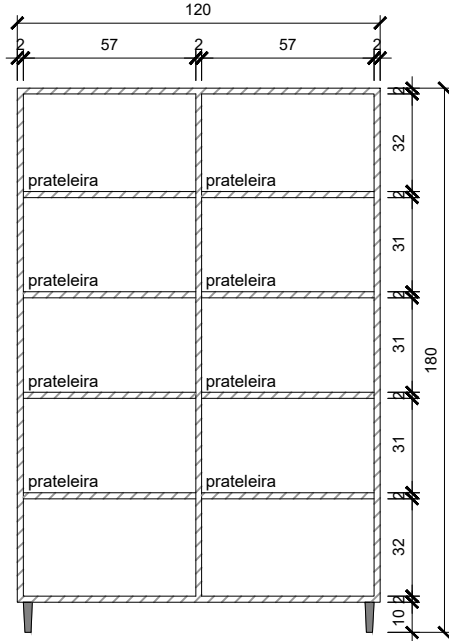
Retirada de gesso/coordenação - 03 unidades
Armário laminado no MDF Cinza Cristal. Com 2 portas, fechadura, prateleiras internas, 2 puxadores tipo alça e 4 suportes metálicos.



Vista superior
Escala 1/25



Vista frontal
Escala 1/25

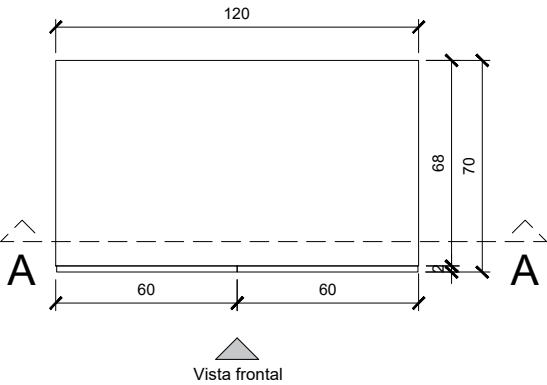


Corte AA
Escala 1/25

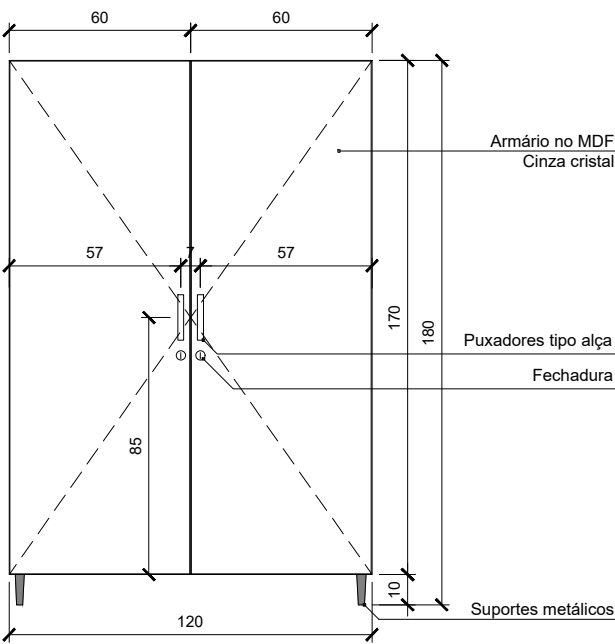
 HOSPITAL MUNICIPAL SÃO JOSÉ Av. Getúlio Vargas, 238 Joinville, SC - 89.202-000 Tel. (47)3441-6666 	PROJETO DE ARQUITETURA		Nome da Obra / Endereço: HOSPITAL MUNICIPAL SÃO JOSÉ AV. GETÚLIO VARGAS, 238, ANITA GARIBALDI				
	Requerente: HOSPITAL MUNICIPAL SÃO JOSÉ		Conteúdo: DETALHAMENTO MOBILIÁRIO AMBULATÓRIO - MDF ap-01/ar-01/ar-02/ar-03				Núm. Prancha: AR 04/12
	HOSPITAL MUNICIPAL SÃO JOSÉ						
	Autor: Eng. Jackson Rodrigues		Desenho:	Arq.CAD: DETALHE	Modificação: 23/08/2023	Data: AGOSTO/23	Escala: 1/25

ar-04

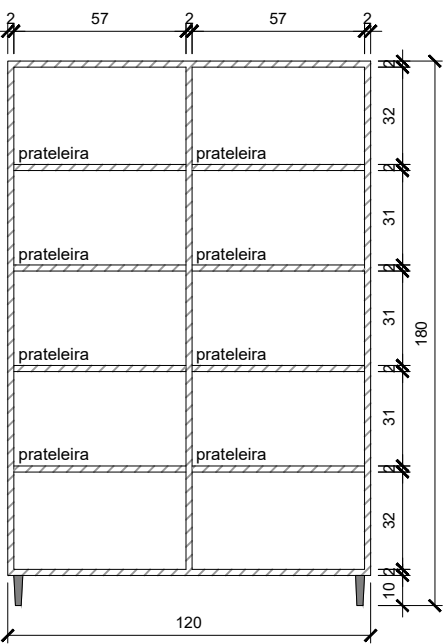
Sala administrativa - 01 unidade
Armário laminado no MDF Cinza Cristal. Com 2 portas, fechadura, prateleiras internas, 2 puxadores tipo alça e 4 suportes metálicos.



Vista superior
Escala 1/25



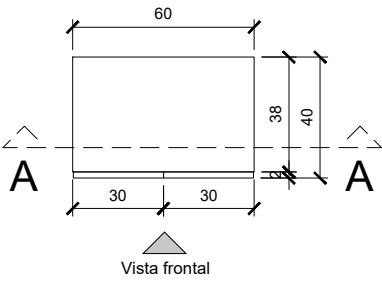
Vista frontal
Escala 1/25



Corte AA
Escala 1/25

av-01

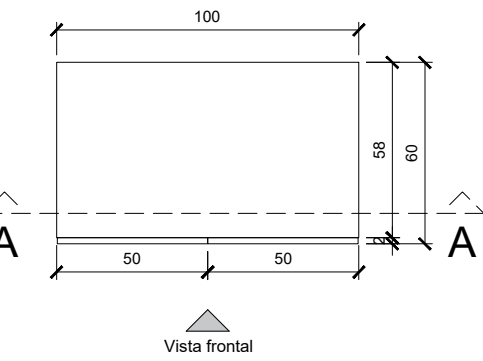
Vestiário - 01 unidade
Armário tipo vestiário laminado no MDF Cinza Cristal. Com 12 portas, fechaduras e 4 suportes metálicos.



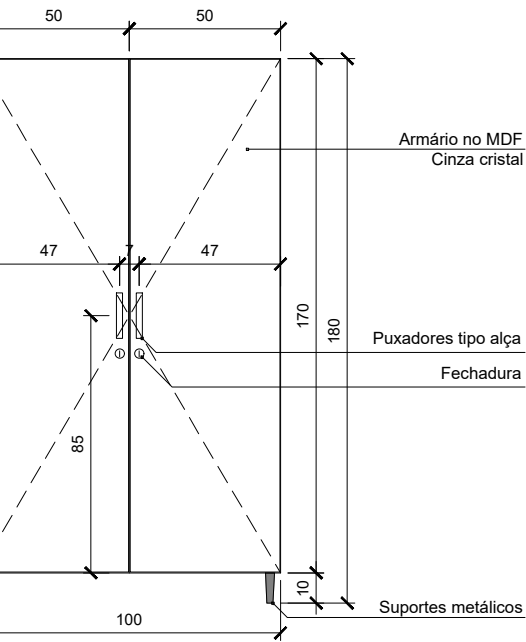
Vista superior
Escala 1/25

ar-05

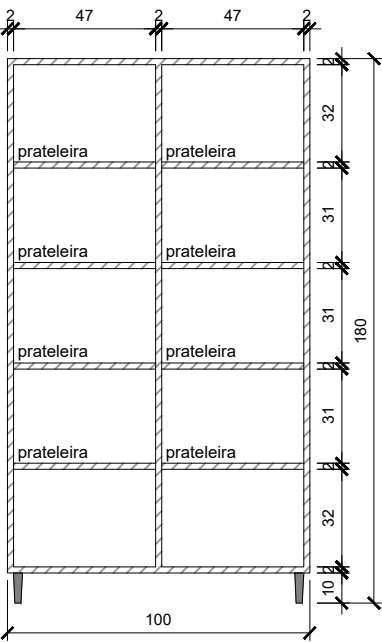
Recepção - 02 unidades
Armário laminado no MDF Cinza Cristal. Com 2 portas, fechadura, prateleiras internas, 2 puxadores tipo alça e 4 suportes metálicos.



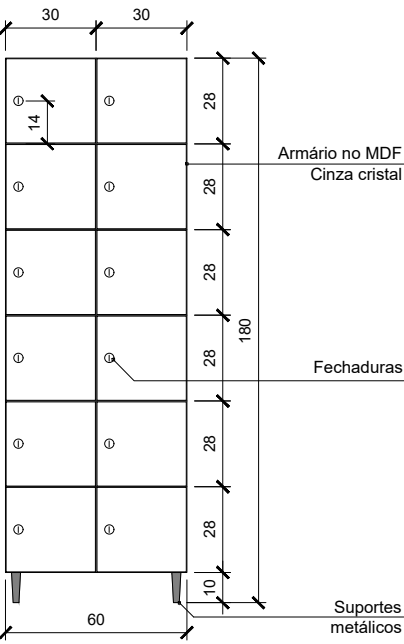
Vista superior
Escala 1/25



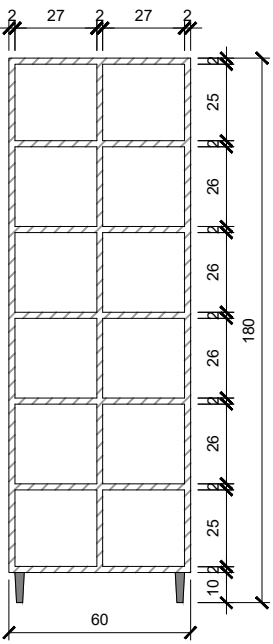
Vista frontal
Escala 1/25



Corte AA
Escala 1/25



Vista frontal
Escala 1/25



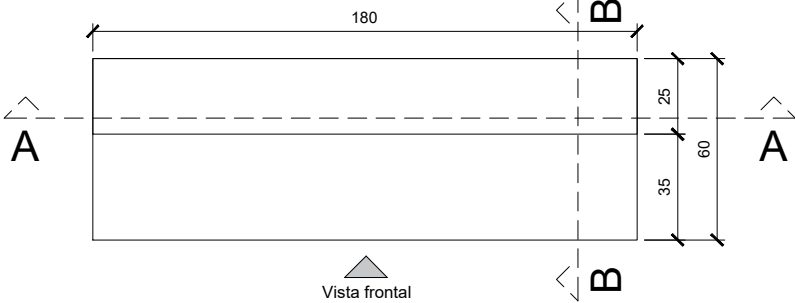
Corte AA
Escala 1/25

	PROJETO DE ARQUITETURA		Nome da Obra / Endereço: HOSPITAL MUNICIPAL SÃO JOSÉ AV. GETÚLIO VARGAS, 238, ANITA GARIBALDI			
	Requerente: HOSPITAL MUNICIPAL SÃO JOSÉ		Conteúdo: DETALHAMENTO MOBILIÁRIO AMBULATÓRIO - MDF ar-04/ar-05/av-01			Núm. Prancha: AR 05/12
	HOSPITAL MUNICIPAL SÃO JOSÉ					
	Autor: Eng. Jackson Rodrigues		Desenho:	Arq.CAD: DETALHE	Modificação: 23/08/2023	Data: AGOSTO/23

Escala:
1/25

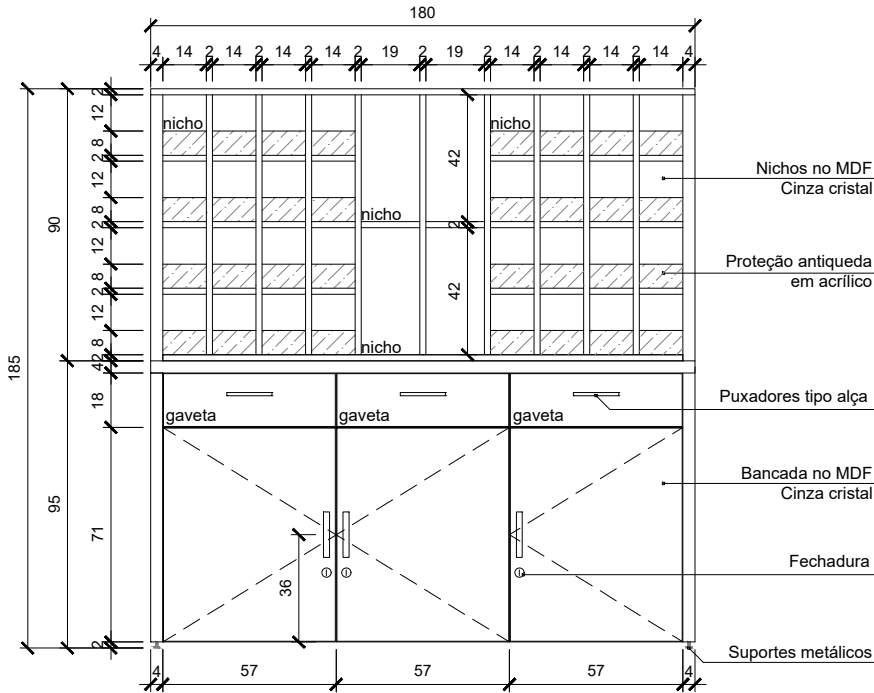
ba-01

Sala de gesso/sala de curativos - 02 unidades
Bancada de serviço laminada no MDF Cinza Cristal.
Com 3 portas, 3 puxadores tipo alça, fechaduras, 3 gavetas com repartições internas,
32 nichos com proteção antiqueda em acrílico, 4 nichos maiores e 4 suportes metálicos.



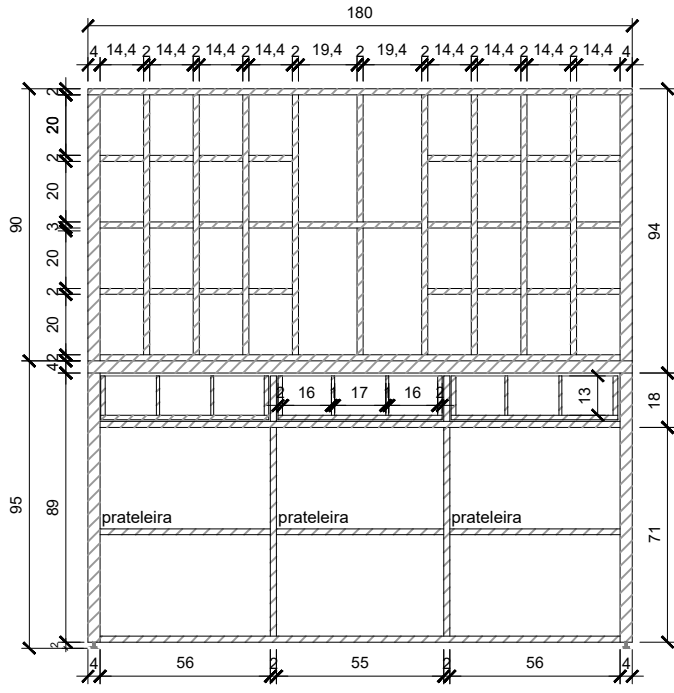
Vista superior

Escala 1/25



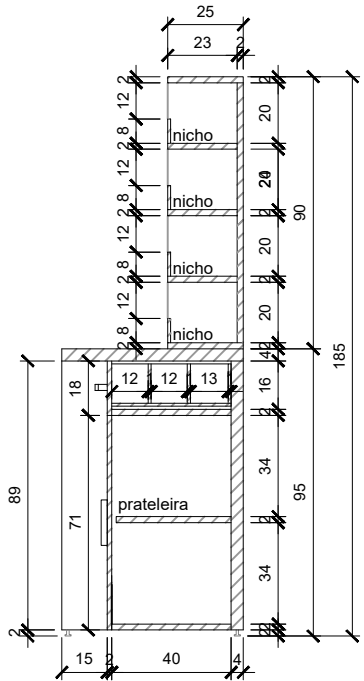
Vista frontal

Escala 1/25



Corte AA

Escala 1/25

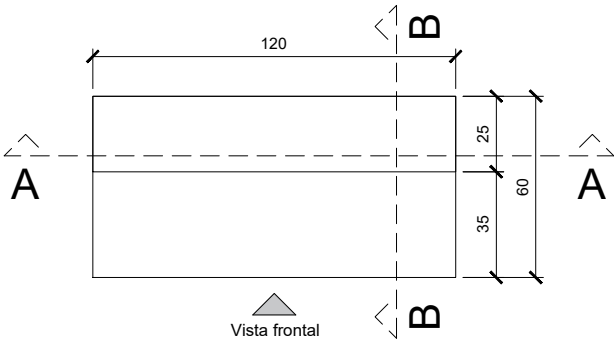


Corte BB

Escala 1/25

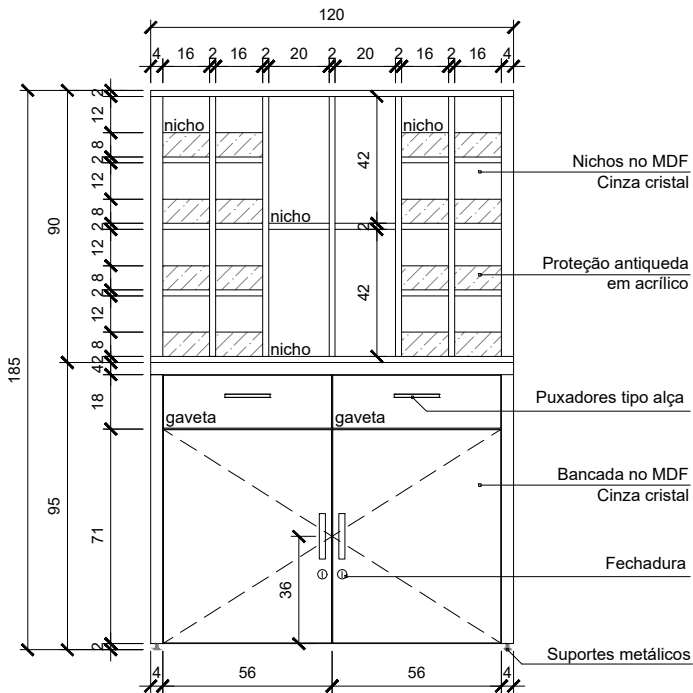
ba-02

Sala de preparo - 01 unidade
Bancada de serviço laminada no MDF Cinza Cristal.
Com 2 portas, 2 puxadores tipo alça, fechaduras, 2 gavetas com repartições internas,
16 nichos com proteção antiqueda em acrílico, 4 nichos maiores e 4 suportes metálicos.



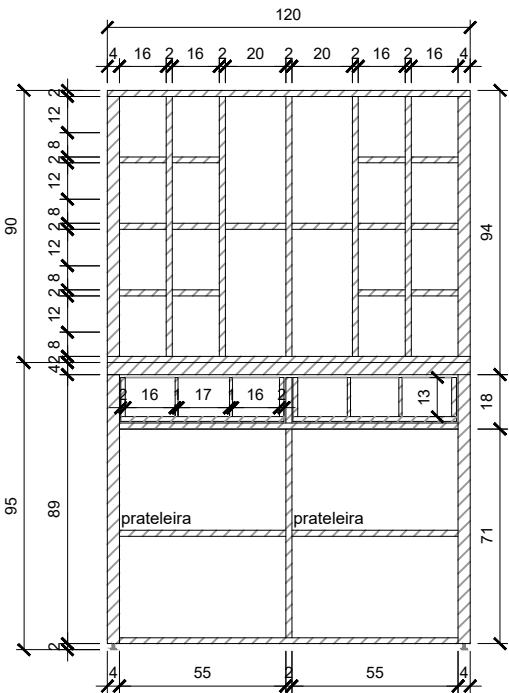
Vista superior

Escala 1/25



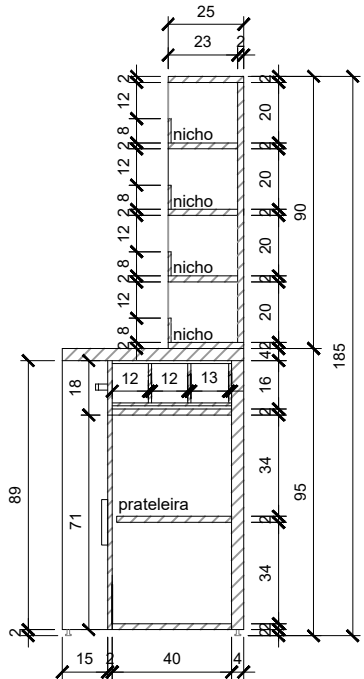
Vista frontal

Escala 1/25



Corte AA

Escala 1/25

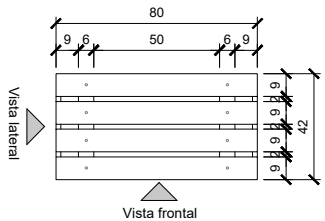


Corte BB

Escala 1/25

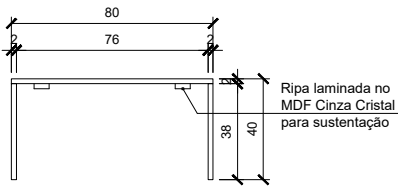
bc-01

Vestibário - 01 unidade
Banco no MDF Cinza Cristal.



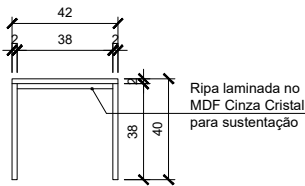
Vista superior

Escala 1/25



Vista frontal

Escala 1/25



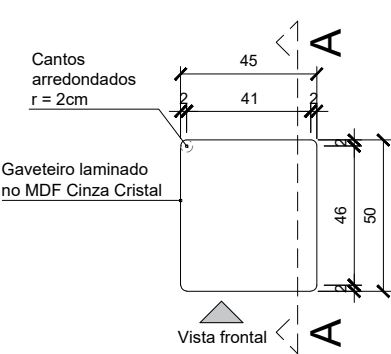
Vista lateral

Escala 1/25

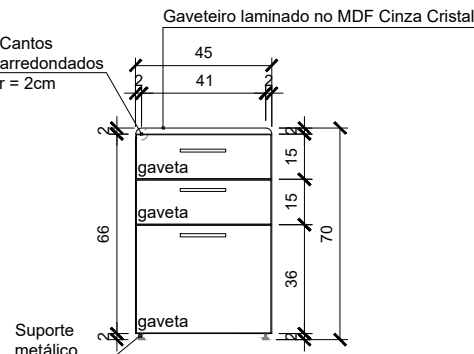
 HOSPITAL MUNICIPAL SÃO JOSÉ Av. Getúlio Vargas, 238 Joinville, SC - 89.202-000 Tel. (47)3441-6666 	PROJETO DE ARQUITETURA		Nome da Obra / Endereço: HOSPITAL MUNICIPAL SÃO JOSÉ AV. GETÚLIO VARGAS, 238, ANITA GARIBALDI				
	Requerente: HOSPITAL MUNICIPAL SÃO JOSÉ		Conteúdo: DETALHAMENTO MOBILIÁRIO AMBULATÓRIO - MDF ba-01/ba-02/bc-01				Núm. Prancha: AR 06/12
	HOSPITAL MUNICIPAL SÃO JOSÉ						
	Autor: Eng. Jackson Rodrigues		Desenho:	Arq.CAD: DETALHE	Modificação: 23/08/2023	Data: AGOSTO/23	Escala: 1/25

ga-01

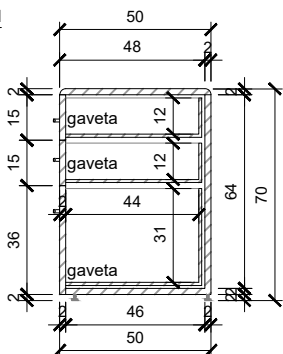
Consultórios/salas de reuniões/sala de curativo/administrativo/coordenação - 21 unidades
Gaveteiro laminado no MDF Cinza Cristal.
Com 3 gavetas, com 3 puxadores tipo alça e 4 suportes metálicos.



Vista superior
Escala 1/25



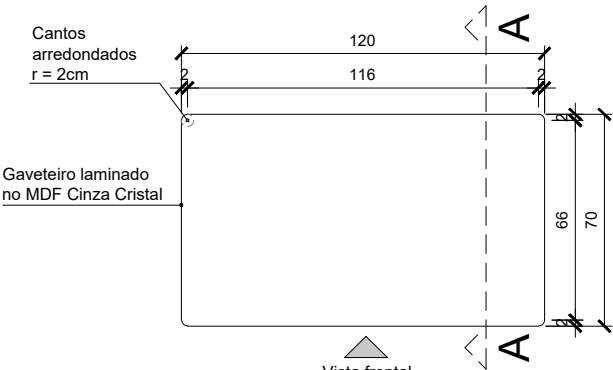
Vista frontal
Escala 1/25



Corte AA
Escala 1/25

ga-04

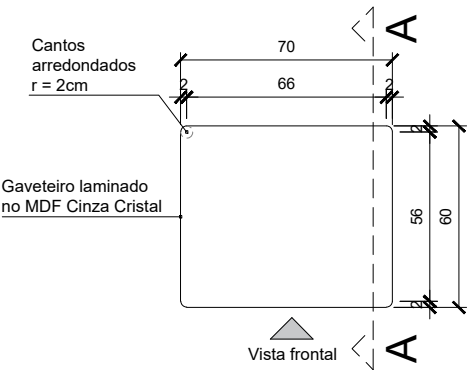
Sala administrativa - 01 unidade
Gaveteiro laminado no MDF Cinza Cristal.
Com 6 gavetas, com 6 puxadores tipo alça e 4 suportes metálicos.



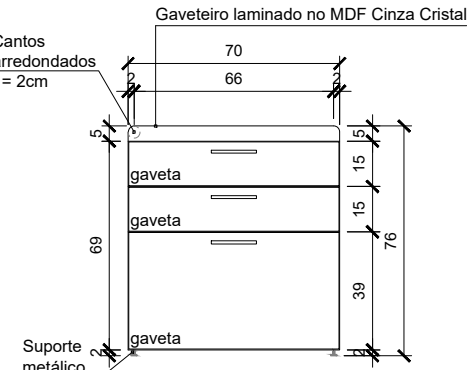
Vista superior
Escala 1/25

ga-02

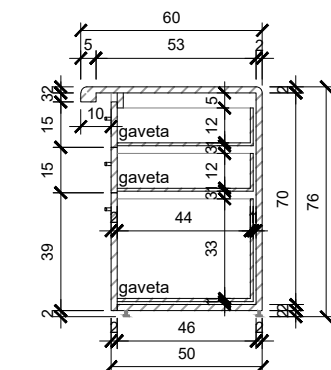
Administrativo/consultórios/sala de preparo - 06 unidades
Gaveteiro laminado no MDF Cinza Cristal.
Com 3 gavetas, com 3 puxadores tipo alça e 4 suportes metálicos.



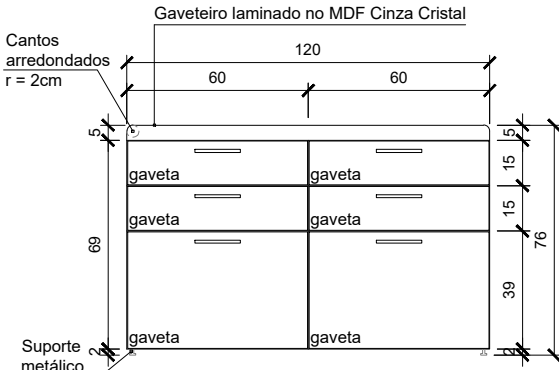
Vista superior
Escala 1/25



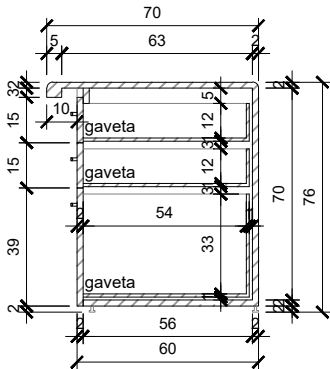
Vista frontal
Escala 1/25



Corte AA
Escala 1/25



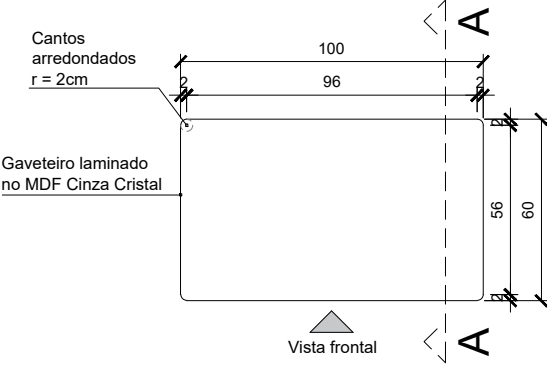
Vista frontal
Escala 1/25



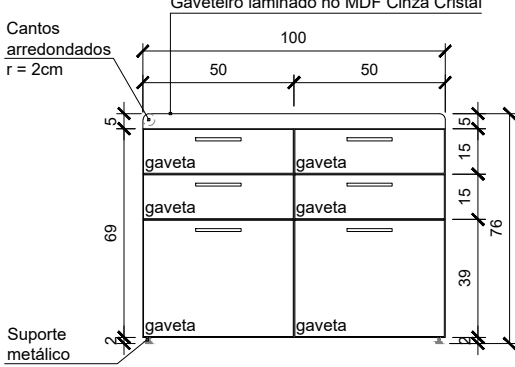
Corte AA
Escala 1/25

ga-03

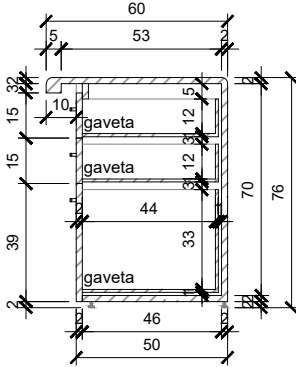
Recepção - 02 unidades
Gaveteiro laminado no MDF Cinza Cristal.
Com 6 gavetas, com 6 puxadores tipo alça e 4 suportes metálicos.



Vista superior
Escala 1/25



Vista frontal
Escala 1/25



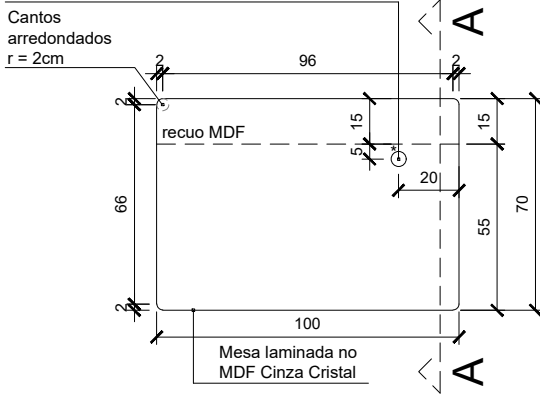
Corte AA
Escala 1/25

	PROJETO DE ARQUITETURA		Nome da Obra / Endereço: HOSPITAL MUNICIPAL SÃO JOSÉ AV. GETÚLIO VARGAS, 238, ANITA GARIBALDI			
	Requerente: HOSPITAL MUNICIPAL SÃO JOSÉ		Conteúdo: DETALHAMENTO MOBILIÁRIO AMBULATÓRIO - MDF ga-01/ga-02/ga-03/ga-04			Núm. Prancha: AR 07/12
	HOSPITAL MUNICIPAL SÃO JOSÉ		Desenho:	Arq.CAD:	Modificação:	Data:
	Eng. Jackson Rodrigues			DETALHE	23/08/2023	AGOSTO/23

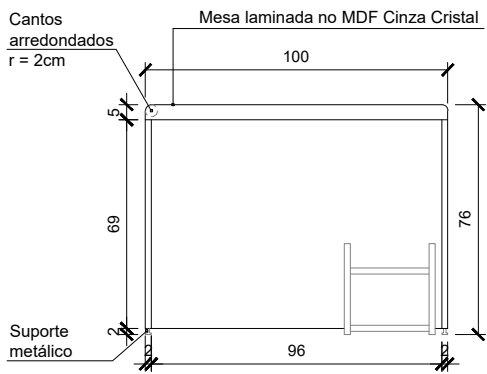
me-01

Sala de preparo - 01 unidade
Mesa laminada no MDF Cinza Cristal.
Prever passagem para instalações elétricas.

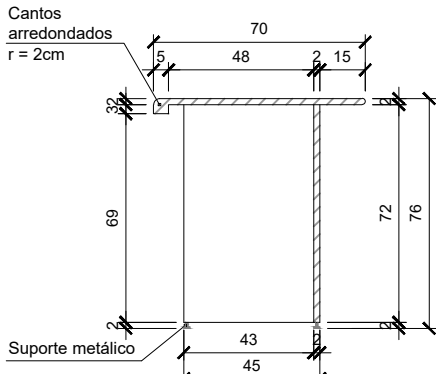
Prever abertura no MDF para
passagem de cabos Ø = 5cm



Vista superior
Escala 1/25



Vista posterior
Escala 1/25

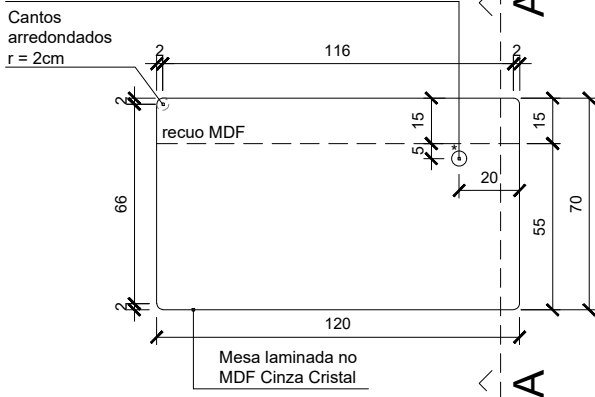


Corte AA
Escala 1/25

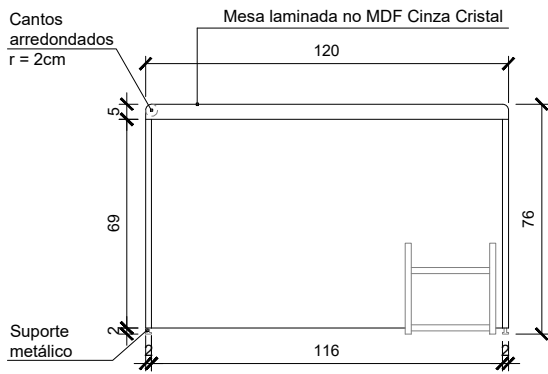
me-02

Administrativo/consultórios/coordenação/sala administrativa - 10 unidades
Mesa laminada no MDF Cinza Cristal.
Prever passagem para instalações elétricas.

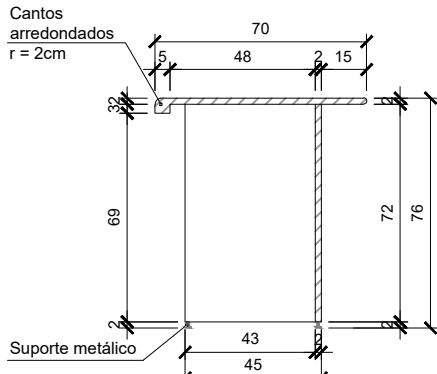
Prever abertura no MDF para
passagem de cabos Ø = 5cm



Vista superior
Escala 1/25



Vista posterior
Escala 1/25

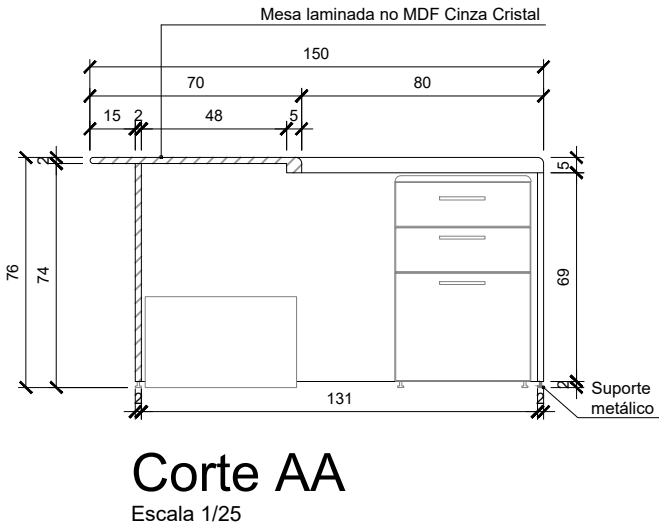
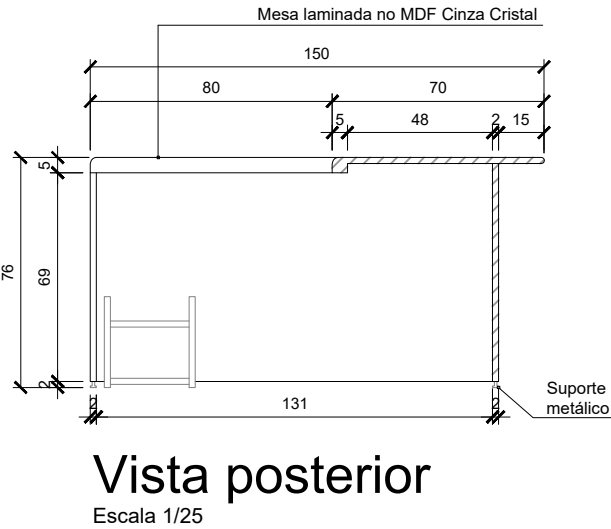
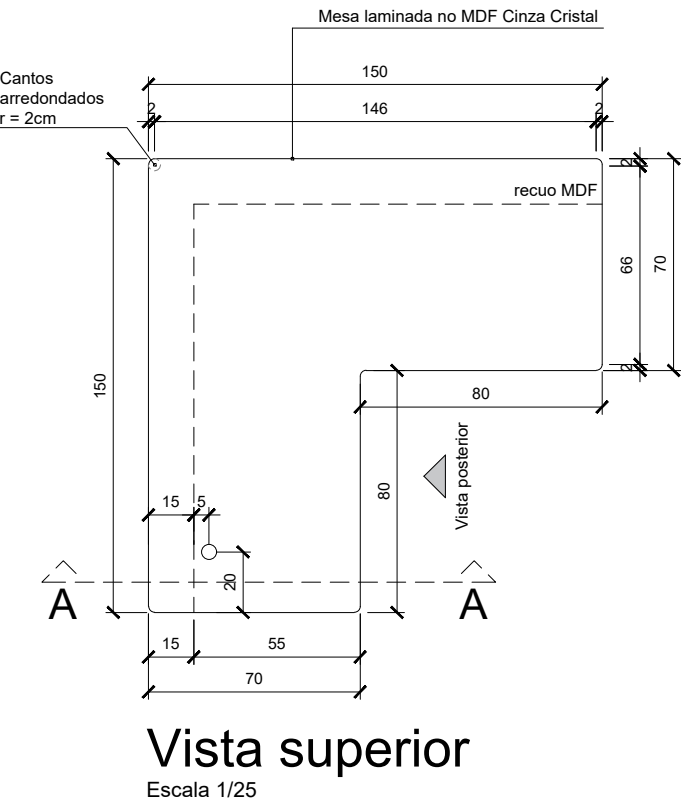


Corte AA
Escala 1/25

	PROJETO DE ARQUITETURA		Nome da Obra / Endereço: HOSPITAL MUNICIPAL SÃO JOSÉ AV. GETÚLIO VARGAS, 238, ANITA GARIBALDI			
	Requerente: HOSPITAL MUNICIPAL SÃO JOSÉ		Conteúdo: DETALHAMENTO MOBILIÁRIO AMBULATÓRIO - MDF me-01/me-02			Núm. Prancha: AR 08/12
	HOSPITAL MUNICIPAL SÃO JOSÉ					
	Autor: Eng. Jackson Rodrigues		Desenho:	Arq.CAD: DETALHE	Modificação: 23/08/2023	Data: AGOSTO/23 Escala: 1/25

me-03

Consultórios/salas de reuniões/sala de curativo/administrativo/coordenação - 21 unidades
Mesa laminada no MDF Cinza Cristal.
Prever passagem para instalações elétricas.

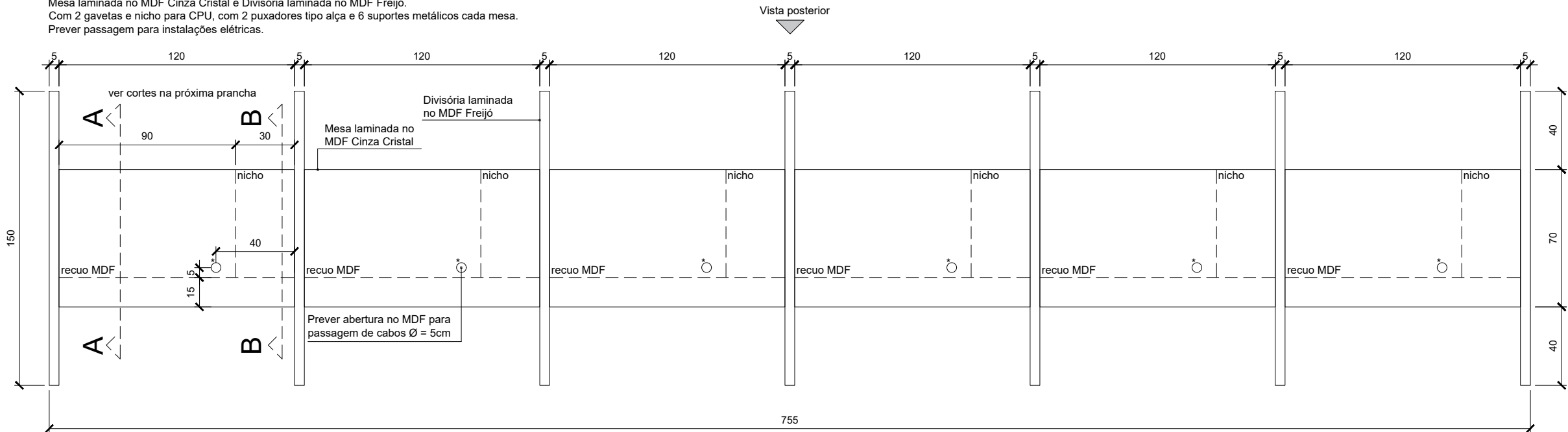


	PROJETO DE ARQUITETURA	Nome da Obra / Endereço: HOSPITAL MUNICIPAL SÃO JOSÉ AV. GETÚLIO VARGAS, 238, ANITA GARIBALDI			
	Requerente: HOSPITAL MUNICIPAL SÃO JOSÉ	Conteúdo: DETALHAMENTO MOBILIÁRIO AMBULATÓRIO - MDF me-03			Núm. Prancha: AR 09/12
	HOSPITAL MUNICIPAL SÃO JOSÉ				
	Autor: Eng. Jackson Rodrigues	Desenho: DETALHE	Arq.CAD: 23/08/2023	Modificação: AGOSTO/23	Data: 1/25

me-04

Recepção - 01 unidade

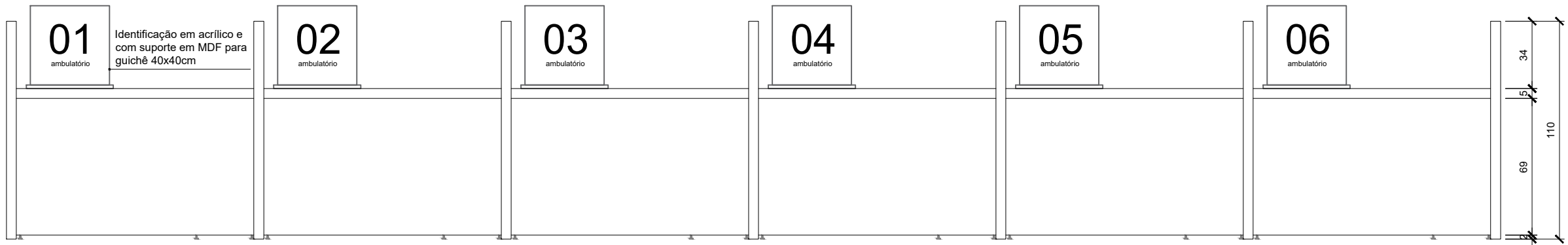
Mesa laminada no MDF Cinza Cristal e Divisória laminada no MDF Freijó.
Com 2 gavetas e nicho para CPU, com 2 puxadores tipo alça e 6 suportes metálicos cada mesa.
Prever passagem para instalações elétricas.



Vista superior

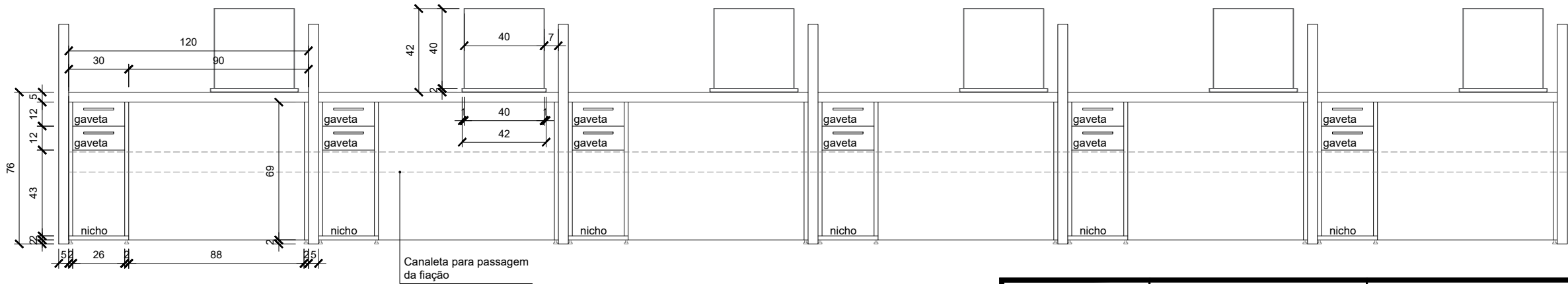
Escala 1/25

Vista frontal



Vista frontal

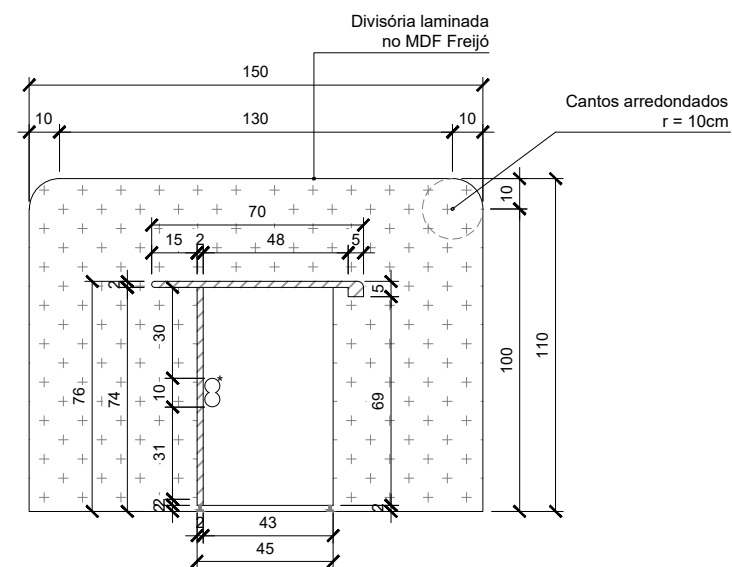
Escala 1/25



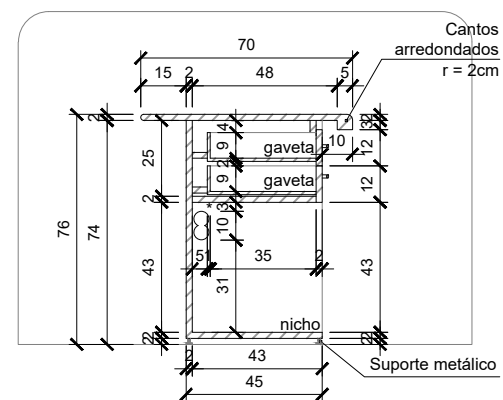
Vista posterior

Escala 1/25

	PROJETO DE ARQUITETURA	Nome da Obra / Endereço: HOSPITAL MUNICIPAL SÃO JOSÉ AV. GETÚLIO VARGAS, 238, ANITA GARIBALDI			
	Requerente: HOSPITAL MUNICIPAL SÃO JOSÉ	Conteúdo: DETALHAMENTO MOBILIÁRIO AMBULATÓRIO - MDF me-04			Núm. Prancha: AR 10/12
	HOSPITAL MUNICIPAL SÃO JOSÉ	Desenho:	Arq.CAD:	Modificação:	Data:
	Autor: Eng. Jackson Rodrigues	DETALHE	23/08/2023	AGOSTO/23	Escala: 1/25



Corte AA
Escala 1/25



Corte BB

Escala 1/25

Imagens mobiliário me-04

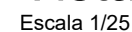


 HOSPITAL MUNICIPAL SÃO JOSÉ Av. Getúlio Vargas, 238 Joinville, SC - 89.202-000 Tel.: (47)3441-6666 	PROJETO DE ARQUITETURA		Nome da Obra / Endereço: HOSPITAL MUNICIPAL SÃO JOSÉ AV. GETÚLIO VARGAS, 238, ANITA GARIBALDI			
	Requerente: HOSPITAL MUNICIPAL SÃO JOSÉ		Conteúdo: DETALHAMENTO MOBILIÁRIO AMBULATÓRIO - MDF me-04			Núm. Prancha: AR 11/12
	HOSPITAL MUNICIPAL SÃO JOSÉ Autor: Eng. Jackson Rodrigues		Desenho: DETALHE	Arq.CAD: 23/08/2023	Modificação: AGOSTO/23	Data: 1/25

Mesa laminada alta em L no MDF Cinza Cristal. Com 2 gavetas e nicho para CPU, com 2 puxadores tipo alça e suportes metálicos. Prever passagem para instalações elétricas.



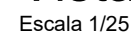
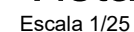
Mesa redonda laminada no MDF Cinza Cristal.
Com apoio retangular e 4 suportes metálicos.



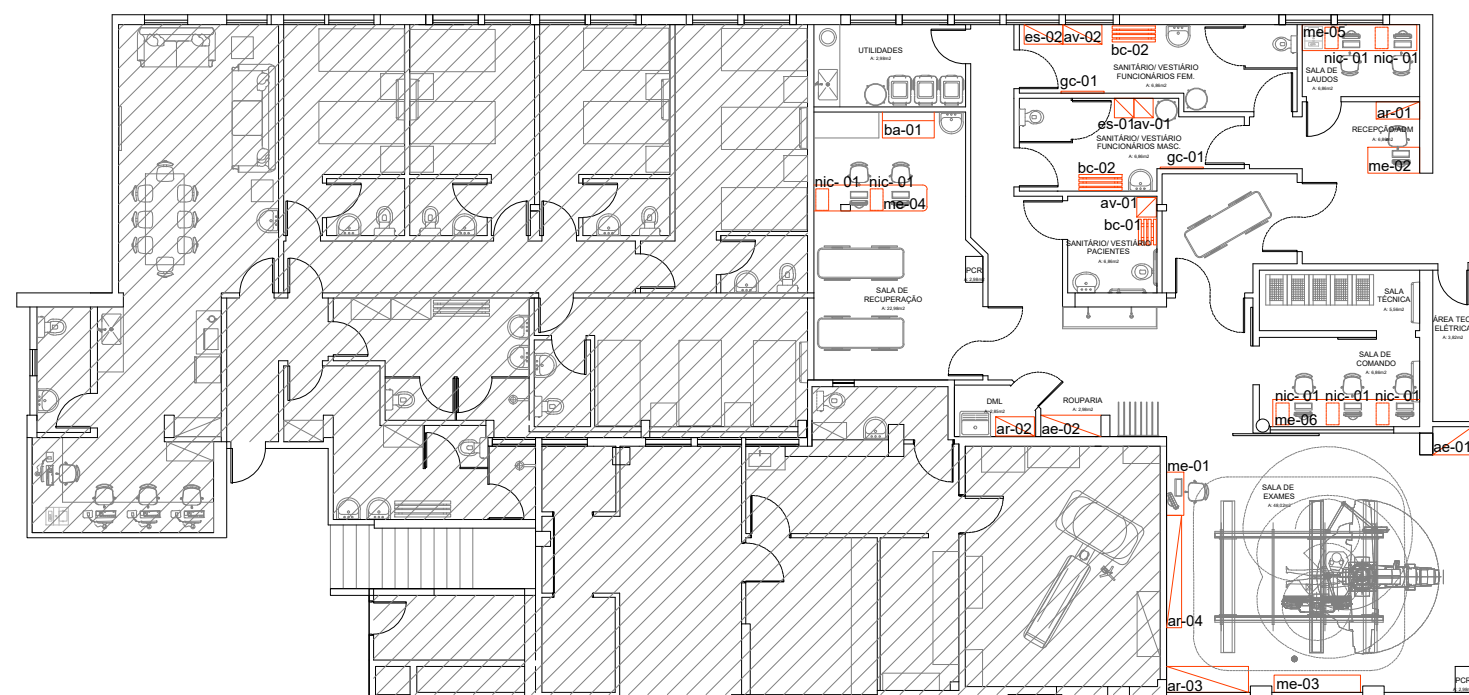
Nicho aéreo no MDF Cinza Cristal.



Verifique em <https://validar.it.gov.br>



SEI 26.0.010045-2 / pg. 54



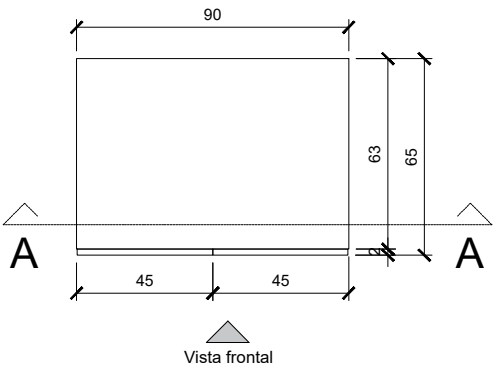
Planta baixa - localização mobiliários MDF
Escala 1/175

código do mobiliário	quantidade	tamanho cm	ambiente	prancha
ae-01	01	90x65x180	sala de exame	02/11
ae-02	01	135x50x180	rouparia	02/11
ar-01	01	100x40x180	recepção/adm	03/11
ar-02	01	90x45x180	dml	03/11
ar-03	01	190x60x250	sala de exames	04/11
ar-04	01	260x35x250	sala de exames	05/11
av-01	01	45x45x180	vestiário paciente	06/11
	01	45x45x180	vestiário masculino	06/11
av-02	01	90x45x180	vestiário feminino	06/11
ba-01	01	120x60x185	recuperação	07/11
bc-01	01	60x42x40	vestiário paciente	07/11
	01	100x42x40	vestiário feminino	07/11
bc-02	01	100x42x40	vestiário masculino	07/11
	01	100x42x40	vestiário masculino	07/11
es-01	01	45x45x180	vestiário masculino	08/11
es-02	01	90x45x190	vestiário feminino	08/11
gc-01	01	100x4x20	vestiário masculino	08/11
	01	100x4x20	vestiário feminino	08/11
me-01	01	100x40x76	sala de exames	08/11
me-02	01	120x60x76	recepção/adm	09/11
me-03	01	200x40x76	sala de exames	09/11
me-04	01	260x60x76	recuperação	10/11
me-05	01	265x60x76	sala de laudos	10/11
me-06	01	340x60x76	sala de comando	11/11
nic-01	03	30x50x71	sala de comando	11/11
	02	30x50x71	sala de exames	11/11
	02	30x50x71	recuperação	11/11

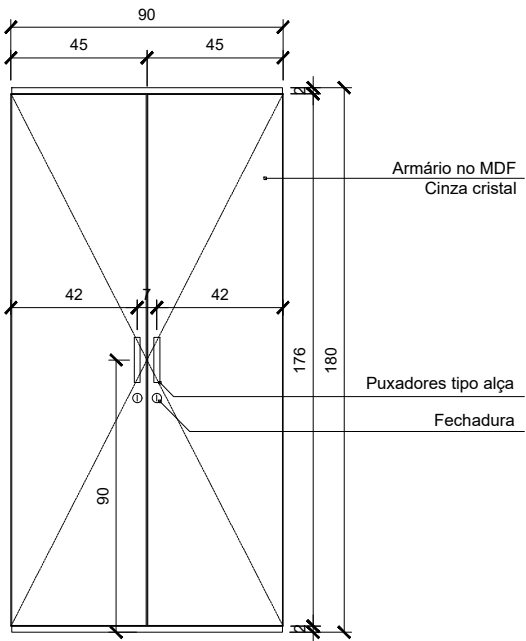
	PROJETO DE ARQUITETURA	Nome da Obra / Endereço: HOSPITAL MUNICIPAL SÃO JOSÉ AV. GETÚLIO VARGAS, 238, ANITA GARIBALDI			
	Requerente: HOSPITAL MUNICIPAL SÃO JOSÉ	Conteúdo: DETALHAMENTO MOBILIÁRIO HEMODINÂMICA - MDF PLANTA DE LOCALIZAÇÃO			Núm. Prancha: AR 01/11
	HOSPITAL MUNICIPAL SÃO JOSÉ				
	Autor: Eng. Jackson Rodrigues	Desenho: REV 01	Arq.CAD: DETALHE	Modificação: 27/11/2023	Data: NOV/23

ae-01

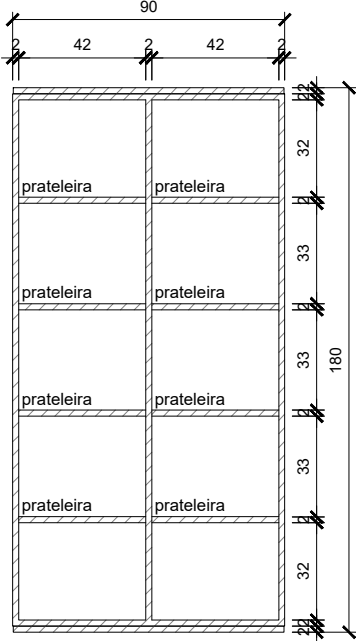
Sala de Exame - 01 unidade
Armário laminado embutido no MDF Cinza Cristal.
Com 2 portas, fechadura, prateleiras internas e 2 puxadores tipo alça.



Vista superior
Escala 1/25



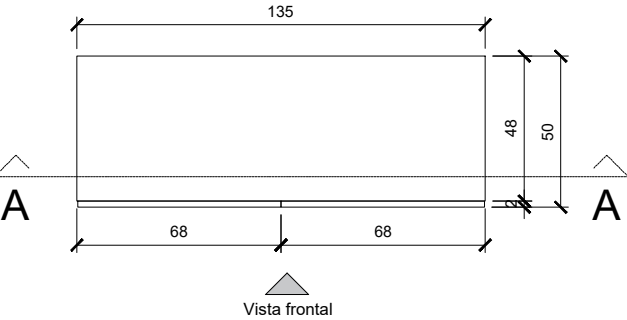
Vista frontal
Escala 1/25



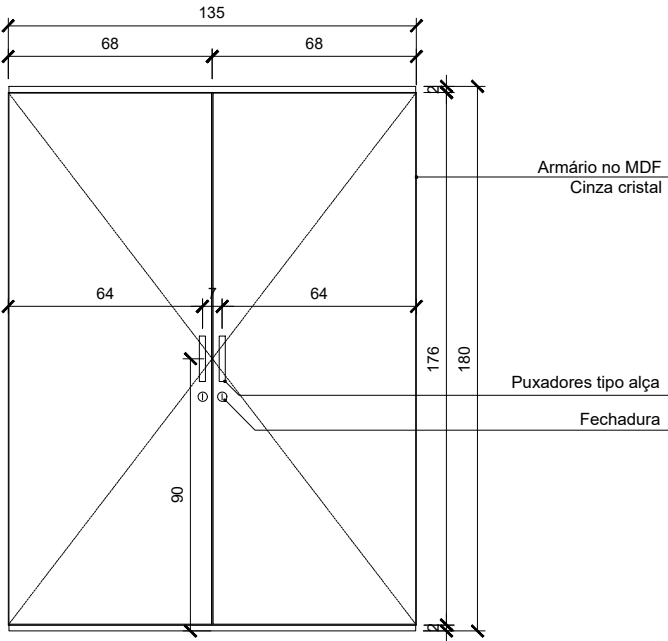
Corte AA
Escala 1/25

ae-02

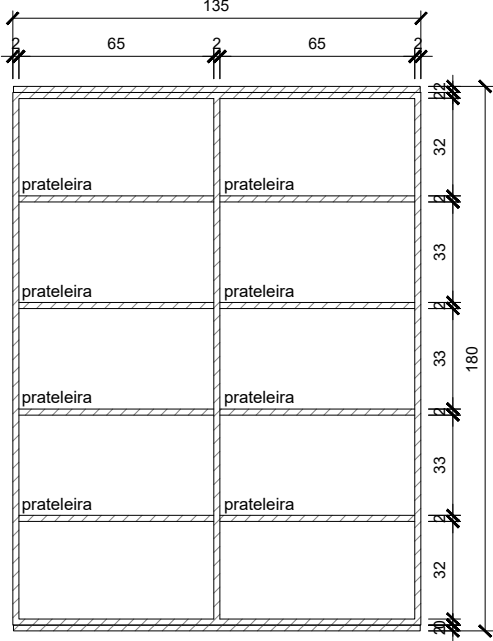
Rouparia - 01 unidade
Armário laminado embutido no MDF Cinza Cristal.
Com 2 portas, fechadura, prateleiras internas e 2 puxadores tipo alça.



Vista superior
Escala 1/25



Vista frontal
Escala 1/25

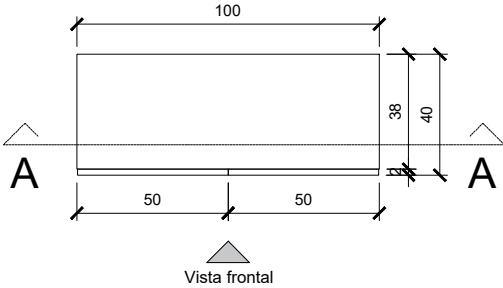


Corte AA
Escala 1/25

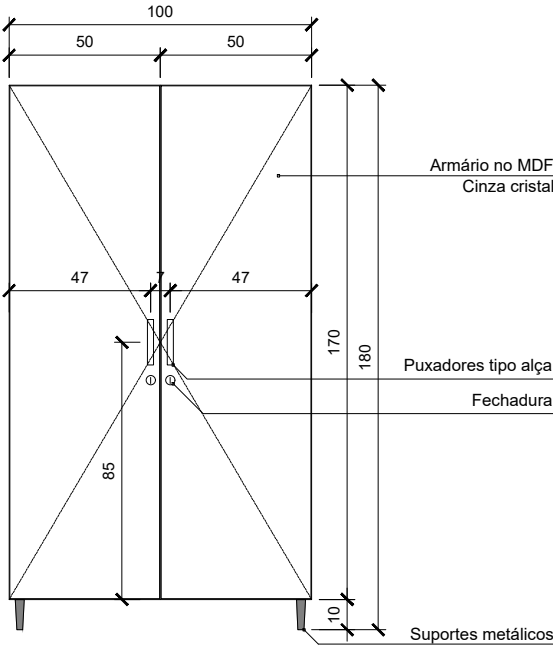
 HOSPITAL MUNICIPAL SÃO JOSÉ Av. Getúlio Vargas, 238 Joinville, SC - 89.202-000 Tel. (47)3441-6666	PROJETO DE ARQUITETURA	Nome da Obra / Endereço: HOSPITAL MUNICIPAL SÃO JOSÉ AV. GETÚLIO VARGAS, 238, ANITA GARIBALDI			
	Requerente: HOSPITAL MUNICIPAL SÃO JOSÉ	Conteúdo: DETALHAMENTO MOBILIÁRIO HEMODINÂMICA - MDF ae-01/ae-02			Núm. Prancha: AR 02/11
	HOSPITAL MUNICIPAL SÃO JOSÉ	Desenho:	Arq.CAD:	Modificação:	Data:
	Autor: Eng. Jackson Rodrigues	REV 01	DETALHE	27/11/2023	NOV/23
		Escala:		1/25	

ar-01

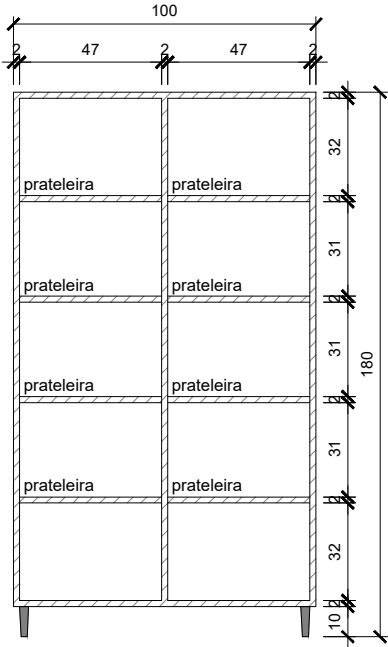
Recepção/Administrativo - 01 unidade
Armário laminado no MDF Cinza Cristal. Com 2 portas, fechadura, prateleiras internas, 2 puxadores tipo alça e 4 suportes metálicos.



Vista superior
Escala 1/25



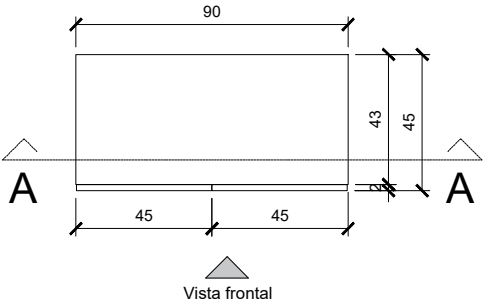
Vista frontal
Escala 1/25



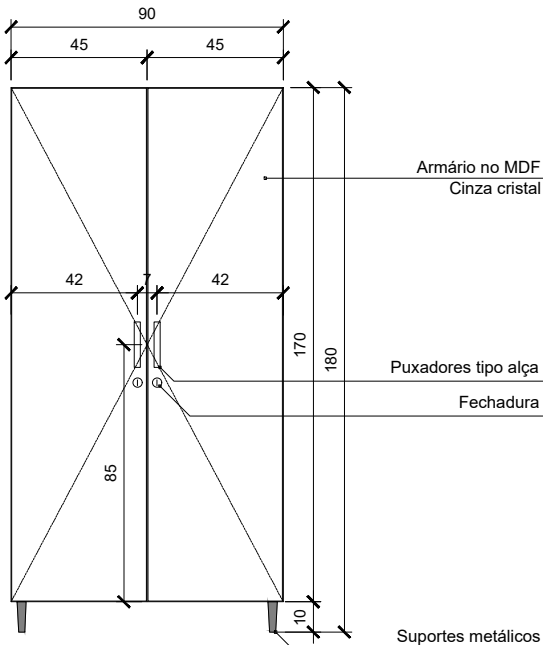
Corte AA
Escala 1/25

ar-02

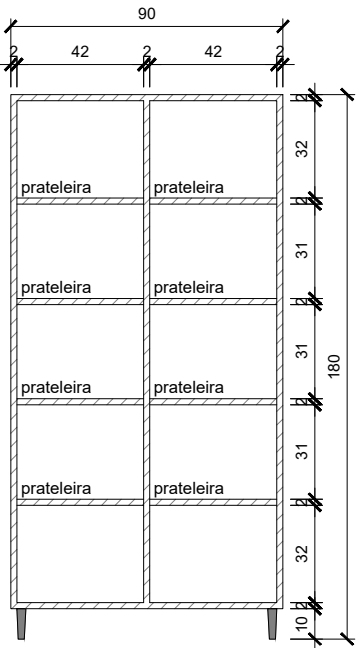
DML - 01 unidade
Armário laminado no MDF Cinza Cristal. Com 2 portas, fechadura, prateleiras internas, 2 puxadores tipo alça e 4 suportes metálicos.



Vista superior
Escala 1/25



Vista frontal
Escala 1/25

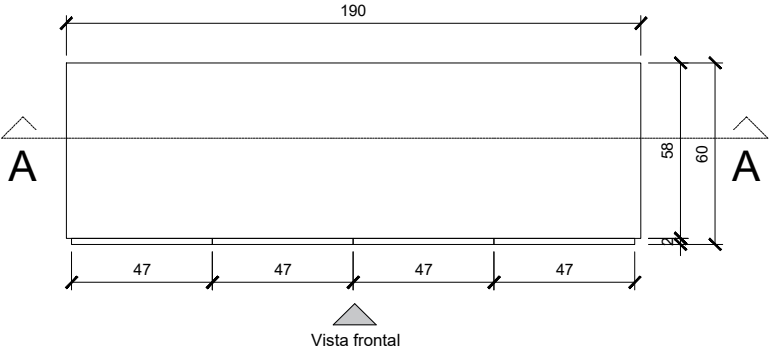


Corte AA
Escala 1/25

 HOSPITAL MUNICIPAL SÃO JOSÉ Av. Getúlio Vargas, 238 Joinville, SC - 89.202-000 Tel.: (47)3441-6666	PROJETO DE ARQUITETURA		Nome da Obra / Endereço: HOSPITAL MUNICIPAL SÃO JOSÉ AV. GETÚLIO VARGAS, 238, ANITA GARIBALDI			
	Requerente: HOSPITAL MUNICIPAL SÃO JOSÉ		Conteúdo: DETALHAMENTO MOBILIÁRIO HEMODINÂMICA - MDF ar-01/ar-02			Núm. Prancha: AR 03/11
	HOSPITAL MUNICIPAL SÃO JOSÉ Autor: Eng. Jackson Rodrigues		Desenho: REV 01	Arq.CAD: DETALHE	Modificação: 27/11/2023	Data: NOV/23 Escala: 1/25

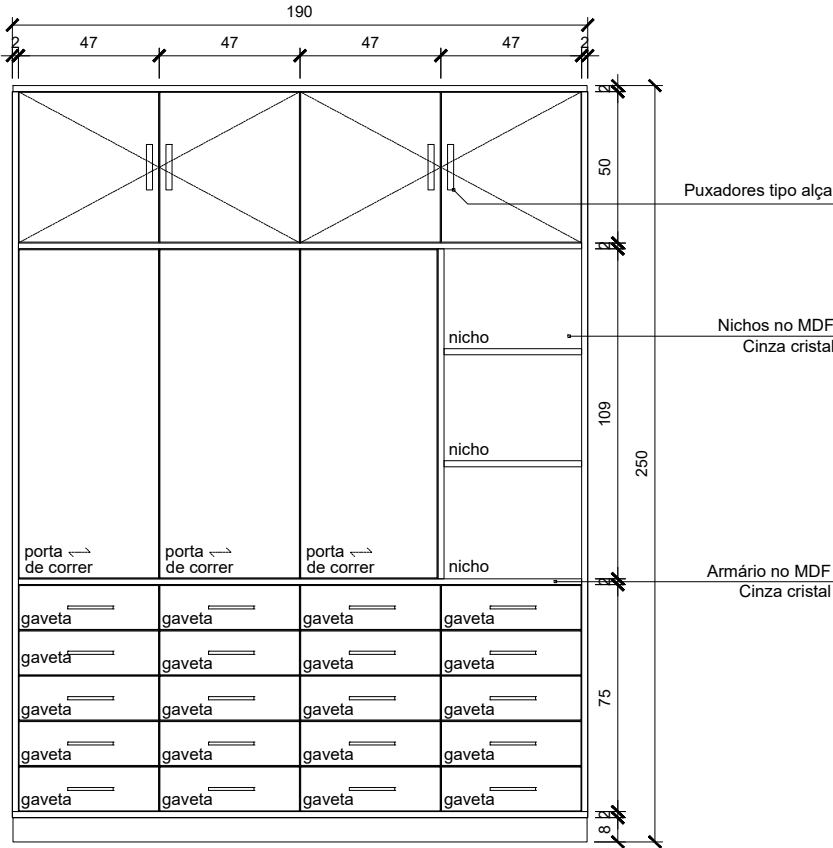
ar-03

Sala de Exames - 01 unidade
Armário laminado no MDF Cinza Cristal. Com 3 portas de correr, prateleiras internas, 4 puxadores tipo alça e 20 gavetas com divisórias internas.



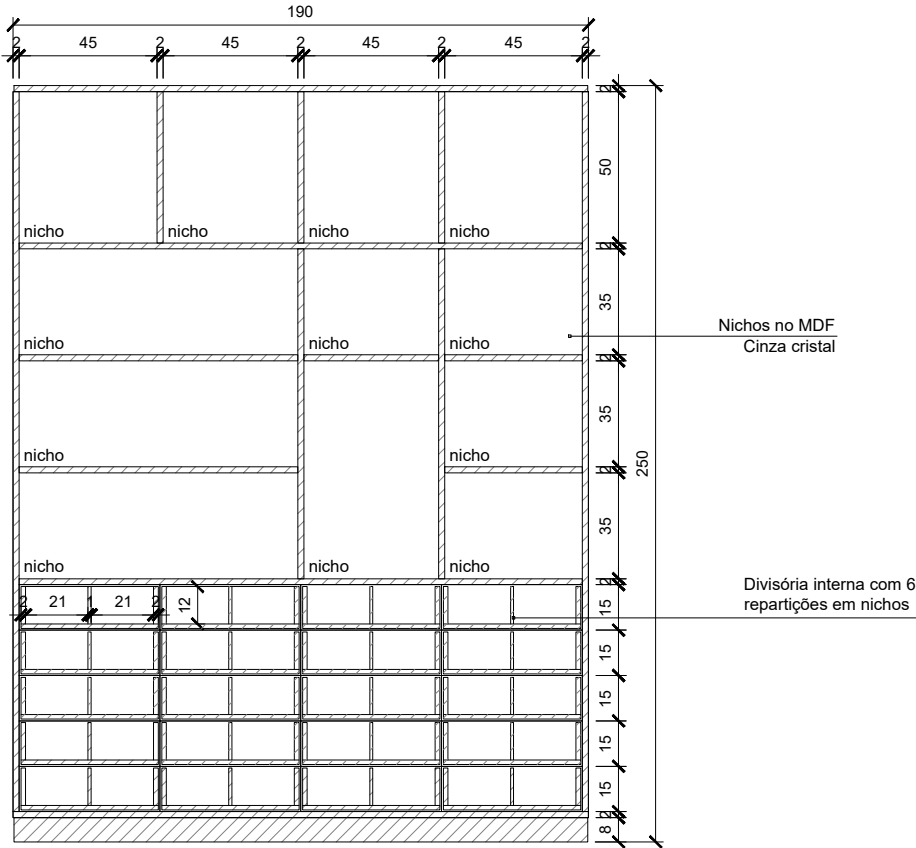
Vista superior

Escala 1/25



Vista frontal

Escala 1/25



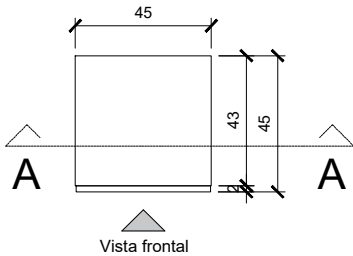
Corte AA

Escala 1/25

	PROJETO DE ARQUITETURA	Nome da Obra / Endereço: HOSPITAL MUNICIPAL SÃO JOSÉ AV. GETÚLIO VARGAS, 238, ANITA GARIBALDI			
	Requerente: HOSPITAL MUNICIPAL SÃO JOSÉ	Conteúdo: DETALHAMENTO MOBILIÁRIO HEMODINÂMICA - MDF ar-03			Núm. Prancha: AR 04/11
	HOSPITAL MUNICIPAL SÃO JOSÉ	Desenho: REV 01	Arq.CAD: DETALHE	Modificação: 27/11/2023	Data: NOV/23
	Autor: Eng. Jackson Rodrigues				Escala: 1/25

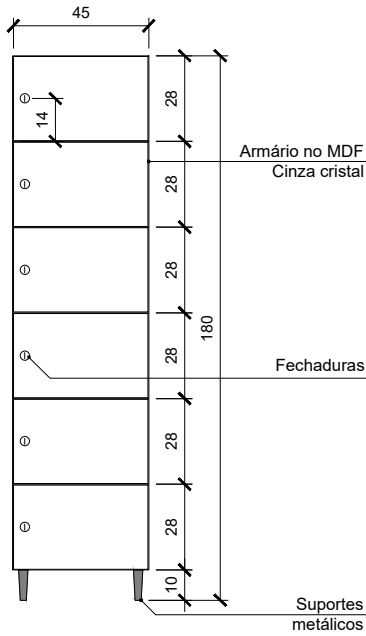
av-01

Sanitário/Vestiário pacientes e masculino - 02 unidades
Armário tipo vestiário laminado no MDF Cinza Cristal.
Com 06 portas, fechaduras e 4 suportes metálicos.



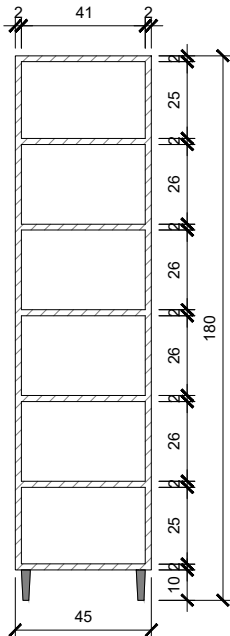
Vista superior

Escala 1/25



Vista frontal

Escala 1/25

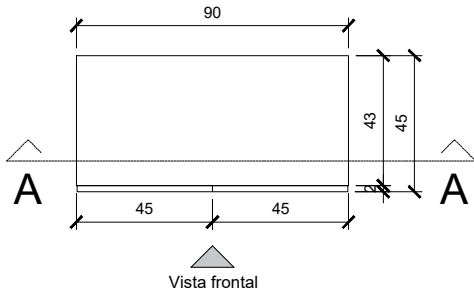


Corte AA

Escala 1/25

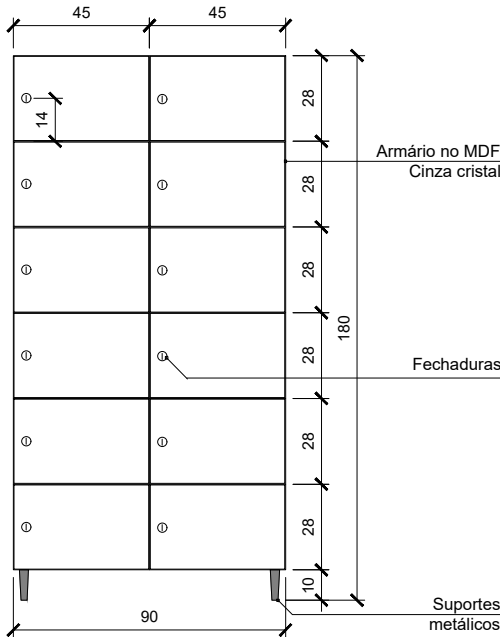
av-02

Sanitário/Vestiário feminino - 01 unidade
Armário tipo vestiário laminado no MDF Cinza Cristal.
Com 12 portas, fechaduras e 4 suportes metálicos.



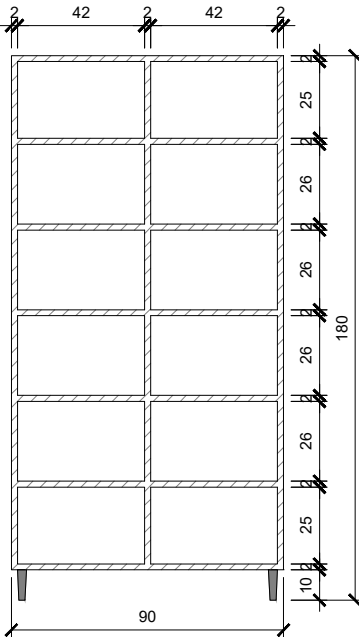
Vista superior

Escala 1/25



Vista frontal

Escala 1/25



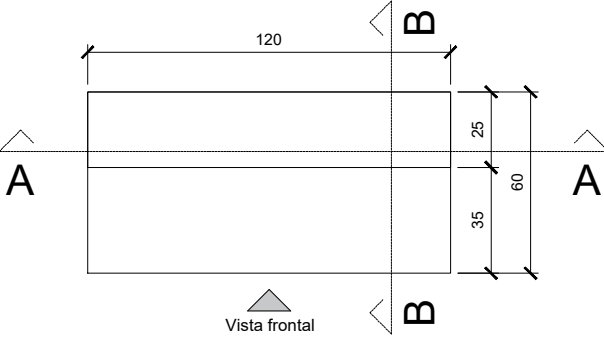
Corte AA

Escala 1/25

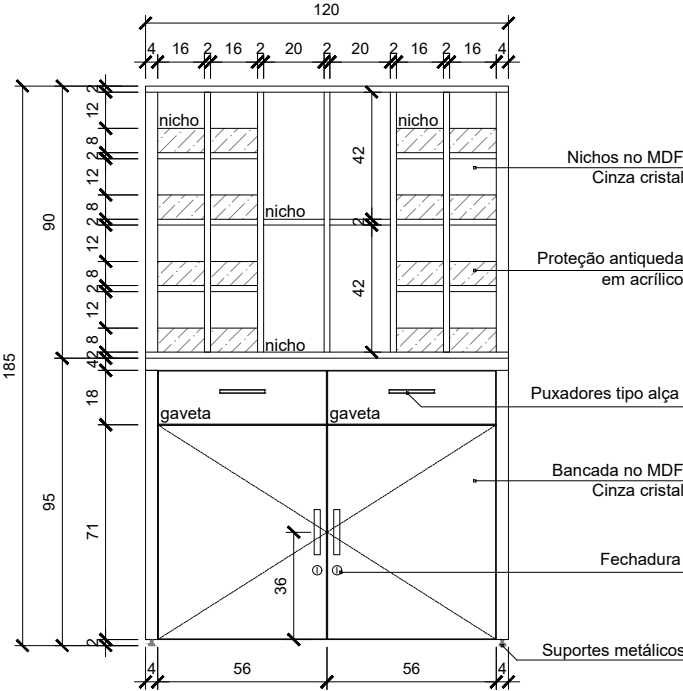
 HOSPITAL MUNICIPAL SÃO JOSÉ Av. Getúlio Vargas, 238 Joinville, SC - 89.202-000 Tel. (47)3441-6666 	PROJETO DE ARQUITETURA		Nome da Obra / Endereço: HOSPITAL MUNICIPAL SÃO JOSÉ AV. GETÚLIO VARGAS, 238, ANITA GARIBALDI			
	Requerente: HOSPITAL MUNICIPAL SÃO JOSÉ		Conteúdo: DETALHAMENTO MOBILIÁRIO HEMODINÂMICA - MDF av-01/av-02			Núm. Prancha: AR 06/11
	HOSPITAL MUNICIPAL SÃO JOSÉ					
	Autor: Eng. Jackson Rodrigues		Desenho: REV 01	Arq.CAD: DETALHE	Modificação: 27/11/2023	Data: NOV/23

ba-01

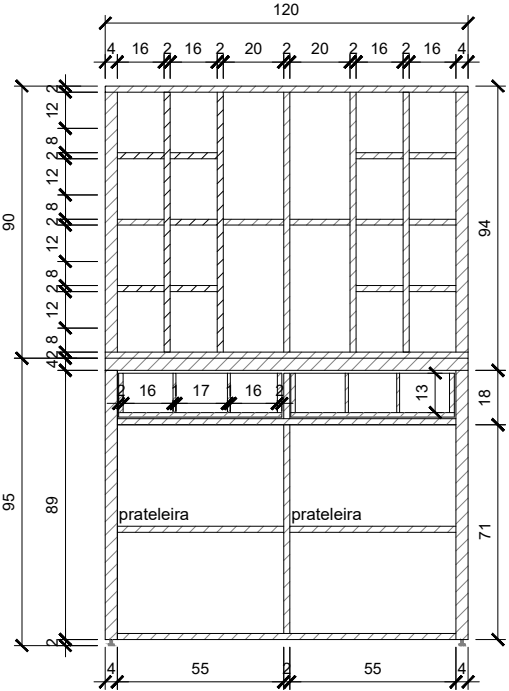
Sala de Recuperação - 01 unidade
Bancada de serviço laminada no MDF Cinza Cristal.
Com 2 portas, 2 puxadores tipo alça, fechaduras, 2 gavetas com repartições internas,
16 nichos com proteção antiqueda em acrílico, 4 nichos maiores e 4 suportes metálicos.



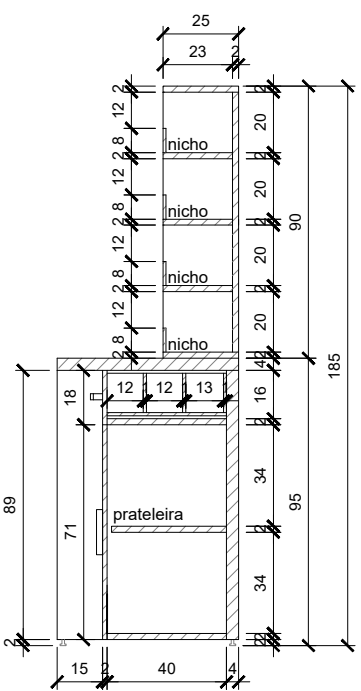
Vista superior
Escala 1/25



Vista frontal
Escala 1/25



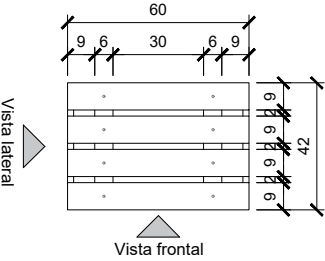
Corte AA
Escala 1/25



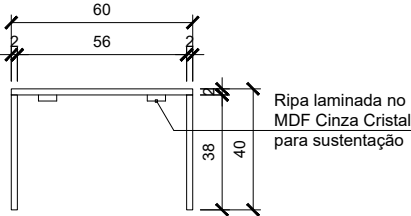
Corte BB
Escala 1/25

bc-01

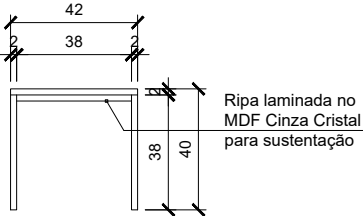
Sanitário/Vestibário pacientes - 01 unidade
Banco no MDF Cinza Cristal.



Vista superior
Escala 1/25



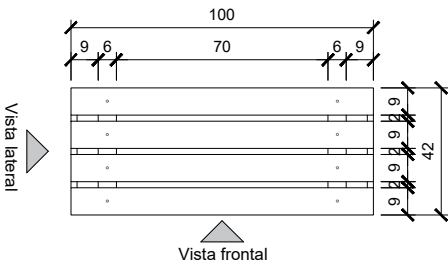
Vista frontal
Escala 1/25



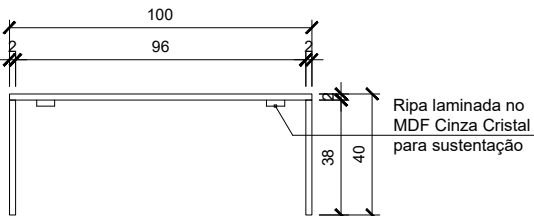
Vista lateral
Escala 1/25

bc-02

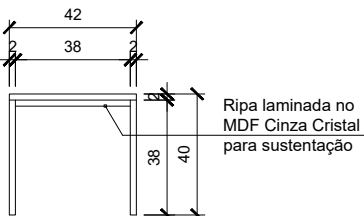
Sanitário/Vestibário feminino e masculino - 02 unidades
Banco no MDF Cinza Cristal.



Vista superior
Escala 1/25



Vista frontal
Escala 1/25

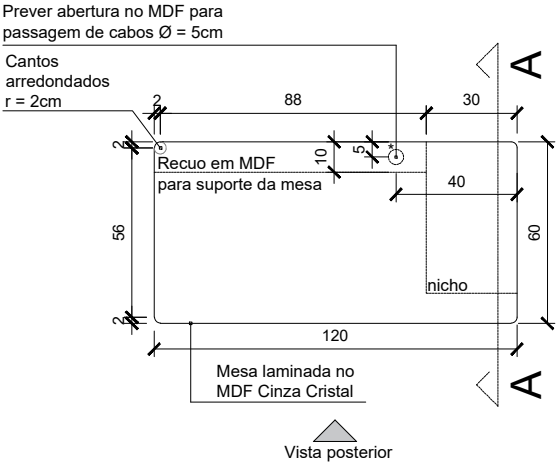


Vista lateral
Escala 1/25

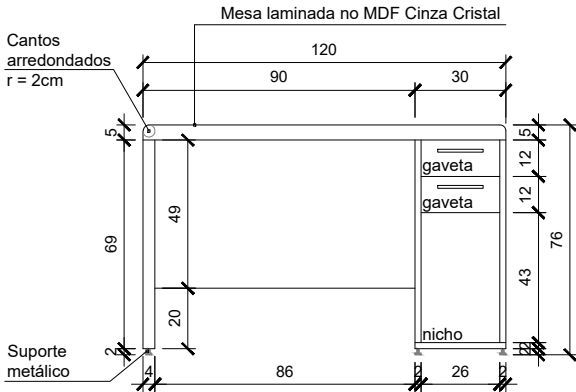
 HOSPITAL MUNICIPAL SÃO JOSÉ Av. Getúlio Vargas, 238 Joinville, SC - 89.202-005 Tel. (47)3441-6666 	PROJETO DE ARQUITETURA		Nome da Obra / Endereço: HOSPITAL MUNICIPAL SÃO JOSÉ AV. GETÚLIO VARGAS, 238, ANITA GARIBALDI			
	Requerente: HOSPITAL MUNICIPAL SÃO JOSÉ		Conteúdo: DETALHAMENTO MOBILIÁRIO HEMODINÂMICA - MDF ba-01/bc-01/bc-02			Núm. Prancha: AR 07/11
	HOSPITAL MUNICIPAL SÃO JOSÉ					
	Autor: Eng. Jackson Rodrigues		Desenho: REV 01	Arq.CAD: DETALHE	Modificação: 27/11/2023	Data: NOV/23
					Escala: 1/25	

me-02

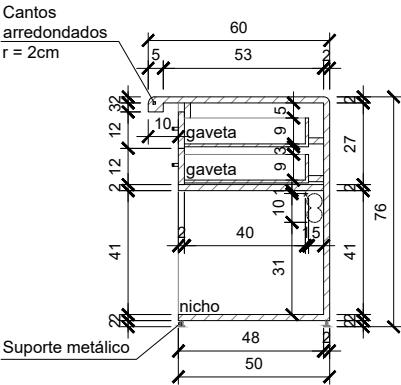
Recepção/Administrativo - 01 unidade
Mesa laminada no MDF Cinza Cristal. Com 2 gavetas e nicho para CPU, com 2 puxadores tipo alça e 6 suportes metálicos. Prever passagem para instalações elétricas.



Vista superior
Escala 1/25



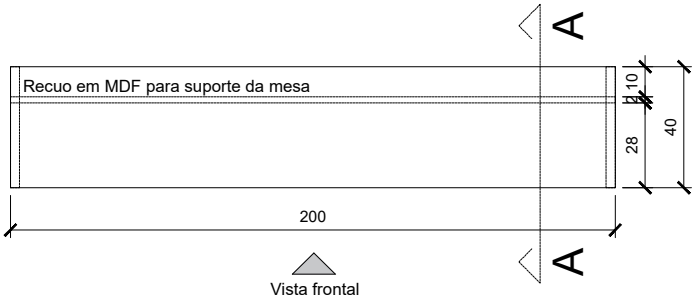
Vista posterior
Escala 1/25



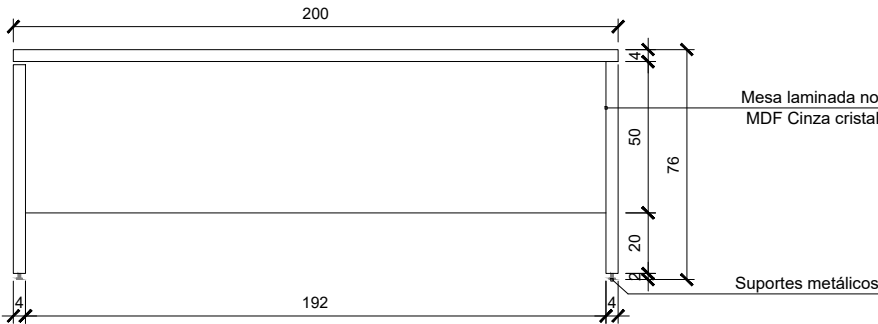
Corte AA
Escala 1/25

me-03

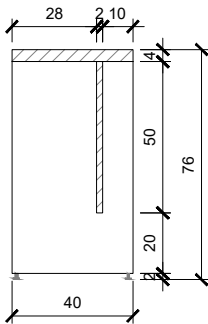
Sala de Exames - 01 unidade
Mesa laminada no MDF Cinza Cristal, com 4 suportes metálicos.



Vista superior
Escala 1/25



Vista frontal
Escala 1/25



Corte AA
Escala 1/25

	PROJETO DE ARQUITETURA		Nome da Obra / Endereço: HOSPITAL MUNICIPAL SÃO JOSÉ AV. GETÚLIO VARGAS, 238, ANITA GARIBALDI			
	Requerente: HOSPITAL MUNICIPAL SÃO JOSÉ		Conteúdo: DETALHAMENTO MOBILIÁRIO HEMODINÂMICA - MDF me-02/me-03			Núm. Prancha: AR 09/11
	HOSPITAL MUNICIPAL SÃO JOSÉ		Desenho: REV 01	Arq.CAD: DETALHE	Modificação: 27/11/2023	Data: NOV/23
	Autor: Eng. Jackson Rodrigues		Escala: 1/25			

